

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

VOL. 1 - N° 2 - JULHO/DEZEMBRO DE 2001

Sociedade Brasileira de Psicologia Política**Comitê Editorial****Presidente**

Leoncio Camino (UFPB-Brasil)

Vice Presidente

Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretaria Geral

Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Tesoureiro

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Diretora de Comunicação

Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR-Brasil)

Editores

Marco Aurélio M. Prado

(UNIMARCO-SP-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval

(PUCSP /UNICAMP- Brasil)

Editores Executivos

Alessandro Soares da Silva

Márcia Prezotti

Orlando Lopes

Soraia Ansara

Zartú Giglio

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Leônicio Camino (UFPB – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência

Revista Psicologia Política – R. Irmão Gonçalo, 74 - Apto 52 - Vila Madalena - São Paulo - Brasil - CEP 05439-080 – E-mail: revistapsipol@uol.com.br
www.psicologiapolitica.com

Diagramação e editoração eletrônica

YM Studio Gráfico e Fotolito Ltda.

Ivone da Silva / Edson Brito - Fone: (11) 255-5022

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política – vol. 1, n° 2 - Jul./Dez. 2001). - São Paulo: SBPP, 2001.

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política - Periódicos 2. Psicologia social - Periódicos

3. Psicologia e política- Periódicos. _____

CDD.320.019

Bibliotecária: Rosangela Ap. Marciale CRB 8/5846

Sumário

Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política – SBPP	4
Linha Editorial.....	5
Editorial.....	6
Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização	
Elísio Estanque – Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra.....	9
Memória coletiva: Um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo	
Soraia Ansara – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.....	23
A ação sindical sob a perspectiva da Condição Humana: uma prática anti-política	
Antônio José Rollas de Brito – Diretor da Secretaria de Relações do Trabalho da cidade de Guarulhos	42
Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política	
Maria de Fatima Quintal de Freitas – Universidade Federal do Paraná.....	54
Práticas psi e Tortura no Brasil	
Cecília Maria Bouças Coimbra – Universidade Federal Fluminense.....	69
Resenhas: Temas e Autores	80
Discurso da dissidência	
Antonio C. R. Tupinambá – Universidade do Ceará	81
Creativity in crisis	
Rowan Ireland – La Trobe University.....	83

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Mensagem da Diretoria da SBPP

Leoncio Camino
Professor do Departamento de Psicologia da UFPb
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia

No próximo dia 10 de dezembro se comemorará um ano do primeiro encontro realizado em São Paulo, na Escola de Sociologia e Política, por um pequeno grupo de estudiosos dos aspectos subjetivos dos fenômenos políticos. Nesse encontro, iniciou-se o processo de fundação da **Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP)** e, com este objetivo, nomeou-se uma diretoria provisória, a qual me coube a honra de presidir, e uma Comissão Editorial, coordenada pelos Professores Salvador Antonio M. Sandoval e Marco Aurélio M. Prado.

O projeto de criação da Sociedade vem realmente se consolidando e, graças ao trabalho árduo da Comissão Editorial, estaremos lançando agora em novembro o segundo número da **Revista de Psicologia Política**. Também durante este período, tivemos a oportunidade de participar do XXIV Encontro Científico da **Sociedade Internacional de Psicologia Política** que foi realizado no mês de julho na cidade de Cuernavaca, México. Durante o encontro, no convívio com os colegas da América Latina, constatou-se a necessidade de ampliar o intercâmbio entre os psicólogos políticos da região. Com este fim, criou-se o **Fórum Latino-Americano de Psicologia Política**.

Nesse esforço de consolidação de nossa Sociedade, estaremos reunindo, em Florianópolis, dia 14 de Novembro, durante o XI Encontro Nacional da **ABRAPSO**, todos aqueles pesquisadores em Psicologia Política, interessados em participar desta proposta. Nesta primeira Assembléia Geral, além de discutir e aprovar os estatutos da **Sociedade Brasileira de Psicologia Política**, estaremos nomeando uma Diretoria definitiva que possa coordenar nossa Sociedade, nesta época de situações marcantes no cenário internacional que exigem um aprofundamento de nossas reflexões.

De fato, a análise dos aspectos subjetivos do poder se apresenta como tarefa essencial hoje. Parece válido, iniciar esta reflexão, afirmando que todas as concepções da política, mesmo aquelas que utilizam argumentos religiosos ou aquelas que se servem da justiça e dos direitos, todas portanto, fazem menção, em última instância, à relações de poder. Aliás, essas relações não se esgotam no confronto físico, mas sempre possuem um aspecto simbólico. Poder-se-ia afirmar que as relações de poder não só se desenvolvem no nível do simbólico, mas também participam da construção do meio simbólico onde se desenvolvem todas as formas de relação social, particularmente, as relações políticas. E ainda mais, as relações de poder são a chave para entender a construção de outros símbolos essenciais nas relações sociais cotidianas. Por estas razões, hoje, mais do que nunca, os acontecimentos atuais colocam a necessidade de desenvolver uma profunda reflexão, na perspectiva da Psicologia Política, sobretudo o que está acontecendo no mundo.

Linha Editorial

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado à Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político das sociedades contemporâneas. O ponto de interseção entre essas duas áreas científicas – Psicologia e Política – tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análises de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Editorial

A *Revista Psicologia Política* vem a público, com o seu número 2, trazendo uma série de debates e dilemas que se apresentam, hoje, para a Psicologia enquanto uma ciência social. Desde o primeiro número, a *Revista* apontou para uma certa diversidade das temáticas que encontram no campo da Psicologia Política, espaço para debates e análises. Os artigos e resenhas selecionados dos dois números hora publicados, reforçam e analisam questões científicas que vêm sendo construídas dentro deste campo de estudos. Com esta preocupação, de apresentar aos leitores uma visão diversa das temáticas e das posições dentro da Psicologia Política, a *Revista* tem investido e destinado seu espaço para artigos que, de alguma forma, problematizem temáticas, sub-áreas, campos de interlocução e problemas científicos.

No primeiro número, tivemos o enfrentamento de temáticas como direitos humanos, preconceito, totalitarismos, racismos e ações coletivas. Porém, o mais importante foi ter conseguido somar artigos que expressam uma certa multiplicidade de concepções sobre o próprio campo de investigação da Psicologia Política.

A recepção de uma revista temática, a nível nacional, foi surpreendente para o Comitê Editorial. Desde o lançamento da Revista no III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia/2001, até nos mais diferentes encontros e eventos que a *Revista* se fez presente, os leitores, estudiosos e interessados em geral, parabenizaram o Comitê Editorial pela importância de se trazer a público um periódico científico temático, tendo como especificidade o campo da Psicologia Política. A nível internacional, este periódico se fez presente em grupos de pesquisa de diversas áreas e Universidades, que hoje tomam a relação entre a subjetividade e política, nas suas múltiplas formas de conceituação, como sendo o epicentro de seus estudos e intervenções. Além disso, através da participação da Sociedade Brasileira de Psicologia Política no XXIV Encontro Anual da “International Society of Political Psychology”, a *Revista* pode ser apresentada aos integrantes dos principais periódicos internacionais relacionados à Psicologia Política. Não por outro motivo, a partir do lançamento e das permutas do primeiro número, recebemos textos e resenhas de diferentes países; os quais mantêm grupos e centros de pesquisas trabalhando com Psicologia Política, seja vinculado à Sociologia, Antropologia, Política ou Psicologia.

A decisão de publicar resenhas de livros e autores que são considerados importantes para o debate interno da Psicologia Política, bem como para a relevância das temáticas estudadas neste campo, se tornou realidade neste segundo número da *Revista*. Inauguramos, então, a seção de resenhas intitulada “*Temas e Autores*”. As resenhas escolhidas para este número são ilustrativas das duas preocupações principais: relevância temática e relevância dos autores para o campo da Psicologia Política.

A RPP e seu Comitê Editorial está ciente dos inúmeros debates e polêmicas que cercam esta publicação e este campo de investigação na Psicologia. Exatamente por esta razão é que, trazemos neste número a seção de resenhas, tentando abrir o debate sobre a importância de autores e textos para os nossos estudos. E a partir do próximo número, de forma alternada, a RPP está preparando uma outra seção inédita: “*clássicos e diálogos*”. Esta seção pretenderá apresentar pensadores ou textos que se colocam, hoje, como clássicos deste campo e que possuem acesso limitado. O Comitê Editorial e seus consultores/tradutores estão preparando a tradução de textos clássicos que merecem, segundo nossa experiência, serem publicizados e socializados entre o público brasileiro. Estamos em processo de negociação dos

direitos autorais de algumas obras, porém já é certo que, em breve, estaremos disponibilizando o pensamento de diversos autores e/ou pesquisas que foram se tornando interlocuções fundamentais para o campo da Psicologia Política em vários países. Por este motivo é que entendemos como necessário estabelecer uma postura dialógica com pensadores clássicos dentro do campo da Psicologia Política.

Além desses projetos, a RPP também pretende, em breve, iniciar suas proposições de números especiais. Este projeto tem sido discutido com alguns colegas e está em processo a proposição de um número especial para o ano de 2002. Ou seja, além de cada número semestral, a partir do ano que vem, o Comitê Editorial começa a trabalhar as propostas de números especiais com parcerias editoriais.

Bem, com todas essas novidades e com mais um número do Volume 1, a *Revista* vem a público durante o XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que acontece no mês de novembro deste ano em Florianópolis/SC. Com a colaboração da Comissão Organizadora do XI Encontro Nacional da ABRAPSO, o número 2 da *Revista Psicologia Política* será lançado durante este evento e tem o prazer de trazer para o público interessado novos artigos e resenhas que buscam dialogar com as questões políticas do nosso tempo.

Neste novo número, temos três artigos sobre classe trabalhadora abordando diferentes enfoques. O artigo de **Elísio Estanque** sobre os trabalhadores da indústria de calçados em Portugal e as formas de resistências do movimento sindical desta categoria traz para o público brasileiro importante contribuição, pois, aponta para as “heterotopias de resistências” (termo utilizado por Boaventura Souza Santos) que estão sendo construídas cotidianamente na luta dos trabalhadores por condições emancipatórias, mesmo dentro de um sistema disciplinar de produção identificado pelo autor como “despótico”. Ao enfrentar a derrocada da utopia socialista, como indica Estanque, o movimento dos trabalhadores da indústria de calçados naquele país tem buscado nas ações culturais formas de enfrentamento das relações de poder despóticas, bem como, a organização de ações coletivas para a constituição de novos laços de solidariedade. O texto de Estanque implica-nos a pensar sobre um estudo da subjetividade que se interroga o tempo todo sobre as condições das relações de poder como definidoras também das posições desses sujeitos-trabalhadores. Reforçando o estudo sobre a classe trabalhadora, **Soraia Ansara** traz a público sua análise sobre a relação entre memória coletiva e identidade grupal e social. Ansara revela, através dos discursos dos participantes da greve dos “Queixadas” que durou sete anos (1962-69) num período em que o Brasil estava completamente fechado a qualquer forma de participação da sociedade civil. A autora estuda a relação entre memória coletiva e identidade entre diferentes gerações de familiares que estiveram ou estão, até hoje, ligados à memória das ações grevistas no Bairro de Perus na cidade de São Paulo. Seguindo a temática “trabalhadores”, **Antônio Brito** aponta para uma relação entre o pensamento da filosofia Hannah Arendt e a ação do sindicalismo brasileiro nos anos 90. O artigo de Brito, ao partir da noção de político em Arendt, explica que as práticas sindicais estão perdendo seu caráter político, pois, quase como uma contradição, se apresentam, hoje, como formas de práticas sociais privadas do sentido público do político.

A RPP, ainda, publica, neste número, relatório e reflexões sobre a reunião ocorrida no Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) em maio deste ano. Importante frisar que esta reunião foi a primeira em que o Brasil é chamado a comparecer diante do Comitê. **Cecília Coimbra** já publicou na RPP texto sobre a relação entre direitos humanos e neo-liberalismo no Brasil e, agora, traz de forma noticiada suas reflexões sobre esta reunião da ONU e o relatório tardio sobre a prática da tortura que o Governo brasileiro apresentou. A despeito da organização da sociedade civil, do enfrentamento da luta política contra estas práticas de torturas, elas continuam presentes no cotidiano de milhões de brasileiros de formas distintas. O artigo de Coimbra, ainda, faz um diálogo com a crítica à Psicologia, resultando em uma denúncia da necessidade do compromisso desta ciência com a liberdade e autonomia dos grupos sociais, como também com a política. Este relatório reflexivo tem uma importância para a Psicologia como ciência e profissão e, especificamente, para a

Psicologia Política, pois coloca para o campo do político as reflexões sobre justiça e prática cidadã, não permitindo assim, adequar o debate dos direitos humanos à perspectiva da legislação e sim tomar as reflexões sobre direitos humanos como palco de lutas políticas. Um outro artigo que publicamos neste número é o texto de **Maria de Fátima Q. Freitas** que ao refletir sobre a Psicologia Social Comunitária buscou apontar para uma compreensão particular sobre a relação desta com a política. Neste sentido, a *Revista Psicologia Política* traz, com este artigo, a polêmica que atualmente reside no debate entre a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Política. Para muitos estudiosos, e esta parece ser a posição da autora deste artigo, a Psicologia Social Crítica, especialmente aquela que passou a ser denominada de Comunitária, pelas suas práticas em comunidades e com grupos alijados das trocas sociais dominantes, é uma forma de Psicologia Política. Esta é uma posição que corrobora, em parte, a posição de alguns pensadores e pesquisadores latino-americanos; posição que dá ênfase na “politização do fazer psicológico” mas não necessariamente na apreensão do comportamento político como objeto de interpelação. Com esta polêmica, a *Revista* irá, a partir deste número, incentivar a reação de autores na explicitação das diferentes compreensões que o campo da Psicologia Política possa ter. Sabemos, na verdade, que um campo científico se constitui a partir de seu fazer e dos seus discursos construídos científicamente, neste sentido, gostaríamos de usar o espaço deste periódico para trazer ao debate, a explicitação destas compreensões, pois acreditamos que só assim, estaremos, enquanto Comitê Editorial, cumprindo um papel científico fundamental: aquele do diálogo e da explicitação das polêmicas internas a determinado campo do fazer psicológico.

Para finalizar, temos duas resenhas, uma sobre a obra de Chomsky, importante pensador estadunidense que tem sido internacionalmente reconhecido, não somente pela sua área específica de trabalho na Lingüística, mas também pela sua inserção no campo da política e na crítica à política internacional dos Estados Unidos da América. A obra aqui resenhada é o importante e atual livro sobre a situação de Timor Leste pós atos militares e paramilitares que tiveram como consequência a destruição do país. A Segunda resenha que ora publicamos vem da Austrália e é sobre recente estudo de McDonald sobre a luta de jovens australianos na construção de significados e de identidades coletivas em uma sociedade que passa por profundas transformações. Esta resenha se caracteriza como uma apresentação da obra de McDonald, e também como um diálogo com perspectivas teóricas contemporâneas no estudo das ações coletivas e identidades políticas. O autor dialoga com o trabalho de McDonald mas também com outras posições teóricas como Alain Touraine, Alberto Melucci e Michael Wiewiorka.

Bem, com este rico material é que lançamos, no mês de novembro de 2001, mais este esforço, que deve ser entendido não somente como o esforço de um grupo de pesquisadores, mas sobretudo como o esforço de autores, consultores, pareceristas e estudantes que têm, com afinco, investido neste projeto. Já que agora a RPP já está apresentada, só resta ao leitor enveredar por estas páginas e se juntar a este esforço coletivo.

Os Editores

Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização

From despotic authoritarianism to a new challenges in the syndicalism: reflections on industrial work in a global era

*Elísio Estanque**

Resumo

O artigo centra-se no operariado da indústria do calçado em Portugal, procurando compreender esta realidade à luz das actuais tendências de globalização e suas implicações no mundo do trabalho. Equaciona-se a importância das vinculações comunitárias, socioculturais e históricas deste segmento da força de trabalho industrial e procede-se a uma caracterização dos modelos de controle vigentes nas empresas com base na conjugação entre o autoritarismo despótico e a tradição paternalista das comunidades envolventes. Assim, os regimes de paternalismo despótico, ao mesmo tempo que promovem as relações de consentimento fazem emergir práticas de resistência tendentes a corroer o autoritarismo. É neste cenário que o sindicalismo do sector procura reinventar as suas formas de mobilização e resistir aos efeitos destrutivos da globalização neoliberal. O texto conclui com uma síntese das experiências mais recentes do sindicato, nomeadamente, a construção de novas alianças e articulações entre a acção sindical e outros actores e ONGs e, por outro lado, entre a participação nas novas redes e movimentos globais e a intervenção na esfera da comunidade local.

Palavras-chave

Globalização, relações de trabalho, regimes despóticos, sindicalismo

Abstract

This paper focuses on the working class in the footwear industry in Portugal, trying to analyze this context in the light of globalizing tendencies of today, namely its social impacts in the labor world. Stressing the importance of the historical, socio-cultural and communitarian links of this segment of the work force, the author refers to the combination between despotic authoritarianism and communitarian paternalism, in order to characterize models of power control inside firms. Thus, regimes of paternalistic despotism promote both the expansion of consent relations and practices of resistance that tend to undermine authoritarianism. In this context, the sector's trade union is trying to reinvent new forms of mobilization as well as carrying new ways of resistance confronting the destructive effects of neo liberal globalization. The paper's conclusion present some experiences of the trade union, which include: (1) the structuration of new alliances and forms of articulation between trade unionism and other social actors and NGOs; as well as (2) between forms of participation in new global networks and the intervention in the community sphere.

Key words

globalization, labor relations, despotic regimes, trade unionism

* Docente do Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra-Portugal

A recomposição que atravessou os processos produtivos nas últimas décadas está intimamente associada à abertura das fronteiras e à rápida expansão das trocas comerciais à escala global¹. É nessa medida que a questão do trabalho, designadamente do trabalho industrial – a sua fragmentação, flexibilização, precarização –, precisa de ser discutida à luz do actual contexto de globalização económica para que se compreendam as implicações deste processo sobre o movimento sindical e os novos desafios que este tem hoje pela frente.

A economia mundial assentou desde sempre em múltiplos desequilíbrios entre centros e periferias. Mas hoje, os contrastes entre pólos de desenvolvimento e zonas de exclusão e de miséria, não só assumem contornos particularmente chocantes em países de rápido crescimento económico, onde as novas tecnologias convivem lado a lado com relações laborais de neo-escravatura (por exemplo, no sudeste asiático), como no próprio seio dos países considerados avançados. Não há dúvida que a inovação tecnológica e a revolução informática constituíram poderosos meios em que se apoiou o mercantilismo dos anos 80 para promover a desregulamentação da velha relação salarial fordista. Como consequência disso, assistiu-se a uma acentuada perda de peso do trabalho industrial nas sociedades avançadas (em especial na Europa), o que contribuiu para a crescente heterogeneidade e *des-standardização* das formas tradicionais de trabalho (Beck, 1992 e 2000; Hyman, 1994 e 1997; Regini, 1994; Ruysseveldt e Visser, 1996; Costa, 2000). Contudo, se a terceirização e a rápida expansão das novas tecnologias da informação promovem novas oportunidades para certos segmentos sociais, tais processos tendem a esconder os efeitos perversos que daí resultam sobre outros segmentos, arrastados para situações de maior precarização e exclusão – como tem acontecido, nomeadamente em economias da União Europeia consideradas das mais dinâmicas, como é, por exemplo, o caso da Irlanda (O'Hearn, 2000).

É, portanto necessário desmontar a visão idílica, neutra e fictícia de uma globalização homogeneizante e harmoniosa, que tem sido largamente construída pelos ideólogos do neoliberalismo e pelos *mass media* ao serviço dos poderes hegemónicos. O novo liberalismo global rapidamente entrou numa dinâmica vertiginosa, e os seus impactos sobre as relações de trabalho fazem-se hoje sentir em todas as regiões do globo. Quer isto dizer que a globalização não existe fora do tempo e do espaço nem paira sobre os poderes políticos, económicos e institucionais que comandam o sistema mundial, muito pelo contrário, são os Estados, principalmente os Estados mais poderosos dos países centrais que estão a promover a globalização neoliberal. Por isso, ela deve ser entendida num sentido polimórfico, visto que as múltiplas interacções e impactos a que os mecanismos globais dão lugar adquirem as mais diversas especificidades e configurações em diferentes regiões e contextos espaciais, ou seja, os processos de globalização arrastam consigo novas formas de <localização> (Boyer e Hollingsworth, 1997; Santos, 1995b e 2000).

Estamos hoje perante um novo modelo laboral e social, caracterizado aumento da *individualização* das relações sociais, da insegurança, da precarização e do risco de diferentes níveis da vida social, nomeadamente na esfera laboral (Beck, 1992; 2000). A constante mobilidade do capital e o consequente aumento da fragmentação, a descentralização do processo produtivo, traduzem-se cada vez mais em fenómenos como a deslocalização de empresas, subcontratação, flexibilidade de horários, desemprego e emprego precário, etc., cujas consequências, apesar da larga margem de imprevisibilidade, já se fazem sentir de forma drástica sobre a actividade sindical. Acresce que, a mitologia comunista e o sindicalismo <de classe>, que durante mais de um século serviram de modelo ideológico ao movimento operário, caíram por terra, com a queda do muro de Berlim, o que também contribuiu para

¹ No seguimento da crise do Estado-Província, alguns autores diagnosticaram nos anos 80 o “fim do capitalismo organizado” e a passagem para a fase do “capitalismo desorganizado”, ou segundo uma terminologia equivalente, a passagem dos regimes de acumulação “fordistas” para os “pós-fordistas” (Offe, 1985a; Lash e Urry, 1987; Offe, 1984; Esping-Andersen, 1996; Graham, 1991).

precipitar o progressivo declínio em que entrou o movimento sindical ao longo das últimas duas décadas.

É neste quadro que procurarei discutir a realidade do operariado industrial do calçado em Portugal e os problemas com que se debate o sindicalismo do sector. Começarei por apresentar brevemente algumas características desta indústria e do tecido sociocultural em que se inserem os seus trabalhadores na região aqui em estudo (a zona de S. João da Madeira, situada no Centro Litoral do país, a norte do distrito de Aveiro), chamando a atenção para os sistemas de poder que prevalecem no seio das empresas e para os seus fundamentos socioculturais. Seguidamente, socorro-me de uma observação participante realizada numa empresa de calçado² para ilustrar formas de resistência tácita ao poder patronal desdescadadas pelo colectivo operário no dia-a-dia de trabalho. Finalmente, concluirei o artigo com uma breve síntese sobre a actividade sindical e os desafios com que se debate o sindicato para promover novas alianças e mobilizar os trabalhadores e a comunidade local para novas acções de sentido emancipatório.

A indústria do calçado: Um pós-fordismo pré-moderno

Apesar das tendências gerais de perda percentual dos trabalhadores industriais para o sector dos serviços, o operariado do sector do calçado tem continuado a crescer ao longo das últimas décadas e assume-se hoje como um dos segmentos mais significativos da força de trabalho desta zona, rondando os 25.000 trabalhadores. As unidades³ produtivas continuam a ser na sua esmagadora maioria de pequena dimensão, localizadas em pequenos aglomerados ainda marcados pela ruralidade, que se espalham pelo território circundante à cidade de S. João da Madeira (SJM). ⁴A força de trabalho do calçado é predominantemente jovem e

² Esta observação durou certa de três meses em que trabalhei na linha de montagem de uma pequena empresa (com perto de 60 trabalhadores), onde me sujeitei a todos os horários e condições normais de trabalho, tendo desempenhado um variado conjunto de tarefas. Os resultados deste estudo, bem como o vasto conjunto de questões de ordem metodológica que o mesmo suscitou estão publicados em Estanque (2000). Embora esse trabalho de campo tenha decorrido no ano de 1996, as pesquisas em torno deste sector têm continuado no âmbito de projectos mais recentes, designadamente o projecto colectivo internacional actualmente em curso, Reinventar a Emancipação Social, sediado no Centro de Estudos Sociais e coordenado por Boaventura de Sousa Santos.

³ Dados de 1995 coligidos pela Associação Industrial do Distrito de Aveiro, indicam aproximadamente os seguintes números: 49.000 trabalhadores empregados no sector "têxtil, vestuário e calçado"; 36.000 nos "produtos metálicos"; 23.000 na indústria de "madeiras e cortiça"; 16.000 nos "minerais não metálicos"; 11.000 na indústria de "alimentação e bebidas"; 7200 na "indústria metalúrgica"; 6.400 na "indústria química"; e 6000 nas indústrias de "papel e artes gráficas". No caso dos três concelhos aqui em análise, a nível da indústria transformadora o calçado é claramente o sector que absorve maior volume de emprego (entre 23.000 e 27.000 trabalhadores, consoante as fontes), seguindo-se-lhe o ramo da indústria da cortiça (que se centra sobretudo no concelho de Santa Maria da Feira, com cerca de 600 empresas e empregando 10.000 trabalhadores), os produtos metálicos (5.300 trabalhadores) e os têxteis e vestuário (2.800 trabalhadores). Recorde-se que o sector secundário ocupa no distrito de Aveiro cerca de 50% da população activa, subindo nos três concelhos aqui considerados para um valor de 70% (cf. O Distrito de Aveiro: quem somos, do Douro ao Buçaco. Edição do Governo Civil de Aveiro, Julho de 1995).

⁴ Que se estende pelo interior das divisões administrativas vizinhas, os concelhos de Oliveira de Azeméis e Vila da Feira. As empresas de maior dimensão, apesar de muito poucas, absorvem uma parcela significativa da força de trabalho, ou seja, enquanto as unidades com mais de 100 empregados (4,1 % do número de empresas) empregam 31 % dos trabalhadores, as empresas com menos de 50 empregados (86% do total) empregam cerca de 45% dos trabalhadores. Os restantes 24% de trabalhadores

bastante feminizada, com cerca de 58% de mulheres. Esta maioria feminina é acompanhada por flagrantes situações de discriminação sexual. As mulheres auferem salários inferiores, mesmo para trabalho igual. Além disso, no que respeita à distribuição sexual pelos diferentes níveis de qualificação o fenómeno torna-se ainda mais evidente. Por exemplo, as posições dirigentes e chefias intermédias (agregadas) absorvem 4,9% do total de homens e 0,9% do total de mulheres, enquanto as categorias de mais baixa qualificação da força de trabalho absorvem cerca de 29% do total dos homens e 89% do total das mulheres (dados de 1991, dos Quadros de Pessoal do MESS).

A grande mobilidade e a contínua expansão que o sector tem revelado nas últimas três décadas favorece o rejuvenescimento contínuo da força de trabalho, ao mesmo tempo que a sua renovação se mantém vinculada às comunidades mais empobrecidas e marcadas pelo progressivo declínio da pequena agricultura tradicional. Populações carenciadas de recursos económicos e escolares, tendem a criar nos mais jovens predisposições para o abandono precoce do sistema educativo, sendo levadas a procurar no trabalho industrial a saída possível para responder a essas carências económicas.

Por um lado, esta realidade favorece a emergência de múltiplas situações de informalidade e de fragmentação do processo produtivo, tornando-o mais flexível e adaptável às flutuações do mercado, permitindo aos empresários recorrerem a regimes de subcontratação, ao trabalho domiciliário, etc., além do recurso a outras fórmulas mais ou menos obscuras de pressionar os trabalhadores a realizar tarefas em condições não negociáveis, altamente desvantajosas e muitas vezes ilegais. Por outro lado, os hábitos arreigados em populações ligadas ainda ao meio rural - onde pontificam subjectividades e modelos de referência de extrema pobreza, sujeitas a uma forte *privação relativa* -, traduzem-se em representações positivas acerca do trabalho fabril, facilitando a aceitação das duras condições de produção que vão encontrar no ambiente industrial. Estas são algumas das razões de fundo que têm proporcionado as boas prestações do sector a nível macroeconómico ao mesmo tempo que têm reproduzido condições de acumulação largamente suportadas pelo trabalho intensivo de um operariado hiper-explorado e pouco reivindicativo⁵. Embora nesta região as situações de exclusão e pobreza sejam menos chocantes do que aquelas que pontificam em países do Sul, na América Latina ou no Continente Asiático, ainda não há muitos

empregam-se em unidades de média dimensão, que representam menos de 10% das empresas (dados recolhidos a partir dos Quadros de Pessoal do Ministério do Emprego e da Solidariedade Social).

⁵ A produção (VBP/Valor Bruto de Produção) em 1994 foi estimada em 330 milhões de contos, representando um crescimento anual médio de 28%. Quanto às exportações, que correspondem a cerca de 80% da produção nacional do sector, revelaram em 1995 uma taxa de crescimento de 35% nos últimos vinte anos, o que representa, para o mesmo ano de 1995, 8,1% do total das exportações da indústria transformadora portuguesa (quando em 1973 se limitava a 1,2%). Em 1974 as exportações de calçado foram de 3,6 milhões de pares (555 mil contos), enquanto em 1995 esse valor se situava nos 76 milhões de pares (o que correspondeu a 235 milhões de contos). Quanto ao volume de emprego, o sector cresceu cerca de 7% ao ano no mesmo período, absorvendo em 1997 à volta de 72.000 trabalhadores a nível. Dados mais recentes mostram que, entre 1995 e 2000 a produção nacional de calçado continuou a crescer bastante acima dos nossos parceiros europeus, com 7,7% de crescimento nos últimos 5 anos e, quanto a exportações, atingiu em 2000 os 87,5 milhões de pares. Os últimos dados revelam uma clara recuperação do sector em relação à Itália, o principal produtor internacional, e nas trocas comerciais com o vizinho espanhol, nos últimos 5 anos a tendência tem vindo a inverter-se a favor de Portugal, tendo as exportações aumentado em 514% ao longo desse período nacional (FONTES: A Indústria Portuguesa de Calçado. Edição APICCAPS, Porto, 1997; INOFOR - Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação, Relatório Sectorial sobre o sector dos Curtumes, Calçado e Outros Produtos de Couro, 2001; APICCAPS, Plano Estratégico para os Próximos cinco Anos, in Jornal "Expresso", 16/6/01).

anos, foram detectados diversos casos de trabalho infantil, com as crianças escondidas em alçapões para ludibriar a fiscalização, tendo o sindicato desencadeado um conjunto de acções de denúncia que contribuíram para pressionar as instituições e os poderes públicos a actuar nesse domínio.

Vigora no sector industrial do calçado desta região um sistema disciplinar que em trabalhos anteriores designei por *despótico-paternalista* (Estanque, 1992 e 2000). Embora estas duas dimensões surgem intimamente ligadas, o pólo despótico tende a sobrepor-se ao paternalista, principalmente no caso de empresas que, como aquela onde realizei o meu estudo de caso, funcionam na base de estruturas técnicas e organizacionais modernizadas e comportam estruturas produtivas e força de trabalho de média dimensão. Trata-se, pois, de um contexto específico cujos contornos combinam elementos de modernidade com lógicas pré-modernas derivadas da persistente vinculação entre a indústria e as comunidades rurais da região. Sendo Portugal um país semiperiférico inserido hoje num bloco económico do centro (a União Europeia), e ainda devido às rápidas transformações estruturais a que tem sido sujeito nos últimos 25 anos, é natural que se façam notar inúmeros contrastes nos planos cultural e socioeconómico. Podem, por exemplo, detectar-se fenómenos idênticos aos assinalados por M. Burawoy quando comparou os *regimes paternalistas* do capitalismo inglês com o *despotismo de mercado* em certas regiões dos EUA (Burawoy, 1985: 95-102). Porém, as especificidades desta região acrescentam-lhe outras dimensões inerentes ao actual quadro de competitividade globalizada, incluindo as tendências de segmentação e precarização das relações laborais, a que vimos assistindo nos últimos tempos. Sem dúvida, já não se trata aqui nem de um puro mercantilismo «selvagem» nem de um paternalismo «neo-feudal» que se confunda com o de há cem anos atrás. Todavia, os sistemas de controlo que vigoram em muitas empresas de calçados continuam a denotar traços semelhantes a tais modelos, se bem que inseridos numa trama de nuances bem mais complexa.

Certamente que as situações variam segundo diferentes dimensões e recursos técnicos das empresas de calçado. Nas unidades mais pequenas e tradicionais predomina o *modelo de controlo simples*, onde os laços de lealdade e o paternalismo são mais marcantes, enquanto nas de maior dimensão, o sistema burocrático é mais formalizado e dá lugar a *modelos de controlo hegemónico*, permitindo a presença de estruturas plurais de representação e mecanismos internos de diálogo, se bem que de deficiente alcance prático, pois, os direitos dos trabalhadores são, mesmo nestas empresas, sistematicamente torpedeados através dos meios coercivos e autoritários. Quanto às empresas de média dimensão (que constituem a larga maioria do sector), a incidência da estrutura técnica sobre os ritmos produtivos alia-se a modelos de gestão tradicionais e autoritários, o que tende a potenciar um *modelo arbitrário e despótico* - ou de *sweating*, como também já foi designado - marcado pela obsessão lucrativa dos empregadores (Goss, 1991: 84). Estas distinções nem sempre são nítidas e, por isso, o importante é sublinhar que as práticas disciplinares da hierarquia fabril combinam as dimensões despótica e a paternalista, embora o maior ou menor grau com que cada uma delas se faz sentir seja sempre variável em função de diversos factores que se prendem com a especificidade das próprias empresas.

Pode dizer-se que o *regime despótico-paternalista* que vigora nestas empresas repousa num modelo de tipo pós-fordista, sem no entanto ter passado pelo fordismo. Na verdade, este tipo de despotismo inscreve-se na própria história local e na tradição artesanal e familiar da indústria do calçado nesta região⁶. Ou seja, à medida que a indústria moderna se

⁶ De facto, ele parece estar geneticamente inscrito na história local, uma vez que os mecanismos de regulação inseridos na própria comunidade funcionaram desde os princípios do século XX como uma espécie de "micro-estado", em que o exercício da exploração e o poder autocrático das elites locais foram desde então sempre acompanhados de modalidades informais de protecção e assistência, construindo assim um sentido de solidariedade tutelada, de recorte caritativo, aos mais carenciados. Trata-se de um princípio de regulação que, protegendo sobretudo os interesses dos grupos privilegiados, fá-lo segundo

expandiu, a produção oficial foi progressivamente dando lugar a um novo paternalismo, digamos de cariz «neo-feudal», através do qual se passou do governo da família (do patriarcado) para o governo através da família. Assim, o *paternalismo despótico* foi construído a partir das crescentes exigências disciplinares da produção industrial, fazendo emergir um despotismo empresarial que soube cooptar e assimilar os tradicionais laços de lealdade enraizados no mundo rural, o que lhe permitiu estender os mecanismos de controle sobre a classe trabalhadora e as comunidades da região.

Adaptação e resistência tácita face ao paternalismo despótico

A presença dos sistemas de controlo que acabei de referir não deve ser interpretada como sinónimo de uma total passividade ou conformismo por parte dos trabalhadores. Mesmo perante casos onde impera a lógica despótica podem ocorrer dinâmicas de resistência e jogos de poder da parte dos operários, que assim procuram contrariar a apertada disciplina fabril, deixando antever potencialidades de acção emancipatória.

Se é verdade que não existe uma resistência explícita, visível e organizada, não é menos verdade que, observando mais de perto o ambiente laboral numa empresa industrial, os sinais de rebeldia tácita, subtil e latente estão abundantemente presentes e assumem as mais variadas formas. Embora em termos de consciência colectiva e de participação sindical se trate aqui de um contexto bem diferente daqueles em que predominou o velho discurso militante - da classe contra classe -, a linguagem simbólica que se inscreve nos gestos e comportamentos quotidianos exprime clivagens e identificações que resultam de relações de poder inerentes à relações de classe. É uma *linguagem de classe* (Jones, 1989) claramente marcada por subjectividades antagónicas, apesar de em geral não assumirem uma forma explícita e aberta, antes se revelando através do silêncio ou de uma espécie de murmúrio de descontentamento.

Só excepcionalmente os trabalhadores aderem a formas de luta colectiva dirigidas contra a exploração e o poder autocrático que sobre eles se exerce. E quando isso acontece, é devido a uma intensa preparação pela direcção sindical em que geralmente os objectivos materialistas constituem o elemento decisivo. Todavia, como mostrou Burawoy, entre outros, o taylorismo nunca conseguiu, na prática, consumar por completo a separação entre concepção e execução. Os responsáveis da gestão, embora chamem a si o controle do conhecimento técnico, não conseguem monopolizá-lo em absoluto. Esta questão é bem visível no sector do calçado, onde a oposição entre o conhecimento apropriado pela Direcção e o conhecimento dos trabalhadores denuncia as constantes disputas de poder. O saber-fazer do trabalhador permite-lhe pôr em prática processos mais ou menos subtils que tendem a contrariar as regras da hierarquia e, de certo modo, recriar "a unidade entre concepção e execução", mesmo que os seus efeitos contribuam para a "fabricação do consentimento" no plano macro (Burawoy, 1979 e 1985). Se a maior arma do opressor é a mente do oprimido, o exercício do poder autoritário só tem lugar perante a possibilidade de resistência das vítimas da opressão. Isto significa que, mesmo em ambientes extremamente adversos, tendem a persistir *espaços de liberdade*, por mais ínfimos que sejam, onde a dignidade dos oprimidos procura resguardar-se. A fábrica industrial, ainda que já não corresponda ao mundo «satânico» do século XIX, continua a ser um espaço onde as fontes de poder informal, fundadas no saber técnico, na subtileza da pequena sabotagem ou nas regras do jogo que se aprendem a dominar, constituem o único meio através do qual os trabalhadores podem inverter pontualmente a relação de poder e preservar a sua dignidade pessoal e colectiva (Crozier e Friedberg, 1977;

uma lógica hegemónica que se estende sobre amplas ilusões de oportunidade para os trabalhadores. Primeiro, sob a ideia de uma comunidade "exemplar" e orgulhosa da sua entrega ao esforço laborioso; depois sob o signo do nacionalismo paternalista do Estado Novo; mais recentemente sob a ideia de uma atitude consumista, feita de expectativas positivas quanto ao acesso a novos patamares de consumo.

Bernoux, 1985).

As formas que um tal "jogo" adquire na vida da empresa são visíveis, desde logo, na relação entre o grupo operário e as chefias directas, como aconteceu na empresa onde trabalhei, em SJM. O encarregado da linha de montagem descreveu-me aspectos dessa resistência. Afirmava ele que, nos primeiros tempos como encarregado, algumas trabalhadoras lhe tentaram "fazer a vida negra (...). Estavam sempre a apalpar o pulso. Se sentiam que era mole abusavam logo (...). Havia coisas em que ainda tinha pouca prática, mas sempre fui procurando melhorar, até saber fazer bem, como hoje, qualquer operação na linha de montagem. Quando é preciso mostrar, sento-me ao lado do operador e mostro-lho como se deve fazer (...)" . Era frequente vê-lo a gritar de longe para as mulheres da secção de acabamentos – "estás a limpar as unhas?!" – , numa atitude bem reveladora do carácter despótico do poder. Porque me chocava a sua pose militarista e a imagem de humilhação nos rostos de algumas operárias, quando tive oportunidade perguntei-lhe se não seria preferível ir junto delas e falar. Explicou-me então que no início tentou fazer isso, mas não resultou. Por quê?, perguntei. "Porque quando me ia a dirigir a um pequeno grupo que estava a conversar, surgiam sempre vozes que me chamavam a meio do caminho para resolver qualquer problema. Passado algum tempo eu apercebi-me que aquilo era de propósito!". Uma resposta que naquela circunstância me deixou um tanto desarmado, mas que evidencia bem as nuances de que se revestem as práticas de resistência. O mesmo supervisor reconhece que, por vezes, embora as coisas não saíssem exactamente como ele queria, deixava passar. Ainda hoje isso acontece. E conclui: "mas eu apercebo-me! (...). Elas pensam que não, mas eu se fecho os olhos é porque quero (...)" .

Os trabalhadores mais jovens, em particular as raparigas aprendizes e com as suas marcas rurais ainda mais visíveis, são o principal objecto do poder discricionário do encarregado⁷. Mas enquanto esses sectores demonstram acima de tudo embaraço, retraimento e medo, os mais qualificados e instruídos, principalmente se trabalham em funções decisivas da linha de montagem, evidenciam sinais de segurança, indiferença e até de autoridade, pois sabem usar o poder que lhes conferem as qualificações técnicas e o saber-fazer que detêm. Um dos trabalhadores com quem trabalhei na produção - o tio António - por vezes mostrava-se revoltado com o chefe quando o andamento da linha era demasiado violento, e explodia: "ele não vê que isto está atrasado?!" . Chateava-se, ficava vermelho de irritação e protestava: "se não vem desligar a máquina e parar isto, deixa-se seguir tudo prá

⁷ Um dia, o chefe da montagem chamou uma das operárias e pediu-lhe para desenformar umas botas (amostras) quando ela se encontrava junto das embalagens. Como naquele momento estava a acabar outra tarefa respondeu: "Já vou". Pouco depois, e como não visse a sua ordem seguida de imediato, o encarregado foi junto dela e gritou-lhe: "mas o que é que eu estou aqui a fazer?!" . Numa fúria crescente, que para mim era até então fora do comum, gritava: "queres ir lá para fora? Queres?!" . "Ir lá para fora" é uma forma de punição que vigora na empresa. Uma trabalhadora pode ser mandada para a rua durante um período de tempo variável, sendo-lhe depois descontado esse tempo no ordenado. É inegável que as atitudes mais autoritárias são sempre dirigidas aos mais vulneráveis, em particular às raparigas mais jovens para quem o grito de longe é o método mais frequente: "vem cá contar-me essa que eu também queria ouvir!"; "então o que é que eu sou aqui afinal?... Aquilo que eu digo é para se fazer ou quê?!" . Tal como com estas raparigas jovens - conhecidas na fábrica pelo "pessoal de Alvito" - assisti a outras situações de grande violência, sempre dirigidas a trabalhadores de menores recursos. O tio António (o meu companheiro de posto de trabalho) e a Rosa são exemplo disso. Em ambos os casos, o encarregado mostra-se particularmente irritado com o facto de olharem para o chão quando lhes dirige alguma reprimenda. Vi-o a gritar para o meu colega de posto: "Olhe para mim! Olhe para mim carago! Porque é que não olha para mim?". O caso da Rosa é semelhante. São trabalhadores sem qualquer instrução escolar e cujas marcas de ruralidade saltam à vista. A sua postura corporal perante a posição de poder com que são confrontados imprime-lhes no rosto uma expressão semelhante à de crianças desprotegidas e envergonhadas quando repreendidas em público.

frente e pronto! (...)". Noutras ocasiões, tanto o *tio* António como os outros, adoptam uma atitude deliberada de "*deixa andar*". Se vêem que o encarregado não toma atenção à excessiva velocidade da linha, como sabem que não ganham nada em protestar abertamente e também não querem ser cooperantes em excesso, abrandam o ritmo de propósito e ficam "*nas calmas*", como que a assobiar para o ar, fingindo que não percebem o que se está a passar. Um operário da montagem contou-me que, semanas antes, o encarregado lhe tinha mandado desmontar um sapato porque a biqueira estava enrugada: "*eu disse-lhe que sim, mas continuei a trabalhar com o par que tinha nas mãos. Mais tarde passou novamente por aqui e eu mostrei-lhe o sapato, perguntando: está bom?, ao que ele olhou e a seguir respondeu - está bem, manda seguir. Só que eu não tinha sequer voltado a tocar no sapato! Estava exactamente como antes!!*". Nota-se o prazer que sentem quando vêem o encarregado em apuros, ou quando comprovam a sua suposta ignorância. É, portanto, uma atitude de *travagem* (do termo francês *<frainage>*) que normalmente está presente entre os segmentos politicamente mais activos do operariado industrial, mas que aqui se reveste de características muito próprias: situa-se aquém da consciência de classe, mas além de uma aceitação resignada. O plano cultural e identitário confere-lhe expressão prática.

É nesta linha que se desenha uma das ambiguidades deste operariado, reveladora de que, apesar da sua identidade colectiva estar fragmentada entre os espaços da produção, da comunidade, da família e do mercado em geral - afastando-se portanto da velha *classe-para-si* (Marx) ou se uma colectividade cuja experiência se espelhe numa identidade de classe (Thompson, 1963) - parece transportar um *instinto de classe* (Lenine), visto que não apenas consente passivamente na exploração, mas resiste a ela e participa na sua recriação. Uma colectividade que tenta preservar a sua dignidade, não de forma aberta e organizada, mas através de micro-tácticas de "*guerrilha*" (como diria De Certeau, 1984), produzindo formas de resistência colectiva não politicamente esclarecidas, mas culturalmente significativas, visível quer nos gestos de humor e nas pequenas corrosões do sistema hierárquico (Linstead, 1985). Se num cenário com estas características é completamente inadequada a velha concepção ortodoxa de um proletariado como supersujeito redentor da emancipação social, ele revela que é igualmente inadequada a excessiva ênfase no conformismo e na passividade do operariado perante os poderes do mercado e da globalização neoliberal.

Problemas e desafios do sindicalismo

Segundo os dados da OCDE, no conjunto dos seus 18 países membros verificou-se uma quebra durante a década de 80 de cerca de 7% dos assalariados em relação à população activa, o que corresponde a uma perda estimada em 5 milhões de membros (OCDE, 1991). Os novos processos de reestruturação e segmentação do processo produtivo, o crescimento das taxas de desemprego e a expansão dos fenómenos da exclusão social tiveram um impacto directo no enfraquecimento das estruturas sindicais, traduzindo-se numa significativa erosão da filiação sindical em quase todos os países da Europa Comunitária, conforme reconhece a Comissão Europeia (Relatório IRE, 2000: 44-45). No caso português, a tendência tem sido a mesma. De 1974 a 1995 as taxas de filiação sindical diminuíram de 52% para 30%⁸ (Cerdeira, 1997: 51). Em trabalho recente, António Casimiro Ferreira equaciona esta tendência com a crescente fragmentação das estruturas associativas e federativas: "*a diminuição das taxas de sindicalização combina-se com modelos de pluralismo sindical competitivo onde a efectiva representatividade dos sindicatos é utilizada como recurso negocial, explícito ou implícito, pelos actos sociais constitutivos do sistema de relações laborais*", o que, conclui o mesmo autor, "*acentua o risco de precarização do poder negocial dos sindicatos*" (Ferreira, 2001: 277).

Pode, pois, dizer-se que o capitalismo conseguiu até certo ponto "canibalizar" as lutas

⁸ Se considerarmos apenas os trabalhadores por conta de outrém (excluindo os independentes), a evolução negativa foi menos drástica, de 52% para 36%, segundo a mesma fonte.

da classe trabalhadora. Mas, para além disso, também as estruturas dirigentes dos principais sindicatos europeus se tornaram em larga medida instrumentos da acção reguladora do Estado. Com isso, contribuíram, também os sindicatos, para "canibalizar" as velhas propostas de acção emancipatória do operariado. Quer isto dizer que as conquistas dos trabalhadores e do movimento sindical tradicional cederam, na prática, às pressões da lógica cooptativa, entrando sem o perceber na dinâmica do sistema, ou seja, deixando-se absorver pela lógica de regulação (Santos, 2000b: 335). Porém, lado a lado com as tendências de desacreditação do "velho" sindicalismo de base operária e nacional, diversos sinais de renovação - sobretudo no plano das ideias e do debate político - têm vindo a surgir, tanto no campo académico como no domínio sindical, apontando para a emergência de um "novo" movimento social sindical de âmbito global ou internacional (Ashwin, 2000; Bezuidenhout, 1999; Moody, 1997).

As propostas recentes de Peter Waterman vão exactamente nesse sentido. Para uma reconceptualização do velho internacionalismo sindical de base nacional/industrial/colonial que possa adequá-la à actual era do capitalismo das redes globalizadas/informatizadas, será necessário um novo sindicalismo social fundado num novo internacionalismo laboral cujos principais traços passarão por estratégias de luta de orientação democrática e pluralista que saibam aliar as reivindicações do mundo operário e laboral aos problemas de outros segmentos sociais, movimentos e comunidades⁹, no quadro da construção de uma ética de solidariedade internacionalista *"que ultrapasse o modelo de solidariedade de exportação praticando a solidariedade internacional em casa através do combate às causas e efeitos locais da exploração e repressão internacional"* (Waterman, 2000).

Estas propostas vão ao encontro das teses sobre o sindicalismo português, de Boaventura de Sousa Santos, em que o autor enfatiza o princípio da solidariedade, como resposta necessária ao crescente reforço das regulações locais e transnacionais em prejuízo dos mecanismos nacionais de regulação. A construção de uma cidadania activa passaria pela combinação entre um maior envolvimento directo do sindicalismo no espaço da produção, nomeadamente através do reforço do papel das comissões de trabalhadores, e uma maior intervenção fora do espaço da produção: articulando-se com *"outros movimentos sociais progressistas, movimentos de consumidores, feministas, etc. (...), as energias contestatórias do movimento sindical devem ser deslocadas para a articulação com estes outros movimentos"* (Santos, 1995a: 135). Significa isto que o sindicalismo, para se reinventar, terá de abrir-se para campos exteriores à produção e libertar-se do formato nacional e sectorial em que está enredado, ou seja, podemos afirmar que, pelo menos no contexto europeu e no caso português, a intervenção transformadora e emancipatória do movimento sindical ou permanece enredada nos pactos sociais nacionais, ou se reconstitui como movimento social de combate à lógica de internacionalização do capital (Pureza, 2001).

No que respeita concretamente ao sindicato do calçado, também se tem feito notar a tendência de crescente desfiliação acima referida. Enquanto no início dos anos noventa a taxa de sindicalização se situava próximo dos 55% - um valor que, nessa altura, estava muito acima da média nacional -, segundo as informações mais recentes da estrutura sindical, a percentagem de filiados ronda agora os 35%. Se no passado as elevadas taxas de sindicalização neste sector nunca se traduziram de facto num poder de mobilização significativo, na actualidade a deserção dos trabalhadores torna-se bem mais evidente. O

⁹ O novo sindicalismo aqui proposto exige, entre outras, as seguintes combinações: acções de luta no interior da força de trabalho com acções em redor do trabalho assalariado; exigências de melhores salários e condições de trabalho com maior controlo sobre o processo produtivo, os investimentos, as novas tecnologias, a relocalização, a subcontratação e as políticas educativas e de formação; luta contra os métodos autoritários e tecnocráticos de controlo com alianças junto de outros sectores, movimentos e comunidades não sindicalizadas; diálogo e cooperação com outras forças e movimentos democráticos não-classistas ou pluriclassistas, recusando ao mesmo tempo ser - ou subordinar-se a - qualquer vanguarda ou poder "soberano" (Waterman, 2000).

cenário em que hoje se encontra a acção sindical em geral, aparece nesta região reforçado, por um lado, pelas características de uma força de trabalho extremamente vulnerável e vinculada à lógica comunitária, e por outro lado, pelos efeitos dos mecanismos de controlo internos às empresas cujo traço mais marcante é, como se viu, o seu carácter despótico. Quer isto dizer que as iniciativas sindicais se debatem com enormes dificuldades de mobilização dos trabalhadores.

Aqui, como noutras paragens, o trabalho encontra-se sem dúvida mais dividido e precarizado e o capital mais unido e coordenado à escala global. Mas não deriva daí necessariamente a conclusão irrevogável, sustentada por Castells (1996), segundo a qual "o movimento operário foi historicamente suprimido", ou sequer que o mesmo perdeu a sua capacidade transformadora e emancipatória (Waterman, 1999). É certo que o sindicalismo tradicional parece estar em vias de esgotamento, mas há sinais de que a sua revitalização é possível, se bem que sob novas bases de intervenção. A experiência europeia de implementação dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs), embora circunscrita às grandes empresas e sujeita a inúmeras dificuldades, apresenta potencialidades que desafiam a capacidade de resposta dos trabalhadores e do sindicalismo português, com possíveis consequências emancipatórias (Costa, 2000); enquanto que, por exemplo, o caso da rede sindical da rede SIGTUR¹⁰, estudado por Lambert e Webster (2000), ilustra de forma eloquente as virtualidades de um movimento social global anti-hegemónico, fundado num novo internacionalismo operário, que tenta combinar a organização sindical tradicional com as redes da era da informação. À semelhança destes, o caso aqui em análise apresenta, também ele, potencialidades inovadoras neste domínio. As práticas de resistência tácita da colectividade operária, atrás apresentadas, apesar de circunscritas ao interior das empresas e sem grande tradução no plano da contestação organizada, apresentam-se como um factor de suporte e de incentivo para a renovação da actividade sindical do sector. Bastará atentar em alguns títulos da imprensa escrita para podermos antever, por um lado, as condições repressivas nas empresas, e, por outro, algumas das lutas que o sindicato tem enfrentado:

«*Sindicalista esfaqueado por empresário do calçado*» (Jornal de Notícias, 15/3/88); «*'Seguranças' agredem sindicalistas em fábrica de S.João da Madeira*» (Jornal de Notícias, 20/7/90); «*S.João da Madeira - Violência na greve do calçado*» (Público, 1/9/93); «*Trabalhadores impedem saída de máquinas do interior de fábrica em Arouca - Vigilância no calçado*» (Público, 28/10/95); «*Patrão e 'seguranças' condenados por agressão a sindicalistas*» (Jornal de Notícias, 15/11/96); «*GNR diz que não viu nada - Sindicalistas 'sequestrados' pela entidade patronal*» (Jornal da Feira, 8/5/98); «*Empresa 'Basilius' no banco dos réus - 'Haja justiça', pede o sindicato*» (O Regional, 22/01/00); «*Patrão do calçado condenado por sequestro de sindicalistas*» (Jornal de Notícias, 25/3/00).

A acção de denúncia e o recurso ao sistema judicial, com numerosos resultados de acções favoráveis aos direitos dos trabalhadores, parecem estar a gerar um efeito dissuasor junto do patronato. Esta orientação mostra, justamente, as razões por que este sindicato pode ser tomado como um caso exemplar na combinação coerente entre as diferentes componentes da sua actividade. Para além da capacidade de articular as funções tradicionalmente cometidas aos sindicatos - de defesa dos associados, de diálogo com os parceiros sociais, e a função política (Rosanvallon, 1988) -, tem dado provas de um apurado sentido realista da acção, permitindo-lhe assegurar o justo equilíbrio entre o protesto e a negociação.

Talvez porque as dificuldades de mobilização constituem aqui um problema mais antigo do que nos núcleos urbanos de maior concentração industrial, essa necessidade de reinvenção se torne também mais premente. Enquanto noutras regiões do país as condições favoráveis à

¹⁰ Southern Initiative on Globalization and Trade Union Rights.

acção colectiva permitiram, sobretudo no pós-25 de Abril¹¹, a afirmação de programas de acção e lideranças sindicais adequadas a um clima de fácil mobilização - mas que se mostram desadequados face ao actual contexto de crescente desmobilização -, nesta região, com um operariado desde sempre mais retraído e vulnerável, essas condições já eram então particularmente adversas. A intervenção do sindicato reflecte-se tanto a nível da participação em instâncias de diálogo e negociação como em manifestações de protesto. Além da denúncia de direitos agredidos e da exploração desenfreada dos trabalhadores, o sindicato do calçado tem-se assumido como um decisivo *pivot* de solidariedade e de dinamização de múltiplas iniciativas associativas e culturais na esfera da comunidade, ao mesmo tempo que a sua actividade começou nos últimos anos a orientar-se para o alargamento das suas coligações da escala local para a escala global. Por exemplo, no âmbito da directiva europeia sobre os Conselhos de Empresa Europeus (CEEs)¹², o sindicato esteve representado em diversos encontros relacionados com a aplicação da directiva a empresas multinacionais do sector, instaladas na região (são os casos das firmas Ecco Let, C. & J. Clark, e Rhode), acompanhando de perto esses processos e sendo, inclusivamente, levado a denunciar tentativas de manipulação dos respectivos actos eleitorais destinados a eleger os representantes dos trabalhadores nos CEEs¹³. Foi, aliás, graças a essa intervenção, que aqueles actos ilegais foram anulados.

Quer as alianças com o associativismo cultural e as ONGs da região, quer as articulações com as redes e movimentos de solidariedade global constituem campos de intervenção abertos ao actual movimento sindical. É nesse sentido que se enquadra a participação do sindicato do calçado nas Marchas Europeias contra o Desemprego e a Precariedade, onde tem integrado as estruturas organizativas, divulgando iniciativas, promovendo a mobilização de associados e dirigentes. Delegações suas estiverem presentes em algumas dessas manifestações de protesto, como em Nice (Dez/2000), Bruxelas (Abr/1997), na marcha Zurich-Marselha (Maio/1997) e no Porto (Jan/2000). Para além disso, tem vindo a estreitar as suas ligações com o movimento sindical brasileiro, mantendo contactos com a CUT e com o Sindicato dos Sapateiros de Nova Amburgo, tendo participado em Dezembro de 1999 em diversos encontros sindicais no Rio Grande do Sul.

Num contexto em que as condições laborais e socioculturais são particularmente adversas à mobilização, pode considerar-se que a *praxis* desta estrutura sindical desenvolve um olhar crítico que supera o ressentimento através da imaginação criativa. A par de uma clara demarcação face à ortodoxia e ao dogmatismo que minou o movimento sindical português, a orientação que o sindicato do sector do calçado vem imprimindo às suas práticas parece ir justamente no sentido de uma busca das "heterotopias de resistência", no sentido avançado por Santos (2000: 311). Perante o desaparecimento da velha utopia socialista, procura-se agora escavar nas margens do sistema exemplos de movimentos e subjectividades alternativos que ajudem a reinventar novos caminhos para a emancipação. Por outro lado, a atenção que dedica à questão cultural assume-se como fundamental, pois, passam também por aí os

¹¹ Refiro-me ao chamado período revolucionário, que se seguiu à "Revolução dos Cravos" em Portugal (entre 25 de Abril de 1974 e finais do ano de 1975, quando o regime democrático começou a normalizar-se), altura em que a sociedade portuguesa viveu o mais marcante período de exaltação colectiva, se esperança no socialismo e de movimentos sociais e populares de todo tipo, quando a linguagem de classe e o discurso marxista se tornaram praticamente hegemónicos no nosso país.

¹² Directiva que vai no sentido de que os Estados membros impunham às grandes empresas a prática de estruturas de gestão onde estejam presentes representantes dos trabalhadores, democraticamente eleitos.

¹³ Veja-se o caso de anulação de um acordo com a sede da Ecco Let na Dinamarca, que tinha sido assinado por delegados <nomeados> pela gestão em vez de democraticamente leitos pelos seus pares, que é referido por Hermes Costa (2000).

caminhos alternativas da acção colectiva e sindical.

As próprias características dispersas da malha industrial do sector, além de constituírem um problema que inibe o sentido colectivo da acção, tornam-se a este propósito numa vantagem, já que exigem do sindicato uma constante atenção a domínios que a generalidade das estruturas dirigentes do sindicalismo português tende a ignorar. Isto, aliado a uma liderança formada a partir de uma intensa experiência de trabalho de base, com uma constante mobilidade junto de empresas situadas em contextos diversificados, contribui para preservar a articulação entre o combate travado no campo produtivo e na esfera da comunidade, procurando recriar as potencialidades e desafios que o sindicalismo tem hoje pela frente.

Referências Bibliográficas

- ASHWIN, S. (2000), International Labour Solidarity After the Cold War, in COHEN, Robin and RAI, S. (eds.), *Global Social Movements*. London: Athlone, 101-116.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- BECK, U. (2000), *Un Nuevo Mundo Feliz: La Precariedad del Trabajo na La Era da La Globalización*. Barcelona: Paidós.
- BERNOUX, P. (1985), *La Sociologie des Organisations*. Paris: Seuil.
- BEZUIDENHOUT, A. (1999) *Towards Global Social Movement Unionism? Trade Union Responses to Globalization in South Africa*. Geneva: International Labour Organisation (www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/2000/dp115/), acedido em 11.07.2001.
- BOYER, R. e HOLLINGSWORTH, J. R. (1997), From National Embeddedness to Spatial and Institutional Nestedness, in HOLLINGSWORTH, J. e BOYER, R. (eds.), *Contemporary Capitalism - The Embeddedness of Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BURAWOY, M. (1985), *The Politics of Production*. Londres: Verso.
- CASTELLS, M. (1998), *End of Millenium. The Information Age: Economy, Society and Culture* (Vol. III). Oxford: Blackwell.
- CERDEIRA, M. C. (1997), A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995, *Sociedade e Trabalho*, n° 1, Ministério para a Qualificação e o Emprego.
- COSTA, H. A. (2000), Identidades sindicais europeias em tempos de globalização, *Tempo Social*, 12(1).
- CROZIER, M. FRIEDBERG, E. (1977), *L'Acteur et le Système*. Paris: Seuil.
- DECERTEAU, M. (1984), *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- ESTANQUE, E. (1992), Relações de poder no contexto industrial do calçado, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 34, Coimbra: CES.
- _____. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- FERREIRA, A. C. (2001), Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (re)pensar o direito das relações laborais, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 259-296.
- GOSS, D. (1991), *Small Business and Society*. Londres: Routledge e Kegan-Paul.
- HOBSBAWM, E. J. (1984), *Worlds of Labour: Further Studies in the History of Labour*. Londres: Weidenfeld.
- HYMAN, R. (1994), Trade Unions and the disaggregation of the Working Class, in REGINI, M. (ed.), *The Labour Movements*. Londres: Sage.
- HYMAN, R. (1997), Trade unions and interest representation in the context of globalisation, *Transfer - European Review of Labour and Research*, 3 (3), 515-533
- IRE (2000), *Industrial Relations in Europe 2000*. Brussels: European Commission/Employment & Social Affairs.
- JONES, G. S. (1989), *Languages of Class - Studies in English Working Class History 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LINSTEAD, S. (1985), Jokers wild: the importance of humor in the maintenance of organizational culture, *The Sociological Review*, vol. 33, 4/85.
- MOODY, K. (1997), *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. London: Verso.
- O'HEARN, D. (2000), Globalization, the 'New Tigers' and the End of the Developmental State? The Case of the Celtic Tiger, *Politics & Society*, 28(1), 67-92.
- OCDE (1991), *Perspectives de L'Emploi*. Geneve: OCDE.
- PUREZA, J. M. (2001), Para um internacionalismo pós-vestfaliano, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 238-258.
- REGINI, M. (ed.) (1994), *The Future of Labour Movements*. Londres: Sage.
- ROSANVALLON, P (1988), *La Question Syndicale*. Paris: Calmann - Lévy.

- RUYSSEVELDT, J. e VISSER, J. (1996), *Industrial Relations in Europe*. London: Sage.
- SANTOS, B. S. (1994), *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- _____(1995a), Teses para a Reinvenção do Sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo, *Revista Vértice*, 68, 132-139.
- _____(1995a), Teses para a Reinvenção do Sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo, *Revista Vértice*, 68, 132-139
- _____(1995b), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London/New York: Routledge.
- _____(2000), *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- THOMPSON, E. P. (1987) [1963], *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (vols. I, II e III). Edição inglesa: *The Making of The English Working Class*. Londres: Harmoudsworth/Penguin.
- WATERMAN, P. (2000), *Trade Union Internationalism in the Age of Seattle* (<http://www.antenna.nl/~waterman/>), acedido em 11.07.2001.

Memória coletiva: Um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo

Collective memory: A psycho-political study
of a workers' struggle in São Paulo

Soraia Ansara*
Soraiansara@terra.com.br

Resumo

O presente artigo refere-se a uma pesquisa realizada em um bairro operário, localizado na periferia de São Paulo, onde fizemos um estudo sobre a memória coletiva de uma greve que durou sete anos (de 1962-1969) no período da ditadura militar no Brasil.

Neste estudo analisamos como a memória coletiva se reproduz num contexto social urbano constituído de pessoas com diferentes vínculos com os atores envolvidos na greve - descendentes diretos, lideranças comunitárias ou sindicais.

O texto apresenta uma reflexão da identidade como um dos componentes da consciência política que permitiu o estudo da memória coletiva. Partindo dos pressupostos teóricos de Tajfel (1982; 1983) sobre identificação social e de Halbwachs (1990) em sua definição de memória coletiva, analisamos a influência da identidade na constituição da memória e percebemos que a memória coletiva possui dois grandes suportes: por um lado os vínculos identificatórios em que o grupo aparece como referência da memória coletiva e, por outro lado o "lugar" onde ocorreu a greve ("a fabrica de cimento") atuando como estímulo para a memória.

Palavras-chave

Memória Coletiva, Identidade Social, Resistência e Repressão

Abstract

This article is about workers' collective memories in a working class neighborhood in São Paulo. We aim to understand the collective memories and the creation of social identity under the strike movement which took place in the militar dictatorship period in Brazil, for seven years. Through individual interview with union leaders, community leaders and the strikers' grandchildren, we try and identify if collective memories have been lost across generations or if they have been preserved as important references. Our objective is to analyze how these collective memories of repression are reproduced, in a urban context, by people with different relationships to the strikers: direct descendants and community or union leaders. we analyze identity as one of the elements of political consciousness which allows. for the study of collective memory. Based on Tajfel's theoretical position of social identification, and Halbwachs' collective memory definition, this paper analyzes the identity's influence on the constitution of collective memory. We understand that collective memory is built in a specific social and political context and is therefore able to reflect a process of either change or conservation.

* Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Assessora dos Movimentos Populares na Região de Pirituba/Perus – São Paulo/SP Trav. Gerônimo Espejo, 128 – Ap. 23 B. CEP 02812-050 – Cohab -Taipas – São Paulo/SP

Keywords

Collective Memory, Social Identity and Repression; Working class and collective memory.

O presente artigo trata-se de um estudo sobre a memória coletiva de uma greve ocorrida em um bairro operário da periferia de São Paulo, que perdurou sete anos ao longo da ditadura militar (1962-1969) no Brasil. Neste estudo buscamos perceber como a memória foi reproduzida, reconstruída ou conservada na memória coletiva das gerações atuais: netos dos operários que participaram da greve, lideranças atuais do sindicato e das comunidades, que vivem, ainda hoje, ao redor da antiga Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland (CBCPP - desativada desde 1986).

Através de entrevistas individuais com netos dos grevistas, lideranças sindicais e lideranças comunitárias atuais, procuramos compreender como a recomposição do evento passado repercutiu na atualidade. Para isso, o texto propõe a análise da relação entre consciência política, identidade e memória, buscando entender como a greve operária na época da repressão é reconstituída na memória coletiva das pessoas e sua relação com a identidade social.

Com base nas entrevistas realizadas, organizamos o texto em dois momentos: um primeiro em que destacamos que a **memória coletiva envolve diferentes formas identificatórias** expressas na multiplicidade de memórias que encontramos. Num segundo momento destacamos os **vínculos identificatórios** procurando perceber: a projeção do eu nessa memória e o significado atribuído ao evento.

Dessa forma buscamos compreender este fenômeno do ponto de vista psicossocial, considerando o que os sujeitos escolheram para perpetuar na sua história, aspectos de importância e significado para sua vida (Bosi, 1979), que incluem detalhes pormenorizados e íntimos das narrativas no que tange aos sentimentos do passado.

I - Memória coletiva: Lembranças diferenciadas (Netos, lideranças sindicais e comunitárias)

Procuramos perceber, a partir dos relatos dos netos, lideranças sindicais e comunitárias, como a greve foi sendo transmitida ou conservada como memória histórica e o impacto que teve e tem até os dias de hoje. Exploramos aqui como foi sendo reconstituída a memória social, as relações sociais aí presentes, a influência da escola e da família na preservação e/ou manutenção dessa memória. A imagem de um grande "mosaico" expressa bem a multiplicidade de memórias que encontramos e que se diferenciam em seus múltiplos significados, constituindo a **memória coletiva da greve dos Queixadas**¹. Halbwachs (1990) afirma que as memórias se diferenciam porque:

"A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referências que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade" (53-54).

Para o autor, a memória coletiva está ancorada num quadro social do qual o indivíduo "empresta" palavras e idéias para construir sua memória individual. Desta forma a singularidade apresentada pelas memórias deve ser compreendida a partir das múltiplas combinações de quadros de memória acessíveis aos indivíduos ao longo de suas vidas.

¹ Queixadas é o nome atribuído aos operários grevistas e que significa porcos do mato que ao perceberem o perigo, reunem-se em manadas, obrigando o inimigo a refugiar-se.

1. Quadros Sociais² da Memória

O conceito de memória coletiva é caracterizado por Halbwachs (1990) como um fenômeno social e deve ser compreendido como resultado de processos de socialização e não como resultado de processos individuais ou subjetivos. Neste sentido, a memória coletiva só pode ser entendida na presença de "quadros sociais" ou estruturas coletivas (grupos e instituições) que proporcionam múltiplas e diferentes memórias. Estas múltiplas e diferentes memórias são carregadas de diferentes significados, que foram construídos e re-significados a partir dos diversos grupos com os quais as pessoas se identificam. Dessa maneira a identidade social e identificação social, a nosso ver, vão funcionar como um desses quadros sociais, principalmente porque as entendemos como uma construção resultante da interação social (Tajfel 1983) e onde a transmissão de informações, conhecimentos e vivências são favorecidas pelos laços interpessoais.

Com efeito, interessa-nos compreender aspectos da memória social, aquilo que foi conservado e mantido pelo grupo social, o impacto que o evento causou na vida das pessoas. Para usar as palavras de Bosi (1979), aquilo que os sujeitos escolheram para perpetuar na sua história e que estão presentes nas suas relações interpessoais com as instituições, a família, a escola, a comunidade.

Podemos observar, a partir de alguns fragmentos extraídos das entrevistas e que vão compor a memória de netos, lideranças sindicais e comunitárias, como os grupos dos quais os entrevistados fazem parte fornecem elementos para construção da memória coletiva, reforçando a influência da identidade social neste processo.

1.1. Memória dos Netos

De maneira geral, os netos ouviram falar do evento da greve através da família: pai, mãe, avós, tios ou ainda por pessoas próximas da família que moram no bairro. A maioria deles passa a perceber a importância do evento quando é feito o reconhecimento social através da escola, ou seja, o evento sai da esfera da família e passa a ter importância social.

Embora afirmem não conhecer quase nada da história da greve dos Queixadas, muita coisa foi conservada. Em seus relatos não fazem descrições detalhadas, mas trazem elementos que destacam aspectos positivos, por um lado, como a firmeza na luta, a união e a solidariedade dos Queixadas e por outro lado, as dificuldades enfrentadas por suas famílias. A família transmite as tensões que existiam entre o grupo dos Queixadas e o grupo dos pelegos, entre os avós e seus pais ou mesmo entre o avô e a avó: *"A minha avó amaldiçoou a greve, pra ela aquilo foi uma coisa terrível na vida dela... ela acha que sacrificou os filhos dela porque eles tiveram que trabalhar muito cedo por causa da greve e que muita gente passou fome"* (S.H.S.N.).

Por mais que possam afirmar que a greve não tenha tido interferências em suas vidas, os netos nos trazem exemplos de que a experiência dos Queixadas os atingiu, pois falam da lição que ficou, falam que a luta, a batalha e a vitória dos avós são uma força para vencer as dificuldades de hoje: *"Teve, a luta, a batalha, é, o conhecimento assim mesmo na escola..." e considerando os trabalhos difíceis que tem na escola "... aí você lembra, mas os Queixadas conseguiram... e você tem uma força a mais, né"* (EB.P).

O aprendizado com os avós nos permite verificar que a passagem de uma geração a outra, como nos aponta Halbwachs (1990), é um continuum que não se interrompe, "...há em

² Atribuiremos o mesmo sentido ao termo "quadro social", conforme utilizado por Halbwachs em seu livro "Les Cuadres Sociaux de la Memoire", 1952, quando se refere à estrutura coletiva em que está ancorada a memória. Para ele as memórias se baseiam em estruturas fixas que antecedem os indivíduos. Mesmo as memórias que apareçam como estritamente individuais devem ser compreendidas a partir destes quadros sociais como família, escola, partidos políticos, associações.

cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive... no próprio círculo de nossos pais, nossos avós deixaram sua marca" (p. 69). Essa marca é o legado dos costumes e das tradições de toda espécie que esses jovens receberam de seus avós. Em outras palavras, os netos carregam consigo uma parte de seus avós.

1.2. Memória das Lideranças Sindicais Atuais

As lideranças sindicais atuais entrevistadas iniciaram sua militância em períodos diferentes e têm diferentes relações com o evento da greve. Alguns deles iniciaram a militância no Sindicato de Cimento na década de 90, trinta anos depois da greve e tudo o que conhecem sobre a greve dos Queixadas, como, eles próprios dizem, foi "*através de livros que foram escritos e dos protagonistas da época e também com o contato com o Dr. Mário Carvalho de Jesus*" (o advogado dos Queixadas); outros não viveram a greve propriamente dita, mas presenciaram os acontecimentos por alguns anos.

As lideranças sindicais não fizeram longas descrições sobre a greve. Todos sindicalistas entrevistados tiveram contato direto com os autores da greve, uns tiveram contatos mais próximos e íntimos com os Queixadas, outros mais indiretos, menos próximos. O fato é que todos conhecem pessoalmente muitas testemunhas e têm uma relação de amizade com os Queixadas que ainda estão vivos. Notamos que os sindicalistas apontam detalhes sobre a greve: "*A greve foi deflagrada com mais cinco sindicatos, os outros sindicatos fizeram acordo em separado, então Perus, ficou como bandeira, quer dizer ficou sozinho*" (A.N.). Além disso, em suas memórias aparecem as disputas sindicais que havia e também a pressão que os Queixadas sofriam, dos pelegos (os que furaram a greve), da polícia, dos capangas.

Podemos dizer que o "quadro social ou coletivo" - para usar as palavras de Halbwachs (1990) - onde a memória coletiva dos sindicalistas se ancora é o do "Sindicato", dos netos a "família", das lideranças comunitárias, que veremos mais adiante é o da "comunidade": "... os quadros coletivos da memória não se resumem em datas; nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo" (p.66).

Nessas correntes de pensamento estão presentes muitos traços do passado, que vamos percebendo "*na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disso, geralmente*" (Halbwachs, 1990: 68). No contato com as lideranças sindicais - todas foram entrevistadas na sede do Sindicato - pudemos notar que essas marcas são bem fortes ainda hoje. Neles subsiste muito da tradição dos Queixadas. Neles está presente uma história viva que se perpetua e onde ainda podemos encontrar muito do que foram os Queixadas outrora.

1.3. Memória das Lideranças Comunitárias Atuais

As lideranças comunitárias atuais entrevistadas vivem no bairro de Perus de treze a trinta anos. O que elas conhecem do evento da greve foi através do "ouvir falar" ou "do que o povo conta", das atividades das próprias comunidades que procuram preservar e "celebrar" a memória do evento e da escola que propõe aos seus filhos pesquisas sobre a greve da Fábrica de Cimento.

De alguma forma, essas lideranças comunitárias, assimilaram o ponto de vista que é vivido pela própria comunidade e transmitido pela escola. Seus contatos não foram direto com os autores da greve, portanto, também elas não são testemunhas do acontecimento.

Entre as pessoas que não vivenciaram a greve e vieram para Perus quando a greve estava terminando ou quando já tinha passado, pouca coisa parece ter sido conservada. Entretanto, o que se mantém até os dias de hoje são os significados que autores da greve

transmitiram, que as comunidades eclesiais "celebram", e que a escola transmite, por exemplo:

a) Aquilo que souberam por meio dos autores da greve com os quais tiveram ou tem ainda contato: as situações de muito sofrimento e dificuldades. As próprias lideranças afirmam que os Queixadas falavam desse sofrimento, tanto que sabem das consequências da greve, como as dificuldades em encontrar outros empregos, mas não falam dos acontecimentos da greve: "o que ele (um Queixada) comentava que não tinha as coisas, né, num tinha dinheiro, não tinha comida, não tinha nada, então quando ele foi trabalhar de poceiro era pra poder sustentar a família" (M.J.V.R.).

b) Os trabalhos de pesquisa propostos pela escola que os filhos dessas lideranças trazem para casa: a visita a Fábrica, a entrevista com autores da greve, a pesquisa no acervo do Sindicato e a elaboração de uma memória não só da greve, mas também da fábrica de cimento é proporcionada pela escola. Há todo um trabalho desenvolvido pela Escola onde as gerações mais novas são envolvidas com a luta dos Queixadas, o que permite que tenham contato com autores da greve e com toda história escrita, reportagens e fotos encontradas no acervo do Sindicato.

c) As atividades promovidas pelas comunidades, atribuindo um significado celebrativo com símbolos que marcaram a luta dos Queixadas: muitas comunidades fizeram exposição de fotos e filmes que contam a história da Fábrica de Cimento realizando celebrações para rememorar os Queixadas: "Única informação que eu tive dos Queixadas foi, é, quando teve a entrega do cálice da São Mateus (a Comunidade Eclesial de Base CEB que ela participa)... e que esse padre doou esse cálice que foi para matar a fome deles..." (E.H.T.)³.

A comunidade recorda o evento em que foi feita "a entrega do cálice" e não o evento da greve dos Queixadas. Nesse sentido, re-significa o evento, ou seja, dá um significado próprio ao evento (outros eventos foram recordados).

A apropriação que cada um faz da memória do evento é diferente. Distintas gerações e pessoas o compreendem de modos distintos e isso varia conforme a identidade das pessoas, suas identificações sociais e a consciência que têm do evento. A luta dos Queixadas é lembrada dentro dos rituais religiosos celebrado pela comunidade, adquirindo novos significados. Nesse sentido, e baseados em Halbwachs (1990), talvez pudéssemos admitir que elas criam para si:

"Uma espécie de meio artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivo, e uma história coletiva. É dentro de tais quadros que os pensamentos dos indivíduos se reuniram..." (Halbwachs, 1990:61).

A memória coletiva que perpassa esses três diferentes grupos de distintas gerações reforça o que a teoria nos sugere: diferentes grupos sustentam diversas e distintas memórias. Quando pessoas relembram um evento do passado, estes recorrem a orientações específicas que os grupos fornecem e pelos quais são conservados (Halbwachs, 1952). No que diz respeito ao grupo familiar, do qual os netos fazem parte, existe uma memória criada e preservada pela família, focada no sofrimento e nas perdas pessoais e coletivas.

A memória dos sindicalistas refere-se àquela transmitida pelos próprios protagonistas da greve, que recorrem às experiências coletivas do sindicato. Isso porque, como aponta Halbwachs (1990), trazemos sentimentos e idéias que têm sua origem em outros grupos. Ao olhar o evento da greve, as pessoas assumem o ponto de vista do grupo com o qual se identificam. Os netos olham com os "olhos" da família e rememoram o sofrimento, as dificuldades. Ao assumirem o "olhar" da escola é a resistência e luta heróica dos avós que tem

³ Um padre doou um cálice para que os Queixadas vendessem e usassem o dinheiro para comprar alimento para as famílias dos grevistas. Mas eles guardaram o cálice que, posteriormente foi doado à Comunidade São Mateus, que é a mais próxima da Fábrica de Cimento.

relevância.

Halbwachs (1990) afirma que permanece em nossa memória um quadro real dos sentimentos que nos acompanham no momento em que as imagens "ferem nosso olhar": "*Nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e circunstâncias sociais definidas*" (Halbwachs, 1990, 36). Se não houvesse "pontos de contato" com a família e a escola, saber apenas da existência da fábrica no bairro, talvez não proporcionaria tantos elementos para reconstruir a memória coletiva. Nesse sentido, podemos dizer que, para outras pessoas que vivem em Perus, que não têm "pontos de contato" com pessoas ou grupos ligados aos Queixadas, outros sentidos são atribuídos à fábrica, muitas vezes, sem nenhuma referência às lutas que ali ocorreram.

As lideranças comunitárias recorrem a diferentes grupos, que de alguma forma fornecem conteúdo para suas memórias: a escola e a comunidade que, como grupos distintos, também fornecem orientações e conservam elementos do evento da greve. Mas a ênfase, em suas memórias sobre a greve é a experiência vivida pela comunidade, as celebrações, os ritos, experiência essa que leva a construção de novos eventos.

"*A memória coletiva é, pois resultado de distintas experiências coletivas, de diferentes identificações sociais, pois as pessoas se identificam com diferentes categorias sociais*" (Ansara, 2000) que, segundo Tajfel (1983), são inerentes aos indivíduos que já nascem com identificações sociais diferentes como, o nascer nesta e não naquela família; o pertencer a uma determinada classe social, nascer numa determinada raça, nacionalidade, sexo, etc. Essas identificações têm um significado diferente para cada indivíduo, o que faz com que cada indivíduo apresente uma lembrança diferenciada sobre o mesmo evento, sobre o mesmo grupo. A memória é coletiva, na medida em que evoca a presença dos outros que se identificam com essa categoria, reconstituindo aquilo que é resultado da interação com os grupos.

"*A memória coletiva retira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram enquanto membros de um grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles*" (Halbwachs, 1990:51).

Memória coletiva⁴, portanto, não é a soma das memórias individuais. Um mesmo evento ou um fato comum a um determinado grupo permite diferentes reconstituições, diferentes lembranças, pois a memória é reconstrução psíquica e intelectual que leva a uma representação seletiva do passado, que não é só do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num grupo e num contexto social e político.

É por isso que afirmamos que, "*do ponto de vista psicossocial, a memória coletiva aparece como um "mosaico", onde o significado que cada um atribui ao mesmo evento tem uma relação íntima com a identificação social*" (Ansara, 2000). Tajfel (1983), afirma que a identificação social se estabelece a partir das relações intergrupais e dos processos grupais que os indivíduos vão produzindo onde o comportamento intergrupal implica num sentimento de pertença ao grupo e o processo grupal constitui um elemento que favorece a representação do passado, pois se trata daquilo que o grupo constrói em comum, daquilo que o grupo produziu coletivamente ou das mudanças que se produzem nas relações dos membros dos grupos com os diversos meios coletivos.

⁴ O conceito de memória coletiva se difere do conceito de representações coletivas de Durkheim (1924, 1970), que são vistas como entidades explicativas absolutas, estática das quais os indivíduos seriam portadores e usuários. As representações sociais, por sua vez se apresentam como uma forma de pensamento social, segundo Moscovici (1976) "como conjuntos de conceitos, afirmações e explicações" sobre o cotidiano.

Isso nos permite compreender que "*quanto mais identificado com o grupo, mais consistente é a memória sobre os eventos que o grupo realizou em comum*" (Ansara, 2000). Halbwachs (1990) reforça essa idéia ao apontar a importância que tem a identificação para constituição da memória, pois fazer parte de um mesmo grupo onde, em alguns aspectos, existiu um pensamento comum, permite a lembrança do evento passado. Isso porque as pessoas "*não perderam o hábito de lembrar como membros do grupo*" (Halbwachs, 1990:28) e se utilizam, para isso, das mesmas noções comuns a seus membros. Essa identificação com o grupo é fundamental para reconstituição da memória, pois os grupos aos quais as pessoas pertencem, se por tarefa ou por escolha, são extremamente significantes na sua experiência de vida, a ponto da história do grupo social ser tratada, não raras vezes, como a própria história do indivíduo. Quando o indivíduo lembra um fato do passado, sua história se confunde com a história do grupo, há uma identificação com o grupo que muitas vezes determina até as formas de comportamento.

Considerando a pertença subjetiva apontada por Tajfel (1983), que envolve aspectos cognitivos, avaliativos e emocionais, entendemos que esse envolvimento produz um significado para os membros do grupo que favorece a construção da memória coletiva do evento em que este "grupo psicológico" tenha se envolvido. Quanto maior a identificação e o sentimento de pertença, e quanto mais positiva for a avaliação do próprio grupo sobre si mesmo e os outros, mais efeito sobre a memória coletiva do evento. Assim sendo, o nível de compromisso psicológico do indivíduo com o grupo contribui para a memória coletiva. O sentimento de unidade cultivado pelos membros que pertencem a um mesmo grupo (e sentem e tem consciência desta pertença) favorece a recordação.

Tajfel (1983) coloca que a identidade social constitui-se a partir da realidade social, incluindo a visão sobre os "outros", a relação dos grupos com outros grupos e também as significações sociais para o indivíduo, proporcionada pela cultura. A interação entre os aspectos individuais e coletivos, a presença do outro, o sentimento de pertença a um grupo são elementos fundamentais para a compreensão da identidade social e memória coletiva, pois cada indivíduo constrói seu "eu" a partir da interação com outros grupos e sua memória se apóia nas memórias individuais dos outros.

Assim sendo, fica evidente que "*a proximidade de vivências e/ou experiências com os Queixadas permitiram guardar com mais intensidade e duração os acontecimentos e, nesse sentido, tanto a família quanto à escola exerceram um papel fundamental na manutenção dessa memória*" (Ansara, 2000). Isso nos permite afirmar que, após trinta anos, a memória coletiva da greve dos Queixadas permanece como lembranças diferenciadas com os múltiplos significados que lhe foram atribuídos através da vivência familiar, comunitária ou política, ou ainda pela própria permanência da fábrica no bairro.

II - Memória coletiva: Vínculos identificatórios

Nesta parte do texto, visamos aprofundar o porquê das memórias diferenciadas, dessa multiplicidade de memórias coletivas, enfatizando certos aspectos da identificação social que encontramos nos depoimentos. Em termos de custos pessoais e coletivos, veremos como a repressão é representada na memória coletiva dos nossos entrevistados e quais as implicações na vida das pessoas envolvidas. O local da fábrica como "lugar simbólico" é um aspecto novo não abordado pela literatura e que será objeto de nossa reflexão.

1. Identificação Social

Seguindo o modelo de Sandoval (1994), analisamos a identificação social como um dos componentes da consciência entendendo-a como um conceito psicosociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às suas interações diárias e aos acontecimentos em suas vidas.

Adotamos, também a perspectiva de Halbwachs (1990) que afirma que a memória nos

coloca em contato com diferentes grupos fazendo-nos deslocar, em pensamento, de um grupo a outro assumindo o ponto de vista destes diferentes grupos:

"Para melhor me recordar eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda o seu impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço com eles" (Halbwachs, 1990:27).

Para Halbwachs (1990) adotar o ponto de vista de diferentes grupos é "ter pontos de contato", o que nos leva a fazer parte de uma "comunidade afetiva"⁵. Entendemos que, ao adotar o ponto de vista de diferentes grupos, ocorre um processo de identificação social. Nesse sentido a "comunidade afetiva", proposta por Halbwachs, está sendo compreendida por nós, como uma forma de explicar a identificação social proposta por Tajfel (1983) no sentido que, nossas lembranças estão sempre ligadas aos pensamentos e aos grupos que nos rodeiam. Permanecer em relação com aqueles que fizeram parte de um mesmo grupo permite a conservação das lembranças.

"Se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la é porque desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com as dos outros, não bastam que eles tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela tenha cessado em concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre umas e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum." (Halbwachs, 1990:34).

Se considerarmos que os netos constituem uma "comunidade afetiva" com seus avós participando de sentimentos e idéias comuns, ainda que não tenham feito parte do grupo da greve, a vivência familiar permite a reconstituição do evento, pois, de alguma forma vivenciaram com seus pais e avós os sentimentos de tristeza, sofrimento e dificuldades que tiveram, e que foram capazes de lembrá-los. Mesmo que estes tomaram conhecimento da greve, "oficialmente" como acontecimento histórico e vitorioso, através da escola, é interessante reconhecer que, com a escola eles também participaram de uma outra "comunidade afetiva", vivenciando um mesmo "pensamento coletivo" que fez com que olhassem a greve, não com sentimentos de sofrimento, mas de resistência, firmeza e vitória, transformando seus avós em heróis, símbolo de união e modelo de solidariedade.

Da mesma forma, os sindicalistas, participando de um outro grupo no presente, estão compreendidos dentro de um mesmo quadro de preocupações no que se refere ao sindicato. Entre eles conservam valores e orientações que remontam os Queixadas, a ponto de sentirem-se um "Queixada" e se reconhecerem como "Sindicato dos Queixadas": *"eu até gostaria de me considerar um Queixada, um neo-queixada"* (G.G.S.). Diria Halbwachs (1990), *"não nos recordaremos senão na medida em que as pessoas estiverem compreendidas dentro de um mesmo quadro de preocupações"*⁶ (p. 35).

A comunidade afetiva de Halbwachs admite "pontos de contato", sentimentos

⁵ Segundo Halbwachs (1990), a "comunidade afetiva" se constitui através dos vínculos que se estabelecem entre as pessoas e as experiências comuns compartilhadas dentro de um mesmo horizonte de preocupações.

⁶ Um mesmo quadro de preocupações significa para o autor, uma mesma corrente de pensamento, idéias e preocupações.

vivenciados em comum e, se assim podemos dizer, caracteriza-se por estar "em relação", experiência que permite a reconstrução da memória coletiva e que envolve um "nós".

Nesse sentido, permanece em nossa memória um quadro real dos sentimentos que nos acompanham no momento em que *"as imagens ferem o nosso olhar"*. Portanto, para recordar não seria suficiente rever o lugar, *"seria necessário que imaginássemos a nossa tristeza, a nossa surpresa ou nossa inquietude"* (Halbwachs 1990:36). Em outras palavras, a memória tem como referencial um quadro que vai além do "visto", resgata os sentimentos que nos acompanhou. No caso dos netos a memória resgata o sentimento vivido por eles, de dor, de sofrimento na "comunidade afetiva" - FAMÍLIA e, o sentimento de persistência, firmeza, coragem que caracterizam a imagem do HERÓI vivido na ESCOLA. Essa relação "íntima" se assim podemos chamar, ou esses sentimentos não são vividos pela comunidade. A comunidade vivencia outros sentimentos que fazem com que ela, "consagre" o acontecimento como uma luta vitoriosa, reconheça os Queixadas como modelo a ser seguido na luta pelos direitos. Existe uma "mitificação" do evento, mas a comunidade não é capaz de trazer à tona os sentimentos que foram vivenciados pelos Queixadas. Os sentimentos vividos pelas lideranças comunitárias se identificam com os sentimentos vividos pela comunidade onde participam e pela escola que parece ter desempenhado um papel fundamental na manutenção da memória dos Queixadas.

Essas identificações sociais, presentes nos relatos dos entrevistados podem ser mais bem compreendidas a partir de três subcategorias⁷ de análise que aqui denominamos: **projeção**, entendendo-a como a transferência de pensamentos, sentimentos e desejos ao outro - onde o sujeito atribui qualidades ao outro, no caso os Queixadas. A **empatia**, entendendo-a como identificação com o outro, onde o indivíduo coloca-se na mesma condição do outro, sentindo-se na mesma condição psicológica que o outro e, por fim **personificação**, que seria a imagem que o sujeito tem de si mesmo ou do outro - a relação eu-eles-nós - em nosso caso, percebemos que existe uma identificação com diferentes "nós": "nós-queixadas", "nós-trabalhadores", "nós-comunidade", "nós-lutadores", o que leva a construção de significados muito específicos. Esses diferentes "**nós**" é que vão contribuir na reconstrução de diferentes memórias coletivas.

1.1. Projeção

Há toda uma projeção feita por netos, lideranças sindicais e comunitárias em que eles atribuem qualidades aos Queixadas projetando neles seus sentimentos e desejos. O sentido que é atribuído ao evento, a implicação ética na vida dos entrevistados e o aprendizado que essa luta proporcionou às novas gerações são manifestados em seus relatos.

Os netos atribuem um valor muito positivo à greve, mesmo não sabendo o motivo preciso porque os Queixadas começaram a greve (vários admitem não saber). A maioria deles supõe que foi por causa de condições desiguais de trabalho, salário. É interessante que eles fazem um juízo de valor, se posicionam a favor *"achei super justo porque, poxa, eles estavam sendo explorados"* (D.S.) e sentem-se orgulhosos por seus avós terem resistido. *"É um exemplo pra gente"*. Os Queixadas significam luta e união: *"a união, a força, quando todo mundo trabalha junto"* (F.B.P.). Por este significado se entende o nome "**Queixada**": *"um povo unido que trabalha junto e conseguiram, né"* (F.B.P.). Eles destacam a importância de lutar pelos direitos: *"não era urna utopia, eles foram atrás e batalharam e mostraram pra muita gente que eles tinham capacidade e que estavam com a razão"* (S.H.S.N.). Estes significados tem dois lados como coloca S.H.S.N.: *"teve um lado muito bom onde uniu muita gente, onde ficou todo mundo muito próximo, mas teve um lado de pessoas que até o dia de hoje são inimigos mortais"*. Dentro do lado bom apontado por ela, está a motivação em participar de movimentos *"foi uma coisa assim de pai pra filho, de filho pro filho, porque as pessoas foram crescendo com*

⁷ Não pretendemos aqui discorrer sobre a natureza dos conceitos de projeção, empatia e personificação, apenas as utilizamos como subcategorias de análise da identificação social.

aquilo, é, muita gente hoje, sei lá, participa de um movimento de sem terra, de um partido, de qualquer coisa, mas porque cresceu naquele âmbito" (S.H.S.N.). Ela acredita que se as pessoas tivessem a mesma convicção de seus avós de lutar pelos seus direitos, pelos seus ideais, as coisas seriam diferente hoje. Para S.H.S.N., "crescer naquele âmbito" de participação, de luta, fez com que hoje os filhos se engajassem em movimentos.

Os Queixadas são, para os netos, símbolo de luta vitoriosa. Eles se apresentam como uma "versão consagrada" do acontecimento: *"representam uma nação que acabou vencendo a todos, né. Todos eram pequenos, mas juntaram e ficaram grandes, fortes, né, e acabou dando no que deu né..."* (F.B.P.). A luta dos Queixadas ganha uma dimensão que vai além dos próprios operários, é uma luta pelo bairro de Perus que faz com que o bairro entre para história. Além do valor da luta, os Queixadas são reconhecidos como "heróis": *"Eles foram... os heróis daquela época porque eles tiveram coragem de tá lá, fazendo a greve numa época em que era a coisa mais difícil, alguém se rebelar contra a empresa, contra as coisas, né"* (D.S.).

Para os sindicalistas, os Queixadas representam tradição; laços de solidariedade; experiência que leva a reflexão: *"o nome Queixada, isso aí é muito bonito e talvez sirva pra gente refletir sempre quando a gente fazer alguma coisa... 'pô, mas um Queixada reagiria dessa maneira ou não?'"* (G.G.S.). Queixada significa, para os sindicalistas, um modelo de vida a ser seguido, um modo de ser e de agir com o qual se identificam, um desejo de ser como eles: *"os Queixadas representam hoje tudo... tudo o que os trabalhadores de hoje queriam ser... pela maneira da vivência, pelo companheirismo, eram solidários, passavam fome junto, iam junto e choravam junto"* (A.N.).

A representação de lutadores, vencedores, batalhadores é o que mais identifica os Queixadas, para as lideranças comunitárias: *"Uns lutadores, pra mim... pessoas que foram à luta, sofreram, mas batalharam até o fim, entendeu. Não importava se tava passando fome, se tinha, se não tinha, eles tavam ali... para mim é assim que eu vejo, foram muito batalhadores"* (M.J.V.R.). Os Queixadas foram associados ainda a personalidades que lutaram pela libertação ou às próprias lutas por libertação:

"... para mim, eles foram assim como, na época lá da libertação dos escravos, né. Então eu tenho eles assim, como aquelas pessoas que lutou e venceu" (E.H.T.); *"... porque se você perguntasse pra mim hoje, você tem um mito eu diria tenho um... o Nelson Mandella que resistiu àquela prisão... todos aqueles anos... para mim os Queixadas se assemelham a isso..."* (M.J.V.R.).

Ao atribuir qualidades aos Queixadas e manifestar o desejo de ser como eles, os entrevistados constroem uma memória positiva dos Queixadas, a ponto de considerá-los "ídolos" de libertação. Isso parece reforçar um dos pressupostos da teoria da identidade social de que existe uma motivação dos indivíduos em adquirir e manter uma identidade social positiva⁸ (Tajfel, 1982). Essa identidade social positiva é manifestada ainda pela influência ética que os Queixadas tiveram na vida dos entrevistados.

A luta dos Queixadas implicou também numa forma de agir diferenciada que foi apreendida por netos, lideranças sindicais. Ocorreu uma alteração no modo de agir que se manifesta, principalmente nas pessoas que têm vínculos com os Queixadas. Netos e lideranças sindicais, particularmente afirmam terem sido influenciados pelos Queixadas, na

⁸ Embora Tajfel (1982,1983) utilize em seus experimentos o conceito de identidade social positiva como a sobrevalorização do próprio grupo (ingroup - nós) em detrimento dos outros grupos (outgroup - eles), onde segundo ele ocorre o processo de diferenciação entre "nós" e "eles", em nossa pesquisa pudemos observar que nem todo processo de diferenciação entre "nós" e "eles" é negativo, pois os Queixadas são diferenciados como "eles" de uma forma positiva "heróis", "modelo a ser seguido".

maneira de ser, pensar e agir e ressaltam o aprendizado que tiveram dos avós:

"... primeiro como exemplo pra nós de que você não deve ficar aceitando... se submetendo aos outros, né" (E.R.S.); "... a participação do meu avô na greve ela foi uma coisa que cresceu a família toda... criaram-se e ficaram pessoas críticas... a gente cresceu sem autoritarismo porque nós tivemos pais que passaram por isso, então eu acho que isso influenciou até na educação... é uma coisa que vem de muito longe e que se tornou um hábito... é no modo de agir, é no pensar..." (S.H.S.N.).

Os sindicalistas são unânimes em afirmar que essa greve proporcionou aprendizagem:

"a questão do convívio humano... os pontos de honra, vamos dizer assim, dos Queixadas" (G. G. S.); "o sindicato que ainda é motivado com a greve dos Queixadas... com os ensinamentos que a gente aprendeu que ainda tem diretores do sindicato aqui que seguem ainda a mesma instrução dos Queixadas que era o sentimento de classe, que era saber quem era o patrão e quem era o pião" (A.N.).

O aprendizado vai além dos Queixadas, atinge outras lideranças sindicais de outras categorias. O estilo de agir na greve, através do que eles chamavam **não violência ativa ou firmeza permanente**⁹, segundo eles se mantém até hoje e foi utilizado por outras categorias sindicais em outras greves. Talvez pudéssemos dizer que a influência na vida dos netos e sindicalistas transformou os Queixadas em princípio ético para novas gerações, no sentido de serem hoje referenciais de conduta: *"e talvez sirva pra gente refletir sempre quando a gente quer fazer alguma coisa... e pensar: pô, mais um Queixada reagiria dessa maneira ou não... Seria uma questão de reflexão inclusiva"* (G.G.S.).

1.2. *Empatia*

Estamos entendendo empatia como identificação com o outro, onde o indivíduo coloca-se na mesma condição do outro, ou seja, sente-se na mesma condição psicológica que o outro. Em nosso caso, apontaremos em que situações os entrevistados se colocam na mesma condição que os Queixadas.

Os netos se identificam com a luta dos Queixadas e afirmam que seriam capazes de fazer o mesmo que seus avós, embora consideram uma situação difícil, mas motivados em não deixar sua família passando dificuldades, fariam o mesmo: *"agora, na situação ali, cê vê sua família passando aperto mas eu creio que sim, eu pelo menos a princípio eu tentaria e não voltaria a me submeter na fábrica como os pelegos fizeram"* (E.R.S.).

Os sindicalistas colocando-se na mesma condição dos Queixadas expressam sentimentos comuns que também vivenciaram em outras greves: *"mais pra frente eu também vivi essa situação na greve de 67, na greve de 82, aliás, na greve de 83, na greve de 86, afastamento, justa causa, eu também vivi esse tipo de coisa, mas só que era um outro contexto..."* (A.N.).

Envolver-se em outras greves permitiu as lideranças sindicais experimentar os mesmos sentimentos vividos pelos Queixadas e, nesse sentido reconhecer e sentir as dificuldades e os sofrimentos provocados pela greve, principalmente uma greve que durou tantos anos, embora reconheçam que o sofrimento numa greve tão longa teria sido muito maior. Um sentimento de profunda empatia é manifestado por G.G.S. que queria ter vivenciado essa greve *"in loco"*,

⁹ Firmeza Permanente: inspirada na filosofia de Gandhi era uma nova maneira de luta baseada na "não violência ativa".

como ele mesmo diz: "se tivesse uma máquina do tempo, assim eu gostaria de tá na época pra tá aprendendo com o pessoal como foi, pra tá vivenciando isso..." (G.G.S.). Ele vai além da vivência em situações semelhantes. Para ele experimentar "in loco", permitiria uma vivência mais profunda do que foi a greve dos Queixadas.

A resistência dos Queixadas provoca um sentimento de empatia que também é manifestado pelas lideranças comunitárias que consideram que os Queixadas precisaram ser muito fortes, pois foi muito duro, foi uma luta difícil: "Tem que ser muito forte! Tem que ser muito forte! Porque eu acho que as pessoas, nos dias de hoje, não fariam isso" (E.H.T.); As lideranças comunitárias, não tendo vivido naquela época, afirmam que estariam junto com eles se essa luta acontecesse hoje: "... Então pra mim, se fosse no caso hoje, eu acho que eu estaria do lado deles e na luta junto com eles" (M.J.VR).

1.3. Personificação

A personificação está sendo entendida por nós como a imagem que o sujeito tem de si mesmo (auto-imagem) relacionando-a ao outro. Analisamos aqui a relação "eu-eles-nós" e nos damos conta que existe, por parte dos entrevistados, uma identificação com diferentes sujeitos coletivos, que aqui estamos denominando "nós" ou "eles". Segundo Tajfel (1982), esse processo denomina-se categorização social, que seria o processo onde o indivíduo faz uma distinção entre "nós", que ele chama de ingroup e "eles", que seria o outgroup.

Com relação aos netos não há uma personificação, ou seja, há uma distinção clara quando se referem aos seus avós, os Queixadas: EU-ELES que seria eu/neto - eles/Queixadas. Os netos sempre se referem aos Queixadas como sendo "eles", a luta deles. Embora os netos constituem um "nós" com os avós, o "nós-família", eles não falam disso. Para efeito de análise, reconhecer o "nós-família" é importantíssimo para compreensão da identidade social, compreender a "comunidade afetiva" que eles constituem com seus avós. Mas que fique claro que, com relação à luta operária é a luta deles a que os netos se referem.

Quanto aos sindicalistas, há uma personificação nas suas falas do "nós-queixadas" como sinônimo de "nós-trabalhadores". Queixadas representa uma forma de ser dos trabalhadores, uma identidade que ultrapassa o "nós-trabalhadores". O "nós-queixadas" revela um estilo de luta, uma maneira de ser trabalhador, uma maneira de agir. Observamos como G.G.S., ao falar da greve, se inclui no evento como um Queixada: "Mas ela começou num período que a gente tava, até com a perspectiva de ter uma ruptura do modelo desde 1500 pra cá" (G.G.S.). Seu discurso é personificado, ele fala da greve como se ele tivesse participado dela "agente tava".

As lideranças comunitárias falam de dois sujeitos coletivos diferenciando um do outro: o "nós-comunidade" que se diferencia do "eles-queixadas": relação "nós-eles".

As reflexões de Jenkins (1996) sobre identidade social vão nessa direção. O autor vai afirmar que identidade social é justamente a compreensão de "quem somos nós" e de "quem são os outros" e, reciprocamente a compreensão que outras pessoas tem de si mesmas e dos outros, que inclui o "nós". Além disso, identidade social refere-se aos caminhos pelos quais indivíduos e coletividades são diferenciados em suas relações sociais com outros indivíduos e coletividades.

Em nosso caso, "eles-queixadas" se diferenciam do "nós-comunidade" pelo seu jeito de ser e de agir: "eles-queixadas" são diferentes e servem de exemplo, onde as comunidades e movimentos deviam espelhar. Talvez pudéssemos dizer que a memória coletiva das lideranças comunitárias aqui se remete à memória que a comunidade construiu ao longo dos anos que se seguiram à greve. Ela é "memória da comunidade", memória de um grupo que se preocupa em preservar uma identidade coletiva: a identidade dos Queixadas; os símbolos de resistência, e porque não dizer, a imagem de um sujeito coletivo "mitificado" que sirva de exemplo de luta a ser seguido: "... as pessoas que estão participando, de movimento de saúde, e mesmo nas comunidades... deviam se espelhar, entendeu, nessa época aí... e fazer igual... Ir à luta mesmo" (M.J.VR).

Estamos falando de uma identidade social, que permite "*dimensões de comparação e valores que podem ser selecionados, acrescentados, criados ou preservados em função do que é possível e útil para construção de mitos e imagens...*" (Tajfel, 1982). E isso inclui a visão sobre os "outros", a relação dos grupos com outros grupos (nós-eles) e, também as significações sociais proporcionadas pela cultura.

2. Custos e Repressão

Um outro aspecto importante é como a repressão é constituída na memória coletiva e os custos provocados por essa luta operária. Tanto os netos quanto às lideranças sindicais e comunitárias apontam ganhos com a luta dos Queixadas que foram os aprendizados que tiveram, a forma de ser e agir, o fato de terem um modelo a ser seguido que reforça uma identidade coletiva. Parece que coletivamente tiveram muitos ganhos. Entretanto, para as famílias houve muitos sacrifícios.

Como vimos, os netos não hesitam em falar das dificuldades e do sofrimento que suas famílias passaram durante a greve. Vemos uma relação estreita desse sofrimento com o momento em que se deu a greve. Se por um lado na memória coletiva dos netos a repressão da época não está presente, de forma muito sutil aparece que a greve aconteceu num momento em que era mais difícil as pessoas se rebelarem. De qualquer forma, sem mencionar a repressão, podemos notar os efeitos dela, ou seja, os custos apontados num período de muito sofrimento vivido por suas famílias como, por exemplo, a carência de alimentação em virtude de não estar recebendo seus salários, o fato dos filhos (que são os pais desses netos) terem que sair para trabalhar muito cedo e ajudar no sustento da casa.

Por outro lado, se sobressai na memória dos netos a greve vitoriosa, a lição de vida que tiraram da experiência dos avós como modo de agir, pensar, os valores como persistência na luta, a importância de lutar pelos direitos, a coragem de não se submeter a quem explora e principalmente a forma de resistência dos seus avós a partir da união, da solidariedade e da firmeza na luta: "*permaneceram firmes no seu ideal, não arredaram o pé, tiveram personalidade, né*" (E.R.S.). Talvez enfatizar o aspecto de luta vitoriosa é uma forma de não falar daquilo que foi muito doloroso para suas famílias.

No que se refere à memória dos sindicalistas atuais a repressão aparece como "pano de fundo", não como algo marcante e de profundo significado. Quando se referem à repressão, em geral, eles apontam a presença violenta da polícia, a prisão de alguns líderes sindicais, mas o fator de maior significado parece ter sido o aspecto da organização dos trabalhadores contra o patrão, a exploração do trabalho e principalmente a forma de luta através da resistência e da ação não-violenta. O sofrimento dos Queixadas não deixou de ser apontado por eles, que consideram ter sido um sofrimento muito maior do que das greves atuais, pois o contexto era outro: "... só que era um outro contexto... o sofrimento das greves anteriores era muito maior que o sofrimento da greve de agora" (A.N.).

Notamos que a repressão não foi tão enfatizada pelas lideranças sindicais. Ao comparar o período da greve que passou pelo endurecimento do regime militar em 68 com outros períodos como a década de 80 e os anos 90, G.G.S. considera que foi muito complicado manter uma greve durante o regime militar, pois houve a cassação de lideranças políticas e sindicais "*a gente tem caso de dirigentes sindicais deste sindicato que foram presos, o sindicato teve sob intervenção então... foi complicadíssimo você tá tocando essa greve, o pessoal teve que ter muita coragem mesmo e organização*" (G.G.S.).

Ele foi o único que fez uma diferenciação entre os períodos. Já os outros sindicalistas não vêem tantas diferenças entre fazer uma greve hoje ou na época da ditadura: "*quando o trabalhador tá organizado não tem momento pra fazer greve. Ele se organizou, pode ser ditadura, pode não ser a ditadura, ele vai fazer a greve*" (A.N.). A ênfase está na necessidade de organizar-se e, para ele não importa sob que regime os trabalhadores têm que se organizar.

Os sindicalistas reconhecem que é muito mais complicado manter a greve quando o sindicato sofre intervenções, prendem suas lideranças, ação própria da repressão militar,

entretanto seus relatos reconstruem muito mais aspectos da luta operária como sentimento de classe, solidariedade entre as categorias, do que aspectos relacionados à repressão da época. De qualquer forma, os efeitos provocados pela repressão aparecem em seus relatos.

As lideranças comunitárias, mesmo situando o período em que a greve ocorreu, assim como os netos, não fazem sequer uma referência à repressão do regime militar. Os aspectos mais enfatizados em suas memórias são: o reconhecimento de que foi uma luta muito difícil e exigiu persistência e resistência: "*eles foram uns lutadores... foram até o fim... não arredaram o pé*" (M.J.VR.).

Notamos que as lideranças comunitárias quando falam da greve, falam no tempo presente, ou seja, se referem às greves no contexto atual e apontam muito mais os prejuízos provocados pela fábrica nos anos posteriores à greve, quando elas vieram para o bairro. Vamos nos dando conta de que, na memória coletiva dessa luta operária, a repressão não é o "cenário" principal. Poderíamos nos perguntar, por quê? Um argumento possível seria aquele utilizado pelo próprio Halbwachs (1990) quando fala sobre o esquecimento: "*esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam*" (p. 32). Estamos diante de um afastamento dos grupos que viveram e sentiram a repressão, provavelmente os entrevistados não tiveram conhecidos, familiares que tivessem sofrido torturas, violações, prisões, ou que militaram na época da ditadura, de modo que essas lembranças tendem, ao longo do tempo, a ser esquecidas. Para Halbwachs (1990), isso não é motivo de espanto, pois o presente nos afasta desses grupos, nossa atenção não se volta para eles. Segundo o autor, o desapego pelo grupo provoca o esquecimento. A memória coletiva se situa em quadros sociais mais próximos e que dizem respeito a uma "pequena sociedade"¹⁰. Neste sentido, as imagens não subsistem em "*alguma galeria subterrânea de nosso pensamento*", mas estão na sociedade, onde "*estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nos representamos de modo incompleto e indistinto*" (Halbwachs, 1990:77). Em geral, o que se passa com a Nação, segundo o autor, está longe demais do indivíduo e tem poucos pontos de contato com a sua história pessoal.

Além disso, existe um distanciamento de suas histórias pessoais com a história do país. O que ocorre na vida dessa sociedade local - o bairro de Perus, talvez seja visto como tendo pouca relação com os acontecimentos da Nação, principalmente por ser uma realidade vivida há trinta anos atrás. No caso dos Queixadas, o quadro em que ocorreu a greve era da ditadura militar, observamos que o contexto da ditadura militar não foi essencial para essa memória coletiva. Se considerarmos que os próprios trabalhadores, ou seja, as próprias lideranças sindicais não enfatizam a ditadura quando afirmam que "*não importa se é ditadura ou não, se o trabalhador tem que se organizar, ele se organiza...*" (A.N.), podemos dizer que a memória está mais voltada para a organização dos trabalhadores - experiência muito mais próxima deles - do que para o período da ditadura onde o evento aconteceu.

Os "meios próximos" são o conjunto de sentimentos em que estão envolvidos os trabalhadores dentro do sindicato, a ditadura é um quadro, de certa forma longínquo, distante. A memória coletiva tem como um dos seus aspectos as questões ligadas à história pessoal de cada um e, nesse sentido, ela é evocação de pensamentos e preocupações ligadas ao seu "eu" de antigamente, aos destinos de sua família, as suas relações de amizade. Se a ditadura militar e repressão não fizeram parte da história pessoal e das relações interpessoais dessas pessoas, na perspectiva de Halbwachs (1990), não seria possível ser evocada: "... se por memória histórica entendemos a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são seus quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva" (p. 79).

A memória coletiva só retém do passado aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, ou seja, a memória de uma sociedade tem o limite da

¹⁰ O autor utiliza o termo "pequena sociedade" para se referir à sociedade local. Nós utilizaremos o termo sociedade local.

duração dos grupos. Se a memória desaparece é porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram ou deixaram de manter viva essa memória. A memória da luta, da organização e resistência dos trabalhadores continua viva porque os grupos mantêm essa lembrança e talvez porque a fábrica também se mantém no bairro. Entretanto, o contexto da ditadura militar já não faz parte do contexto social atual e não é, em geral fomentado pelos grupos hoje.

Acreditamos que o argumento de Halbwachs pode explicar em parte porque a repressão não aparece ou como as sociedades esquecem regimes repressivos, mas temos algumas outras hipóteses que, vale a pena levantar, mas que para ser mais bem aprofundadas, mereceriam um outro estudo: a) o fato dos sindicalistas não verem diferença entre fazer uma greve em plena ditadura ou em outros contextos, nos leva a pensar que a repressão faz parte do cotidiano dos trabalhadores e, portanto, não é apontada como algo que distingue a época da repressão militar de outros períodos. Em outras palavras, mecanismos repressivos são comumente usados em situação de greve; b) uma outra questão é que pode haver um efeito psicológico em que as pessoas tendem a lembrar somente coisas positivas, onde procuram entender o sacrifício dos outros, como um ato de heroísmo, ao invés de lembrar as causas desse sacrifício e procurar entender os motivos que levaram as pessoas a serem sacrificadas; c) existe uma tendência dos sindicalistas em também mitificar os Queixadas por terem uma identificação com um grupo que é reprimido. O aspecto mítico é muito mais forte porque envolve elementos simbólicos de identificação que têm como consequência dar menor importância à repressão. Podemos observar isso na ênfase e admiração que lideranças sindicais têm pelo movimento dos Queixadas.

3. O Lugar Simbólico

Se por um lado a "comunidade afetiva" é referência para a memória coletiva e isso está fundamentado pela literatura sobre o tema, por outro lado o local da Fábrica de Cimento é um espaço riquíssimo de manutenção da memória coletiva. Com alguns entrevistados perguntar pela greve dos Queixadas era não saber do que se tratava. Refazendo a pergunta e nos referindo a "greve da Fábrica de Cimento", encontramos outra reação "Ah!! Da Fábrica de Cimento?" (L.E.G.). É, exatamente ela que está ali, descrita por eles como "lugar abandonado hoje", "lugar largado às traças", mas um lugar que lhes permite contar o que aconteceu ali, ainda que sem pormenores. Olhando a fábrica, a vêem como um lugar onde se poderia fazer outras coisas:

"a fábrica hoje... é um verdadeiro patrimônio, né! E ainda que não fosse usado como um patrimônio histórico, mas a área em si poderia ser usada pra tantas outras coisas, né, como por exemplo uma construção de uma universidade aqui na região ou um colégio ou sei lá uma área de lazer e tá lá, jogada às traças, tudo enferrujando, né" (E.R.S.).

Percebemos que não é só o evento da greve em si que marcou as pessoas, mas a relação das pessoas com o lugar. Antes a vida cotidiana se dava ali, ao redor da fábrica. Ela era um lugar que aglutinava as pessoas; hoje "tá lá, jogada às traças", o cotidiano não acontece naquele entorno. Ainda que seja para dizer que está abandonado, é um lugar que chama a atenção porque é "patrimônio histórico". Lugar escolhido por comunidades para realizar eventos comemorativos das lutas do bairro – lugar de "celebração de lutas" e, nesse sentido, lugar de lutas - palco de lutas... Lugar que, muitas vezes não tem relação com o evento da greve, mas lugar em que ninguém nega, "era uma Fábrica de Cimento"... "muita gente trabalhou lá". Lugar que poderia ser usado para gerar emprego hoje: "É uma fábrica grande, o que poderia gerar de emprego seria, seria muito bom, principalmente pra Perus" (L.F.G.). Esse lugar que poderia gerar emprego ou que mesmo que não volte a "rodar", como eles dizem, poderia ser um lugar onde as pessoas pudesse usufruir dele.

Numa perspectiva de compreensão do lugar simbólico, como sugere Reberioux (1992), enquanto "operações da memória cotidiana" é que olhamos, agora a Fábrica de Cimento, como lugar que também é uma referência para a memória coletiva. Lugar que faz evocar a lembrança... Lugar onde se rememoram as lutas...

Lugar promovido a símbolo "por um processo de memorização consciente e militante tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento e por mergulhar na luta dos dominados" (Reberioux 1992:53).

Lugar onde a fábrica de cimento subsiste ao tempo... Porque não foi destruída... e que por permanecer ali ainda, permite a evocação de seu passado e contribui para a manutenção da memória coletiva de pessoas que chegaram ao bairro bem depois da greve, de pessoas que nunca foram politicamente engajadas, de pessoas que não possuem vínculos com os Queixadas. Talvez se ela tivesse sido demolida, subsistiria apenas na memória dos grupos que viveram a época de seu funcionamento e das lutas que ali ocorreram.

A Fábrica de Cimento faz com que o evento não "caia no esquecimento". Tombada como patrimônio histórico é fonte de muitos trabalhos de pesquisa realizados pelas escolas locais. É um lugar que estimula a pesquisa que vai, desde o surgimento da fábrica até seu fechamento e que resgata as lutas ocorridas naquele lugar.

*"Pelos diferentes significados que a ela são atribuídos, poderíamos caracterizá-la como **monumento popular e expressão viva da memória coletiva da classe trabalhadora**: memória operária... Memória dos pequenos... Memória não oficial... Memória dos "vencidos", mas vitoriosos, não só porque ganharam a greve, mas porque resistiram ao tempo, aos grupos, a demolição"* (Ansara, 2000).

O lugar em si é sinal da existência das lutas que se tornam símbolo na memória coletiva. "As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória" (Bosi, 1979:363). As pedras da Fábrica de Cimento são hoje lugar que se torna inseparável dos eventos que ali ocorreram.

Se o lugar não permanece... a memória se mantém nos grupos que viveram naquele lugar, como vimos em Halbwachs. Se o lugar permanece a memória coletiva é mantida.

Isso nos faz pensar na importância de monumentos populares para a preservação de uma memória que, pela própria política de preservação em nosso país, é deixada de lado pelas instituições oficiais. Os monumentos estão sempre ligados a eventos que não dizem respeito às lutas populares. A Fábrica de Cimento pode ser pensada, portanto, como um "*monumento de lutas populares*" que permite a outras gerações recriarem a memória dos que "perderam o poder e a visibilidade de suas ações", para usar as palavras de Paoli (1992:27). Estamos falando da capacidade da classe trabalhadora construir seus próprios monumentos populares. E como sugere Paoli (1992), isso significa reconhecer "*o direito ao passado como dimensão básica de cidadania*", o que permite a existência de memórias coletivas que fazem com que "experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a sua dimensão histórica" (p. 27).

"Destruída a parte de um bairro onde se prendiam as lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados...". (Bosi, 1979:370-371). Imaginem quanto do sentido simbólico e talvez histórico para os moradores de Perus seria "destruído" se a fábrica fosse demolida, principalmente porque até hoje, e isso confirmamos nos relatos, as pessoas reconhecem que a Fábrica de Cimento é parte da história do bairro: "*E afinal de contas Perus, a História de Perus é a Fábrica de Cimento, né*" (E.H.T.).

Vimos que os autores (Halbwachs; Bosi) apontam com muita veemência que o grupo resiste às pedras demolidas, ou seja, as pedras destruídas de um lugar não são mais fortes do que a lembrança guardada no interior dos grupos que resistem e mantém a memória. Há uma relação afetiva do grupo com o lugar, ainda que as pedras sejam destruídas. Isso vale para os que se relacionaram afetivamente com o lugar. No que se refere às gerações que não têm o

grupo como fonte da lembrança, isso pode ser diluído. O que queremos mostrar é que o inverso também acontece, não tendo sido destruídas as pedras, a construção da fábrica, passados trinta anos, ela ainda é fonte de memória, principalmente para as gerações que não tiveram contato com os Queixadas. Diferentes eventos ocorreram neste lugar que passa a ser um novo lugar, onde são recriados novos eventos, novas relações e onde diferentes sentimentos são despertados.

O "Lugar Simbólico" estimula nossas memórias... Memórias que nos deslocam para outros "tempos"... Memórias que sobrevivem... Memória que é tudo que nos resta do passado... E tudo que somos capazes de reconstruir desse passado...

Referências Bibliográficas

- ANSARA, S., (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*: Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP
- BOSI, E., (1979). *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- HALBWACHS, M., (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- _____, (1952). *Les Cuadres Sociaux de la Memoire*. Paris: Nouvelle éd, Presses Universitaires de France.
- HOGG, M.A. & BRAMS, D., (1990). *Social Identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London and New York: Routledge.
- JENKINS, R., (1996). *Social Identity*. London and New York: Routledge.
- PAOLI, M. C., (1992). Memória História e Cidadania: O Direito ao Passado, In. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico.
- RÉBÉRIOUX, M., (1992). Os Lugares da Memória Operária, In. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*, Departamento Patrimônio Histórico, São Paulo.
- SANDOVAL, S., (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In. SPINK, Mary Jane. *A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar*, São Paulo: Cortez.
- TAJFEL, H., (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*, Lisboa: Horizonte.
- _____, (1982). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

A ação sindical sob a perspectiva da Condição Humana: uma prática anti-política

The labor union action under the perspective of Human Condition

*Antonio José Rollas de Brito**

ajrbt@uol.com.br

Partindo-se da mais significativa obra do pensamento de Hannah Arendt, “A Condição Humana”, procuramos compreender como as lideranças sindicais, através da ação sindical nos anos 90, vêm se distanciando cada vez mais da criação de espaços públicos e comunitários, e contribuindo para a consolidação de uma prática que atenta contra a própria política.

Palavras-chave

Condição Humana; espaço público; ação sindical; Hannah Arendt.

Abstract

From the most important ideas in Hannah Arendt's thoughts – “Human Condition”, we aim to understand how labor union leaderships, through the labor union action in the 90's, are getting far from public and communitarian spaces in order to contribute to an assembly of action which exclude the politics itself.

Keywords

Union action, public space, Hannah Arendt.

* Economista, mestre em Psicologia Social da PUCSP. Diretor da Secretaria de Relações do Trabalho da Cidade de Guarulhos – SP.

No final dos anos 70, ainda sob a ditadura militar, muitos de nós no Brasil, vimos ressurgir no cenário político nacional, a importância do movimento sindical.

Nas principais cidades brasileiras, o movimento sindical se rearticulava fundamentalmente a partir de duas vertentes: o movimento nacional das oposições sindicais, e o movimento nacional contra a estrutura sindical oficial.

Essas rearticulações foram responsáveis em fins dos anos 70 e começo dos anos 80, pelos seguintes encontros nacionais: das Oposições Sindicais e dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Estes encontros foram decisivos para a criação de centrais sindicais no país, já no começo da década de 80.

O primeiro dos encontros trazia, dentre as suas várias bandeiras, o fim da ditadura militar, o fim do arrocho salarial e do acordo com o FMI, e a organização livre e autônoma dos trabalhadores. O segundo encontro trazia estas mesmas bandeiras, mas com uma diferença: as lideranças deste eram, em grande medida, dirigentes de sindicatos oficiais, enquanto os militantes do primeiro encontro lideravam oposições sindicais a partir de organizações de bairros, comunitárias, comissões de fábrica clandestinas e outros tantos tipos de associações.

Durante toda a década de 80, vimos a criatividade política e a participação social florescer em quase todo o país, onde as reivindicações de caráter político predominavam sobre as reivindicações econômicas.

A organização sindical de base era o assunto dominante da prática sindical: era preciso democratizar o país, dentro e fora das fábricas, dos escritórios, do campo e dos serviços públicos. A luta contra a ditadura militar pela democracia constituía-se num movimento de possibilidades que revelava, aos homens, a importância do espaço público para a realização da liberdade, que, mais do que um valor, é uma dimensão da condição existencial dos homens.

A condição humana e a destinação existencial dos homens

Segundo Hannah Arendt, a condição humana significa mais do que as condições em que a vida foi dada aos homens, pois estes,

"são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. (...) Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana" (Arendt, 1995:17).

Os homens, portanto, não revelam suas diferenças com os demais entes a partir de sua condição biológica e física, mas pelo fato de que, dentre todos estes entes que habitam a Terra, aos homens, é quem lhes cabe a construção do seu *destino existencial*, isto é, cada um nós, ao nascermos neste mundo e por sermos constituídos pelo nosso mundo de origem e pelo mundo do possível, temos a responsabilidade de dar significado à nossa existência.

Ser constituído pelo mundo de origem, significa dizer que os homens também são o complexo de suas e das nossas heranças: a nossa família, os nossos genes, uma determinada cultura, uma situação social, política e econômica específica, a história da nossa própria família, etc. Este mundo nos constitui até a nossa morte independentemente de nossa vontade, pois segundo Critelli, *"tudo o que fazemos e deixamos de fazer, tudo o que sonhamos, tudo o que negamos, tudo com que rompemos, tudo que aprendemos é moldado, plasmado a partir desse mundo e nele, durante toda nossa existência"*. (Critelli, 2000a)

Portanto, podemos afirmar que a nossa condição humana pode ser e é, em certa medida, revelada por aquilo que herdamos do passado, reconhecendo neste uma fonte de inesgotável memória, ou então, enquanto um conjunto de simples fatos históricos.

Porém, esse complexo mundo de origem, não é o único determinante de nossa persona; ele é o *ponto inicial de nossa presença no mundo*, pois no momento em que adentramos no mundo com a exclusividade do nosso nascimento, *onde ninguém antes ou depois de nós será igual a nós mesmos*, trazemos consigo a possibilidade de reiniciarmos este

mundo. Assim, podemos afirmar que “nós mesmos dividimos com o mundo a construção de nosso Ser, do nosso Existir” (Critelli, 2000a), daí que nós somos mais do que a persona que apresentamos ser, nós somos também um ‘Poder-de-ser’, que temos sob o nosso cuidado, a nossa *destinação existencial*.

O Poder-de-ser nos dá a base para o nosso cotidiano, “nós o sentimos, nós sabemos que o somos, mas não podemos falar do seu aspecto” (Critelli, 2000a). Podemos identificar a sua presença quando estamos conversando silenciosamente conosco, ou quando vivenciamos momentos de ‘decisão’, isto é, momentos onde o nosso único caminho em que parecemos trilhar, se divide em dois, abrindo o espaço para o possível, para o ‘Poder-de-ser’. Por isso a origem da AÇÃO dos homens não está no real, no plano da causalidade, da utilidade, da finalidade ou da persona, mas sim no plano do que ainda não-somos, mas que podemos vir-a-ser.

“É desde este Poder-de-ser, aparente e atuante através de nossa persona, juntamente com o auxílio do mundo de origem que nos constitui e permite nossa efetiva manifestação, que vamos encontrando, configurando, moldando, construindo e reconstruindo uma peculiar destinação existencial”.
(Critelli, 2000a)

Para Hannah Arendt, a destinação existencial dos homens, ao longo de sua história, e mais particularmente a partir da experiência grega da polis, encontrou dois modos de se revelar: o primeiro, através do espaço público; e o segundo, através da esfera privada. Estes dois modos ou espaços, são considerados pela autora como fundamentais para a realização da condição humana ou, de maneira ainda mais específica, para as principais atividades que caracterizam a condição os homens: o labor, o trabalho e a ação.

Hannah Arendt reconheceu na experiência política grega da *polis*, a possibilidade dos homens experienciarem de maneira plena, a sua condição humana, em especial, a atividade da AÇÃO.

Na *polis grega*, estes espaços se encontravam fortemente demarcados: a esfera privada, era o lugar onde a atividade humana se encontrava determinada pela finalidade da sobrevivência, e da construção de um mundo de coisas. No espaço da propriedade aquilo que é próprio - ou da família, os homens se ocupavam das tarefas que garantiam a sua sobrevivência particular, bem como o conforto diante do caráter inóspito do mundo. O espaço da casa, era o espaço da *economia*, ou da gestão das coisas que garantiam a vida e a reprodução biológica dos homens. As atividades humana que aí predominavam eram o *labor* e o trabalho.

A atividade do trabalho se diferenciava da atividade do labor, em função da sua finalidade: o produto do trabalho era o artifício, ou tudo aquilo que os homens construíam, a partir de sua própria capacidade intelectual e manual, que deveria servir para construir um mundo de coisas e objetos, e dar uma certa estabilidade ao mundo dos homens, como por exemplo, uma casa, que poderia sobreviver a diversas gerações, ou até mesmo uma instituição política como o Senado. Já a atividade do labor se caracterizava pela produção de coisas que seriam consumidas ao longo do processo de desgaste da energia vital dos homens.

Essas duas atividades eram realizadas no âmbito da esfera privada ou da economia doméstica, pois o tempo exigido para sua realização privava os homens da presença dos outros homens da cidade, ou da presença do espaço público, onde o destino da cidade era decidido em comum acordo pelos seus cidadãos.

A atividade humana que caracterizava o espaço público ou político, é a ação. Ação que não tem origem no ato de fazer algo ou alguma coisa, mas na busca de sentido para a nossa existência no mundo dos homens. O espaço público, é o espaço por excelência da comunicação entre os homens, é o espaço onde o que falamos e o que fazemos revelam quem somos. É o espaço de entre os seres (espaço de ‘interesses’). É o espaço da *ecologia*, ou da reflexão coletiva sobre o destino da casa dos homens (*óikos: casa*).

No espaço público, os homens se encontravam mais próximos da 'morada do ser'. No momento em que os homens se encontravam convocados à presença dos outros homens, eles estavam exercendo a *co-existencialidade*, ou segundo Hannah Arendt, a condição humana da pluralidade. É na convivência com o outro, que eu posso saber quem eu sou. É na presença do outro, que a possibilidade da 'decisão' se apresenta da maneira mais efetiva para o pensamento. Assim, é que através da pluralidade ou da 'co-existência', os homens podem vir a ser, esta sob seus cuidados a construção da 'morada do ser' (*ethos*), isto é, do espaço da ética, da "textura de solidariedade onde você também habita"¹, ou co-existe com os demais homens. Se 'a casa do Ser', segundo Heidegger é a linguagem, a 'casa dos homens', segundo Hannah Arendt, é a política.

Através do espaço público ou da política os homens revelam quem são, e o agir e o falar com os outros são duas distintas dimensões que fazem parte de um mesmo fenômeno, isto é, a condição da pluralidade. O espaço público é o espaço onde o singular sabe-se que é, através do plural; onde em primeiro lugar, 'ele', é nós, para depois, ser 'eu'. Segundo Hannah Arendt,

"sendo visto e ouvido pelos outros, o eu se encontra a si mesmo em sua realidade e identidade, como autor e ator de sua história, à medida em que ele mesmo se vê e se ouve pelo testemunho dos outros homens. Este ver-se, não é, de fato, um ver-se através da visão, mas um ver a si mesmo possibilitado pelo ouvir o outro. Ouvir a versão que o outro tem de mim (Arendt, apud Critelli, 2000a).

A condição humana a partir da era moderna

A partir do advento da era Moderna a relação entre os espaços público e privado sofrerá uma radical transformação. Já durante o Império Romano, diversos eventos irão marcar a mudança na relação entre o espaço público e a esfera privada, onde esta começa a se sobrepor ao domínio da política. Contudo, as mudanças mais radicais nesta relação irão acontecer a partir de dois eventos históricos que marcarão profundamente o modo dos homens agirem no espaço público: as revoluções francesa e americana.

Para Hannah Arendt, essas revoluções irão inaugurar uma nova maneira dos homens habitarem o mundo, de tal modo que os limites entre espaço público e esfera privada tenderá ao desaparecimento.

O curso dos eventos que se seguiram a estas revoluções, de certa maneira, acabaram por se desviar do seu principal objetivo: a fundação da República como possibilidade de resgate das experiências da dimensão pública da polis grega, e da tradição política do Império Romano.

Os líderes da revolução americana viram nas instituições políticas romanas, a possibilidade de fundação de sua República através de um governo onde o poder se encontrava de fato e não só de direito, na ação dos homens reunidos em '*comunidades*'. Contudo, o governo republicano acabou por se transformar num gestor da felicidade e das vontades individuais.

A revolução francesa, cujos propósitos iniciais também estavam voltados para a constituição da '*res pública*', acabou por transformar o objetivo político de fundação da República, em "*necessidade histórica de eliminação da miséria*" (Brito, 1999).

Portanto, esses processos "re-evolucionários" que tiveram como objetivo o retorno às origens - da política - passaram, desde então, a se distanciar cada vez mais do ponto de origem a que buscavam, pois o vigor da tradição política, que orientava os destinos dos

¹ Citação extraída de anotações de aula do Prof. João Augusto Pompéia. Curso de Psicologia da PUC-SP.

homens e a interpretação dos novos eventos que surgiam na tessitura do real, cedeu espaço ao governo da administração das riquezas e das vontades individuais.

Segundo Hannah Arendt, se o espaço da política na tradição, garantia a construção de "consensos" entre os homens, ele agora passa a carecer de falta de sentido,

"pois se é verdade que a política não é nada além do que é infelizmente necessário para a preservação da vida da humanidade, então, com efeito ela começou a ser liquidada, ou seja, seu sentido transformou-se em falta de sentido" (Arendt, 1993:119).

Nesse contexto, os espaços públicos e privados ganharam uma nova dimensão, aonde ambos acabaram sendo subsumidos pela idéia de sociedade. O "consenso" ou a construção do senso comum entre os homens, cede espaço para a opinião pública, com a força de "poder" dirigir uma sociedade. A felicidade e a liberdade pública enquanto princípios políticos, transformaram-se nos seguintes valores sociais: igualdade social, liberdades civis e o bem-estar individual da grande maioria da população.

A esfera privada ganhou um novo significado, que passou a concorrer com ela: o espaço da intimidade e da privatividade. A esfera privada *"tornou-se espaço de proteção àquilo que é íntimo, em oposição não mais à esfera política, mas à esfera social"* (Brito 1999).

O *locus* do espaço da intimidade passou a ser o coração; lugar aonde se manifestavam os intermináveis conflitos do homem moderno, diante de sua incapacidade de viver bem em sociedade, ou de viver totalmente fora dela. Por outro lado, a sociedade passou a exigir do indivíduo não mais a ação do 'PODER- DE-SER', mas a ação utilitária, pois agora caberá a ela através do governo a administração da sobrevivência dos homens. Desde então, tornou-se possível impor *"inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-lo comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada"* (Arendt 1995:50).

Os homens públicos comprometidos com o processo revolucionário acabaram por encontrar uma nova maneira de expressão do sentimento público da compaixão: a piedade ou a paixão pela compaixão, cuja principal motivação estava na busca de se auto-perceber capaz de sentir compaixão pelo sofrimento material do(s) outro(s). E isto seria possível, graças ao processo de "conscientização da realidade social".

Assim, o movimento de internalização do mundo - e da política -, ganhou sua 'epifania' através da 'consciência', isto é, da busca da introspecção, que cada vez mais passou a ocupar as preocupações públicas, contribuindo não só para a vulgarização da política, como para a compreensão de que a liberdade *"é uma calça velha azul e desbotada, que você pode usar, do jeito que quiser. Não usa quem não quer"*. A liberdade passou da condição existencial para uma condição moral e de "livre-escolha" do indivíduo.

O movimento de introspecção do mundo realizou com isto, dois feitos: aniquilou a situação efetivamente existente, dissolvendo-a em estado de ânimo e, ao mesmo tempo, conferiu a tudo o que é subjetivo, uma aura de objetividade, publicidade, e de extremo interesse.

Na introspecção, a fronteira entre o que é íntimo e público tomou-se indistinta: intimidades são tomadas públicas, *"e os assuntos públicos passam a ser experimentados e expressos apenas no reino do íntimo - ou, em última análise, no mexerico"* (Young-Bruehl, 1997:93).

A paixão pela compaixão; o coração enquanto um espaço de defesa do indivíduo, da invasão sociedade; o desaparecimento do espaço comum entre os homens; a valorização do processo vital-labor - como sendo a mais elevada das atividades da condição humana dos homens; a valorização da introspecção ou do processo mental e intelectual, como modo de 'conhecer' a realidade, e como busca da consciência individual, aonde a realidade objetiva encontra-se dissolvida e transformada em meros processos mentais subjetivos. Para Hannah Arendt, tudo isto que se encontra na raiz do atual *"espírito de nossa época"*, modificou

radicalmente a maneira dos homens viverem a sua condição humana, e em particular, a atividade da ação ou da política.

Os objetivos do *animal laborans* tomaram-se soberanos frente às demais atividades humanas: o trabalho e a ação. A atividade do trabalho, propiciada principalmente pela evolução da tecnologia e da ciência, tomou-se um dos instrumentos com maiores condições de multiplicar ou acelerar a produção de artefatos destinados ao ciclo vital dos homens.

Face a essa mudança no modo de viver dos homens, que ou quais sentidos restaram para a política? Neste contexto é possível mudarmos o nosso destino existencial, de tal forma que possamos habitar um mundo aonde os homens possam estar junto às coisas que lhe dão proteção e abrigo, de tal forma que possamos garantir a nossa permanência sobre a terra dos mortais? Podemos manter as nossas esperanças de construção de um novo destino existencial a partir da prática dos movimentos sociais, e particularmente, o movimento sindical?

A ação sindical: A presença da esfera privada no espaço público.

O trabalho de investigação sobre a ação sindical de lideranças sindicais, desenvolveu-se durante os anos 90, particularmente entre os anos de 1993 a 1999. Neste período, atuava como militante do movimento e educador de lideranças sindicais, e dos trabalhadores da base dos sindicatos. Minha atividade de intervenção, concentrava-se no planejamento de ações organizativas e educativas das direções sindicais, como também dos trabalhadores de base.

Em nossa pesquisa, procuramos privilegiar a reflexão, e por vezes, a opinião e o debate com as lideranças que vivenciaram a ação política e sindical em fins da década de 70, e durante os anos 80, e que até hoje, continuam fazendo parte da estrutura sindical. Com isto, garantimos importantes reflexões sobre esse histórico período para os movimentos sociais no Brasil.

Os testemunhos dessas lideranças, revelou-nos que a "condição de liderança" foi sendo revelada, durante os anos 70 e 80, a partir de diversas ações públicas - e políticas que, na maioria das vezes, foram encaradas como sendo de muita coragem e determinação, pois estes dirigentes, tinham um elevado grau de incerteza do alcance político e social de suas ações.

Essa incerteza era reforçada a cada momento em que descobriam que o seu agir espontâneo - 'Poder-de-Ser' -, encontrava-se enraizado num "saber-fazer" que não possuía "parâmetros" de reconhecimento social e intelectual. Suas "certezas" advinham do modo como os trabalhadores expressavam sua confiança e sustentavam suas atividades. Ou no modo como trabalhadores e lideranças construíam seu senso comum e conseguiam definir laços de 'comum-unidade', mesmo que existissem divergências políticas. Este movimento foi responsável pelo processo de criação de inúmeras estruturas de organização política de base, como também a nível nacional.

Já a partir da década de 90, essa incerteza desse modo de agir, o "saber-fazer", foi cedendo espaços para novas práticas institucionais, fazendo com que a dinâmica de fundação de novos espaços públicos fosse perdendo seu vigor, sobretudo em termos de participação política e discussão dos destinos de uma determinada comunidade, grupo, categoria social ou classe. Curiosamente, foi surgindo, um novo desafio para estas lideranças: como acompanhar e participar dos "novos jogos institucionais", tais como o tripartismo, o consensualismo, as câmaras de negociação, sem perder a originalidade do seu modo de "saber-fazer" política?

Essas novas estruturas de negociação exigiram destas lideranças não só novos conhecimentos e estratégias, mas sobretudo, um certo distanciamento daquilo que haviam aprendido, quando do início da participação política em suas vidas. A sensação para estes dirigentes, é de que sob este novo contexto, existe uma situação de ruptura com o passado recente de suas vidas e dos trabalhadores que decidiam e acompanhavam suas ações.

Para estas lideranças a educação sindical, acontecia na prática, nas reflexões e decisões coletivas, tanto que o grande esforço metodológico da época era o de buscar métodos que garantissem nos cursos e seminários nacionais e estaduais, a troca de

experiências, e não simplesmente a transmissão de conteúdos e teorias.

Contudo, a partir da década de 90, a formação sindical, passa a responder a outros desafios, tais como:

- Torná-los "mais forte como liderança", pois eles têm dificuldades de trabalhar em grupos, principalmente quando há conflitos de idéias;
- ser um "espaço para treinamento de líderes";
- dar "novos conhecimentos para colocar em prática"

Ao contrário dos anos 70 e 80, estas novas crenças facilitaram um certo ocultamento da forma como o 'eu' (persona) foi se constituindo através de um 'nós', *um a gente*, vivido nas lutas políticas e nos grandes movimentos públicos (Diretas Já, por exemplo). Um dos nossos entrevistados registrou bem esta mudança de perspectiva entre estes dois momentos. Disse ele:

"(...) em 79 surgiu a greve na construção civil, a primeira greve. Aí acabei indo ao sindicato a convite de um rapaz que era de uma comunidade onde eu morava. (...) Aí fomos na assembléia. Foi esta assembléia que determinava a greve. Os caras estavam negociando há tempo. (...) pois estávamos ali desde de manhã, se eles não quisessem assumir a greve. (...) Mas eu me senti tão revoltado naquele dia, fiquei 'p...' e aí eu falei. Aí você sabe quem fala numa assembléia daquela... aí já me botaram numa comissão de negociação (...) se o cara não se coloca como um ator na sociedade, se coloca como qualquer coisa (...)”²

Para sermos atores, segundo Hannah Arendt, precisamos, mais do que desempenhar um papel, sermos autores de nosso próprio texto. E para sermos autores, necessitamos do reconhecimento público ou do testemunho dos outros, sobre as nossas 'obras' ou o nosso ato de falar e agir. Caso contrário, este agir (ator) se tornará uma mera reprodução de textos e rituais ensaiados, não cumprindo com a sua "finalidade", que é a de apresentar uma obra (a minha existência) como registro da minha presença no mundo dos homens. E neste caso, temos um afastamento cada vez maior da busca de sentidos que caracteriza a política.

O modo como estes dirigentes sindicais revelavam quem eram, principalmente durante os anos 70 e 80, indicava que a escolha da ação se fazia no caminhar das possibilidades abertas por uma comunidade de homens agindo como atores e autores. Porém, esta escolha foi sendo rapidamente substituída, por um modo de 'ser-dirigente sindical', que passou a expressar um conjunto de papéis e de comportamentos pré definidos, baseados num processo de escolhas individuais, aonde os acontecimentos públicos, ainda que testemunhados por outros, eram interpretados como mero acaso do "destino", ou, no limite, como resultado de ações planejadas de maneira estratégica. Em síntese, dos anos 70 e 80, estes dirigentes perderam a condição da autoria e a espontaneidade no agir.

Uma das principais mudanças ocorridas, localizou-se na busca de modo intenso, por um "conhecimento científico", que funcionasse como um ponto de apoio para a interpretação do real. A partir deste momento, o caráter espontâneo e imprevisível do agir das lideranças, passou a dar lugar a um conjunto de procedimentos e técnicas, onde o real pode ser *previamente fabricado, e ao mesmo tempo em que transforma a espontaneidade em jogo de estratégias* .

A "nova postura" das lideranças acabou por facilitar a entrada em cena, de um debate que, durante os anos 70 e 80, não chegou a ganhar expressão pública: a viabilização de projetos pessoais, a partir do exercício da ação sindical. E junto com esta mudança,

² Os depoimentos constantes deste artigo foram extraídos da dissertação de mestrado Um Estudo Psicossocial da Ação Sindical a partir do paradigma de Hannah Arendt: Dimensões da Esfera Privada no Espaço Público. Brito, A.J. R., (1999) São Paulo: PUCSP.

percebemos o crescimento de um pré-conceito com relação às suas próprias bases. Estas são algumas das opiniões destas lideranças sobre seus liderados:

- *"Bando de empregadas domésticas, só faz o que o patrão manda. Não reivindica seus direitos";*
- *"Pequeno leãozinho que perdeu a mãe no meio da selva e não sabe o que fazer da vida".*
- *"Uma platéia olhando para o palco vazio."*
- *"Distante, vaga, nada traz ela até nós; cordeirinhos".*
- *"Um mar morto que precisa ser despertado, pois tem potencial".*

No cotidiano sindical, estas opiniões seriam tranquilamente qualificadas de "despolitizadas", ou como falta de consciência política do líder. Contudo, este termo é insuficiente para ampliar a nossa reflexão em torno das modernas práticas corporativistas da ação sindical.

De fato, essas opiniões são despolitizadoras, uma vez que elas retiram, não só da própria experiência de cada um, como da relação entre lideranças e liderados, a possibilidade da formação de espaços públicos, onde eles pudessem aparecer, revelando quem são através do discurso e da ação, facilitando uma análise mais coerente com a realidade vivida por lideranças e liderados.

Mas as reuniões de planejamento estratégico destas direções, muitas vezes se limitavam às opiniões, que por sua vez, apenas contribuem para uma 'revelação', ou seja, elas ajudam a encobrir o caráter político - em nossos termos - da condição de vida a que os trabalhadores estão cada vez mais submetidos e imersos.

Se suas opiniões a cerca dos trabalhadores são consideradas como verdadeiras para efeito da definição de suas ações, por outro lado, as opiniões que têm de si próprios no papel de liderança, acabam também por esconder novamente o aspecto político - em nossos termos - dessa relação. Estes são alguns dos exemplos:

- *"sou um líder quase perfeito, pois estou sempre aberto a novos conhecimentos, presto muita atenção em outros líderes que tomo como exemplo, tirando daqueles as qualidades para que eu possa utilizar e o que considerar como defeitos as descarto";*
- *"procuro saber de suas necessidades e orientar da melhor maneira possível ou ser seu representante";*
- *"estou no comando do sindicato, os companheiros vêm em mim um espelho, porque sou o centro de várias decisões e sou responsabilizado pelas mesmas";*
- *"eu sou insistente em mostrar o caminho que o trabalhador deve seguir".*

Ao pensarmos sobre essas imagens, nos perguntamos: podem as lideranças conhecerem politicamente as causas do imobilismo dos trabalhadores, quando o 'ser-dirigente-sindical' revela-se através de um papel de "provedor histórico", em busca de personalidades modelos?

Para alguns dirigentes, esta tarefa talvez seja possível. Mas para isto, seria necessário o apoio da psicologia, pois esta poderá ajudá-las a entenderem o que está acontecendo na "cabeça" dos trabalhadores, explicando por exemplo, os motivos de baixa auto-estima, seus medos, porque se submetem a diversas situações de humilhação, etc. Assim como a análise econômica é utilizada como leitura da realidade, o conhecimento psicológico também passou a ser visto como necessário à ação política destas lideranças, pois se a condição material da maioria empobrecida dos trabalhadores não mais explica uma situação de imobilismo, agora, esta pode ser explicada através das condições psíquicas e emocionais, ou através do universo da intimidade.

Esse agir das lideranças, nos indica ser mais um passo em direção de orientar o plano de sua ação política para a subjetividade dos trabalhadores, reforçando assim, o movimento de individualização ou as marcas exclusivas da 'persona', de cada uma das pessoas, tal como ocorre nos processos de produção e de trabalho contemporâneos, pois nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, etc., se busca, e de uma maneira intensa, que cada trabalhador(a) registre sua 'marca', sua 'diferença' no resultado do seu trabalho, que ao

invés de contribuir para o processo de crescimento da individualidade, reforça o processo de massificação, encoberta na forma de elogio à diversidade de estilos.

Neste contexto, propomos que a democracia no espaço público sindical seja vista não como uma qualidade do sistema político, mas como um conjunto de ações cotidianas que podem ampliar ou limitar a capacidade dos homens agirem em '*comum-unidade*'.

A auto-imagem das lideranças sindicais, as emoções e o mundo da intimidade

Quando entramos no assunto das emoções, é que percebemos o quanto de paradoxal a busca por conhecimentos psicológicos, parece não se aplicar para as situações pessoais de cada liderança. Muitas delas, de maneira informal, expressaram sentir dificuldades em relação à família, à aceitação de sua imagem (corpo físico), e o fato de não encontrarem saídas para resolverem estes problemas. Não por acaso, muitas destas lideranças se encontravam desanimadas, tristes ou deprimidas, devido à sua falta de criatividade e espontaneidade, segundo seus próprios julgamentos.

Durante as atividades de formação sindical, levantei junto aos grupos com os quais trabalhei, o perfil que eles achavam que um líder deveria possuir, partindo-se dos defeitos e qualidades deste. Segundo os sindicalistas, os líderes deveriam ter como qualidade: "*humildade, sinceridade, ser bem vistos pelos representados, não liderar sob sua vontade, ter conhecimento e inteligência e saber ouvir*". Como defeitos, as lideranças não poderiam ser: "*arrogantes, se julgar melhor que todos, inseguras, desrespeitosas com os liderados, ditadoras e sempre deveriam demonstrar confiança*".

Essas qualidades e defeitos apresentados pelas lideranças, nos sugere uma semelhança ao perfil que tinha o 'gestor privado' à época dos gregos antigos, na esfera privada, já que era nesta, que acontecia a administração das atividades do labor e do trabalho. Assim, cabia ao administrador doméstico, o uso da força ou do comando sobre uma pessoa ou sobre um grupo de outras pessoas, onde "*a idéia de força, como capacidade física e exclusivamente individual estaria permeando as relações entre comandados e comandante. Quer seja no ato de fazer, quer seja no ato do saber*". Portanto, a liderança deveria cuidar não só de seu comando enquanto uma capacidade de organização dos liderados, mas também deveria cuidar da maneira de apresentação da sua personalidade (valores morais, intelectuais, éticos etc.).

A grande questão que nos interessa para a nossa reflexão, é que esta personalidade (persona) tornou-se um elemento fundamental da apresentação de quem somos, quer seja para o domínio privado, quer seja para o espaço público, tal como nos revela um dos líderes: "*Eu me sinto um pouco inexperiente. Eu vou procurar melhorar. Estou pensando como que eu posso ser dirigente sindical dessa maneira. Preciso melhorar para também dirigir melhor minha família...*"

Para Hannah Arendt, a 'era Moderna', fortaleceu uma compreensão do ato de liderar, onde o líder não mais abre caminhos permitindo que outros continuem o processo por ele iniciado, mas ele deveria ter a capacidade de convencer a maioria em torno da sua vontade, e ao mesmo tempo, deveria apresentar esta como sendo uma vontade da maioria, tal como se apresenta o modelo tradicional de família. Esta vontade da maioria, deveria aparecer publicamente na forma de uma aceitação por parte da liderança, dos apelos a ele dirigidos, não deixando que os seus interesses fizessem parte da vontade da maioria. Sendo assim, seria necessário que esta liderança aprendesse a *controlar* seus impulsos pessoais, ou como disse uma das nossas lideranças, que ter "domínio sobre tudo o que está à sua frente".

Esse perfil necessário de liderança, permitiu que se instaurasse uma certa confusão entre as fronteiras do público e do privado, levando grande parte destes líderes a procurar um "modelo" de personalidade através de qualidades e defeitos, constituindo-se num "espelho" onde os liderados pudessem se ver refletidos, na forma de um

"conglomerado de um número de qualidades identificáveis, reunidas em um

identificável todo compreensível e confiável, e que estão, por assim dizer, imprensas em um substrato imutável de talentos e defeitos peculiares à nossa estrutura psíquica e corporal" (Arendt, 1995: 30).

Essa tendência exclusivamente moderna, contribuiu para que os homens, ao invés de se distinguirem através de suas obras e feitos, palavras e discursos, procurassem criar comportamentos diferentes que, não só não comunicavam a si próprios, mas acabavam por comunicar seus valores, qualidades e virtudes, previa e socialmente definidos.

Assim acreditam outras duas lideranças sindicais:

"Eu sou uma pessoa assim: eu ouço isso, e vejo o que isso pode estar contribuindo para mim, se é bom eu uso, se não é, eu jogo fora".

"Eu estou preocupado com o meu corpo. Será que estou com uma boa aparência para dar uma entrevista na televisão?"³

Esses testemunhos revelam o quanto o exercício da liderança pública para os nossos líderes, tem se voltado para um intenso movimento de introspecção, cujo objetivo parece ser o de buscar uma subjetividade (ou uma sujeição?), que lhes permitam se sentir possuidores de uma auto-apresentação determinada por uma imagem pré-fabricada, não partindo das possibilidades dos diferentes 'modos-de-ser', mas segundo à opinião pública, introduzindo cada vez mais a sedução retórica nos discursos públicos. Esta sedução para o público também funciona como uma "auto-sedução", pois geralmente nos traz a sensação de que, de fato, controlamos todos os assuntos humanos que surgem no espaço público.

Vivenciar o exercício público da liderança sindical centrado na busca de uma personalidade pública, e na revelação de imagens condizentes com o que os outros desejam encontrar, pode estar contribuindo para a criação de situações de crises psicológicas e emocionais, cuja manifestação, tem se dado através do isolamento, e da falta de vontade em cumprir com aquilo que haviam determinado enquanto objetivo de suas vidas, além das crises relativas à família.

Questão também bastante sensível, a família aparece de maneira paradoxal no espaço da atuação sindical. Perguntados sobre os assuntos que estavam menos acostumados a falar no sindicato, a maioria dos dirigentes apontaram que eram os problemas familiares. Quando perguntados de que mais sentiam falta no espaço do sindicato, a maioria também respondeu: "a presença da família".

Contudo a presença da família também não aparece como um reconhecimento desta enquanto um espaço de solidariedade e acolhimento dos difíceis momentos da luta política e sindical, como alguns diziam antigamente. Mas como um obstáculo, uma fonte de criação de problemas que tem dificultado a ascensão de muitas das lideranças sindicais. Também a família não mais se constitui, no espaço de abrigo do mundo. Talvez porque o dominemos suficientemente...

É significativo recordarmos que falar sobre as emoções nos espaços da ação sindical era uma atividade considerada, como tipicamente feminina. Ressalte-se que, até hoje, grande parte das lideranças sindicais masculinas ainda vêm a presença das mulheres na direção dos sindicatos, como uma dificuldade, pois por serem muito "emotivas", não compreendem a necessidade de se organizarem. Entretanto, em nossa pesquisa, percebemos que os espaços para falar das emoções existem. Não aparecem como espaços claramente demarcados, mas sim como expressões individualizadas que, se não acontecem na forma de desabafo, aparecem encobertas pelo "sinal da modernidade" nas relações capital-trabalho: aparecem como "inteligência emocional".

³ Anotações de campo.

Por outro lado, se expressões e sentimentos públicos (compaixão pelo sofrimento do outro) se apresentavam mais permanentemente, agora estes aparecem de maneira bastante distanciada da ação e dos discursos das lideranças. Expressões como "compromisso com os explorados e os oprimidos", ou até mesmo "sofrermos junto com" foram sendo substituídas por análises de conjunturas, dados estatísticos, explicações das causas do sofrimento do outro etc. As emoções de caráter público passaram a ter um tratamento exclusivo pela área da comunicação, com expressões marcadas ou reconhecidas socialmente. Como por exemplo, nos opinou uma das lideranças que falar das emoções permitia às pessoas mudarem mais facilmente, lhes facilitando trazer as coisas escondidas de si mesmas para se tornem públicas. Portanto, concluiu ela, se fazia necessário criar espaços nos sindicatos para que as pessoas pudessem falar de si e dos seus sentimentos.

Os testemunhos dessas lideranças nos fez 'descobrir' a tendência atual delas transformarem os espaços públicos do sindicato, em imagens referência de diferentes personalidades que estão presentes em seu cotidiano, contribuindo para a criação de uma dinâmica emocional que, sem a devida mediação do pensamento, tenderá a fechar ainda mais o indivíduo ao mundo. E este fechamento ao mundo, que percebemos tanto no domínio dos assuntos da intimidade no espaço público, como na busca de ações planejadas cujos efeitos possam ser controlados pelo "conhecimento científico", contribuem para que a ação sindical nos anos 90, torne-se efetivamente anti-política, isto é, contrária à criação de espaços efetivamente comunitários e solidários, onde os homens possam de fato construir sua condição humana.

Referências Bibliográficas

- ARENKT, H. (1995). *A condição humana*. 7º ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1995). *A vida do espírito. O pensar. O querer. O julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. (1993). *A dignidade da política. Ensaios e Conferências*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. (1988). *Da revolução*. São Paulo: Ática. Brasília: Editora da UNB.
- BRITO, A. J. R. (1999). *Um estudo psicossocial da ação sindical a partir do paradigma de Hannah Arendt: dimensões da esfera privada no espaço público*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP.
- CRITELLI, D. M. (1996). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Educ./Brasiliense.
- _____. (2000a). *Apostila do Curso Caminho Existencial*. São Paulo: Mimeo.
- _____. (2000b). *Apostila destinado ao curso Pedagogia existencial*. São Paulo: Mimeo.
- RUSSEL, B. (1991). *A Conquista da Felicidade*. Lisboa: Guimarães Editora.
- SAWAIA, B.B. (1999). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- UNGER, N.M. (1991). *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola.

Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política

Latin American Social Community Psychology: Some approaches and intersections with Political Psychology

*Maria de Fátima Quintal de Freitas**
fquintal.pscom@terra.com.br

Resumo

Este trabalho pretende trazer algumas reflexões sobre possíveis relações entre a psicologia social comunitária e outros campos da psicologia, como a psicologia social e a psicologia política, nos últimos anos em nosso país. A partir da trajetória de construção das práticas da psicologia social comunitária, ao longo das últimas quatro décadas no Brasil, podem ser realizadas algumas avaliações a respeito da sua produção, características e intersecções com as outras áreas. As peculiaridades histórico-sociais do continente latino-americano permitem encontrar raízes comuns na trajetória da psicologia social comunitária, psicologia social e psicologia política, como a existência de pressupostos teóricos semelhantes e o comprometimento com as problemáticas sociais que afetam grandes parcelas da população. As práticas de intervenção psicossocial em comunidade, em nosso continente, produziram uma contribuição decisiva, no campo das ciências humanas e sociais, introduzindo os setores populares e as comunidades na condição de atores sociais e políticos, diretamente ligados aos processos de conscientização e participação.

Palavras-chave

psicologia social comunitária; comunidade como ator social; processos de conscientização e de participação; comunidade e político

Abstract

This study intends to bring some reflections about possible relationships between Social Community Psychology and other fields in Psychology, such as Social Psychology and Political Psychology, in the last past years in our country. Based in the construction of Social Community Psychology practices in the last four decades in Brazil, some evaluations about its production, characteristics and intersections with other areas can be made. The socio-historical peculiarities from the Latin American continent allow us to find coincident roots in the trajectory of Social Community Psychology, Social Psychology and Political Psychology as the existence of similar theoretical assumptions and the commitment with social issues that affect a big part of the population. The psychosocial intervention practices in communities, in our continent, produced a conclusive contribution in the field of human and social sciences, introducing popular sectors and communities in the condition of social and political actors, directly connected to awareness and participation processes.

Keywords

Social Community Psychology; community as a social actor; awareness and participation processes; community and political.

* Doutora em Psicologia Social pela PUCSP e docente da Universidade Federal do Paraná.

Por que discorrer sobre psicologia social comunitária e psicologia política buscando encontrar possíveis liames entre elas? Que aproximações e que distanciamentos poderiam existir entre a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Política, brasileiras e latino-americanas?

Proceder a uma reflexão sobre estas indagações, ao início deste novo milênio, apresenta-se como tendo importância na medida em que pode contribuir para uma avaliação sobre o campo de ação da Psicologia Social Comunitária, permitindo identificar possíveis avanços e dificuldades, presentes tanto no desenvolvimento das suas práticas, como quando do seu processo de consolidação como uma área de investigação e intervenção, voltada para a realidade concreta das pessoas. Outra contribuição poderia derivar de uma discussão sobre o fato de que estes dois campos estiveram, ao longo dos últimos anos e através de seus profissionais e pesquisadores, presentes em situações comuns e lidando com problemáticas e fenômenos psicosociais que se entrecruzaram no terreno tanto das relações sociais concretas como da produção de conhecimento, tendo havido, também, em alguns momentos um interseções no que tange a assumir uma postura profissional comprometida com a produção de conhecimento socialmente relevante e profícuo (Sandoval, 2000; Martín-Baró, 1987; Freitas, 1996b, 2000).

Além disto, enveredar pelo caminho destas reflexões exige, de nossa parte, a delimitação e especificação do que se entende por este tipo de trabalho em comunidade, em termos dos seus alicerces teóricos e práticos, e cuja compreensão torna-se visível na medida em que se recupera a trajetória da sua construção, especialmente se considerarmos que esse percurso tem uma relação forte com a recente história latino-americana. Em outras palavras, foi no percurso da história concreta social e política do continente latino-americano, nos últimos 50 anos, que se tornou possível construir e consolidar as práticas de uma psicologia social comunitária, com as características e raízes que apresenta em nosso continente. Apesar do campo de atuação, chamado Psicologia Comunitária (Community Psychology), já existir anteriormente ao seu aparecimento na América Latina, nos anos 50 e 60 na Europa e nos EUA, essa Psicologia Comunitária americana e européia distingue-se daquilo que foi sendo gestado e construído nos anos 60, 70 e 80, no Brasil e América Latina, e que, posteriormente e em especial hoje, denominamos de Psicologia Social Comunitária¹.

Mesmo diante de uma profissão considerada jovem - oficialmente regulamentada em agosto de 1962 -, constatamos, ao longo destas quase quatro décadas de existência da psicologia em nosso país, uma variedade de práticas psicológicas desenvolvidas em diferentes contextos e dinâmicas comunitárias, revelando um leque heterogêneo e diversificado de atuações, trabalhos e perspectivas epistemológicas (Lane, 1991; Montero, 1994b; Freitas, 1996b). Esta variedade tem se expressado em diferentes aspectos como: setores e populações envolvidas, enfocando-os desde um enquadre individual, familiar, grupal até grandes agrupamentos comunitários ou movimentos populares; aportes teóricos e metodológicos que se distribuem desde adotar referenciais mais 'objetivistas' e imparciais até visões mais qualitativas e participativas; problemáticas enfocadas na perspectiva individual até coletiva; e, tipo de relação de conhecimento construída entre profissional e comunidade, de modo que a definição dos objetivos e encaminhamentos podem se situar em um dos pólos ou em ambos dessa relação. Independentemente da necessidade de serem analisadas as repercussões dessa diversidade para o próprio desenvolvimento das práticas comunitárias, o que há de comum entre elas é o fato de se tratarem de trabalhos que são realizados junto a ONG's, conselhos tutelares, varas da infância e família, sindicatos, secretarias estaduais/municipais de saúde, educação e ação social, projetos de desenvolvimento ambiental e sustentável, movimentos populares e sociais, organizações voltadas aos direitos humanos e à luta e

¹ Não é o objetivo discorrer, aqui, sobre estas diferenças e possíveis elementos para uma análise diferenciadora entre as práticas. O aprofundamento desta discussão encontra-se em: Saforcada, 1992; Montero, 1996a, 1996b; Freitas 1996a, 1998.

preservação da cidadania, diferentes grupos e associações populares e comunitárias, entre outros (Freitas, 2000 a).

Entretanto, voltamos a destacar, aqui, que, hoje, vivemos uma gama diversificada de trabalhos e práticas psicossociais em comunidade, tendo diferentes orientações teóricometodológicas, sendo denominadas e identificadas como atuações da psicologia social comunitária, em uma pseudo sinonímia e harmonia conceituais. A análise sobre esta falácia, na coerência epistemológica dos diferentes trabalhos, traz à tona uma discussão, já desenvolvida em outros espaços, sobre as práticas estarem de fato sendo inovadoras, se consideradas na relação modelos de homem e concepções sobre o fenômeno psicológico versus recursos metodológicos empregados nas práticas desenvolvidas de maneira coerente ou não a tais concepções². Depreende-se, também, daqui um outro aspecto importante, deste debate, sobre o grau de conservadorismo³ ou ineditismo que tem estado presente nas práticas desenvolvidas pelos psicólogos, quando de sua atuação em novos contextos comunitários, após quase quarenta anos de consolidação da prática profissional (Yamamoto, 2000; Sandoval, 2000; Lane, 1995; Freitas, 1998,2000).

Recoloca-se, assim, neste momento, a indagação sobre que compreensão podemos ter a respeito da Psicologia Social Comunitária. De maneira sintética, pode-se dizer que, em verdade, trata-se de um tipo de intervenção psicossocial, acontecida em uma variedade de contextos e dinâmicas comunitárias e que teve um nascedouro intimamente ligado às premissas epistemológicas do campo marxiano, em termos de compreensão do caráter sócio-histórico do homem, situando-o como produto e produtor da história individual e coletiva, assim como considerando-o como um importante ator social nos embates e conflitos presentes nas relações de classe (Flores Osório, 1999; Freitas, 1998; Montero, 1996b; Martín-Baró, 1989), com vistas à construção de uma existência mais justa e digna, a começar nas relações cotidianas concretas.

Esta perspectiva traz, em essência, dois aspectos importantes identificados, também, na realização dos trabalhos em comunidade⁴, pelas mãos dos psicólogos, já a meados dos

² O debate sobre se de fato as práticas da psicologia social comunitária têm apresentado um caráter de transformação social e se há características em termos de produção de conhecimento que permita identificar a emergência de novos paradigmas ou a convivência - ora amistosa, ora não - com paradigmas antigos, encontra-se em . Freitas, 1994, 1998, 2000; González, 1998; Montero, 1994 a, 1994b; Wiesenfeld & Sánchez, 1995 entre outros.

³ Ver discussão apresentada por Yamamoto (2001) sobre o conservadorismo presente nos trabalhos realizados por psicólogos que, na realidade, estão empregando os mesmos recursos e instrumentais tradicionalmente utilizados, por exemplo, em situações de atendimento individual ou clínico, embora estejam atuando em campos ou contextos de ação considerados 'novos'.

⁴ O termo 'trabalho em comunidade' ou 'trabalho comunitário' está sendo empregado, aqui, como se referindo às práticas desenvolvidas em diferentes contextos e dinâmicas comunitárias, tendo a participação também de profissionais de psicologia. Claro que sua significação e história ultrapassam a ação destes profissionais, entretanto a preocupação, neste texto, é trazer indicadores sobre como a psicologia social comunitária foi sendo construída ao longo dessa trajetória, desde a regulamentação da psicologia como profissão, no início dos anos 60. Isto tanto se mostra revelador que, ao longo dessas décadas, e especialmente nos anos 60 e 70 não utilizávamos a expressão psicologia social comunitária (PSC) e, pouco freqüentemente, empregávamos a expressão 'psicologia comunitária' (sem a adjetivação do 'social'), até porque essas duas expressões não estavam nem consolidadas na própria prática dos trabalhos, não eram reconhecidas internamente nas universidades, e quando intentavam entrar nos debates acadêmicos eram vistas como possuindo status científico inferior. A expressão PSC entra no cenário acadêmico já ao final dos anos 80 e vai ganhar força, visibilidade e reconhecimento quase ao final dos anos 90. Isso vai acontecer como resultado de alguns acontecimentos: em parte, como consequência da própria divulgação que insistimos em fazer sobre os trabalhos comunitários, tendo a participação de

anos 60. Aquele que se refere à dimensão sócio-política da ação humana, dimensão esta que revela que o homem é um ser em construção e em movimento nas relações sociais concretas de seu cotidiano (Montero, 1995). E, outro que aponta para a natureza de comprometimento político e social do trabalho de intervenção psicossocial, em termos de serem gestadas formas de atuação que impliquem em algum tipo de retorno e benefício para os setores e segmentos envolvidos, para que possam superar e eliminar as condições de exploração e pauperização de sua vida cotidiana⁵ (Martín-Baró, 1989). Depreende-se, então, que os trabalhos em comunidade foram sendo desenvolvidos, em especial, ao longo dos anos 60 e 70 com uma forte matriz marxista, contando com a participação, também, de alguns psicólogos. Revisar esta trajetória permite-nos dizer que estas duas dimensões - não claras à época, para os profissionais envolvidos - hoje já se tornaram perceptíveis, constituindo-se em elementos distintivos desta prática. Além disto, a delimitação destas dimensões têm contribuído para dar força e consistência a uma área que, recentemente, passou a ser reconhecida interna e externamente à academia e que, agora, sim, passamos a denominá-la, aqui, de psicologia social comunitária.

O fato de, hoje, estarmos presenciando uma grande expansão dos chamados trabalhos comunitários, pode nos dar, erroneamente, a idéia de que vários setores e grupos da sociedade estão se organizando, estão participando de processos de reivindicação em torno de suas necessidades primordiais e estão sendo contemplados em seus direitos à vida e à cidadania. Infelizmente, esse movimento de ampliação das propostas, intenções e até mesmo de programas e trabalhos voltados para a maioria da população, não tem significado que a mesma esteja sendo atendida em suas necessidades, e muito menos que estejam sendo implementadas formas de participação comunitária que poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e politizada na própria comunidade (Freitas, 2000 a, 2000b; Sandoval, 2000). Decorrente disto, nos deparamos com um cenário atual de proliferação de políticas públicas e programas de ação social, em que inúmeros campos profissionais estão sendo chamados a se envolverem, direta ou indiretamente, na análise dos diferentes problemas sociais e na elaboração de estratégias de resolução. Isto aponta para a necessidade de serem analisadas as relações entre esses campos e os efeitos sociais esperados e produzidos, e identificado o tipo de participação que podem e deveriam ter, seja para a expansão das práticas comunitárias, seja para o incremento de uma participação efetiva da população nos diferentes programas de mudança social, com resolução de suas problemáticas cotidianas. Tendo esta preocupação como pano de fundo, discorrer-se-á sobre o processo de construção e consolidação de um campo que passou, recentemente, a ser denominado de psicologia social comunitária, procurando-se identificar os elementos que lhe dão esse caráter distintivo, assim como os fatores que têm se constituído em desafios para a sua afirmação como área de conhecimento, indicando-se alguns aspectos pertinentes às interfaces com a psicologia política, à possibilidade de fortalecimento dos compromissos

psicólogos e mantendo suas raízes de comprometimento político e de produção de conhecimento latino-americano; em parte, também, como fruto das exigências de 'constituição de processos formativos que resultem em profissionais mais preocupados com a sociedade e a cidadania' como bem recomendam as Diretrizes Curriculares dos cursos de Psicologia; e, finalmente, como um produto das próprias políticas públicas - governamentais e não governamentais - que passam a ter como mote a realização de trabalhos comunitários, o planejamento e desenvolvimento de ações comunitárias reunindo a sociedade civil, e o desenvolvimento de programas sociais voluntários e/ ou 'solidários' em que a participação de diferentes setores, inclusive empresariais, passa a ser visto como importante para a resolução dos problemas da sociedade.

⁵ Isto corresponderia ao que Ignacio Martín-Baró em toda a sua produção, teórica e prática, vai defendendo: "una práxis revolucionaria 'psicológica' implicada con la transformación del ser humano y de la sociedad, en función de las posibilidades negadas a las mayorías oprimidas" (Montero, 1993:66).

políticos presentes desde o seu nascedouro, à tarefa de consolidação de sua identidade e especificidade profissional. No continente latinoamericano temos presenciado, nos últimos anos, interfaces e intersecções entre os trabalhos realizados por psicólogos - classificados posteriormente de - sociais comunitários ou políticos. Isto tem sido encontrado, especialmente, quando desenvolvem propostas de intervenção psicossocial junto a diferentes contextos comunitários, construindo estratégias ligadas às relações da vida cotidiana, na direção de torná-las mais dignas e justas tendo uma participação efetiva dos setores envolvidos; ou quando intentam desenvolver produções teóricas autóctones, implicadas com a compreensão e identificação dos processos necessários para a eliminação das problemáticas concretas vividas pela maioria da população.

Como foi sendo construída a prática da Psicologia Social Comunitária?

A participação dos profissionais de psicologia em diferentes contextos comunitários e bairros de periferia, onde vivia (e vive) a maioria da população brasileira, começa a acontecer já a meados dos anos 60, ainda durante o processo de capacitação das primeiras turmas de psicólogos que estavam sendo formadas. Isto vai se fortalecendo através das ações e práticas de um grupo⁶ de professores e alunos, da PUC-SP, e profissionais que realizavam seus trabalhos em um bairro da periferia na capital paulistana. Estes trabalhos aconteciam como uma resposta à grande insatisfação para com os modelos teórico-metodológicos tradicionais, que adotavam pressupostos a-históricos e psicologizantes a respeito das relações e fenômenos psicológicos⁷. Foram anos em que as manifestações populares e as reivindicações políticas, por condições de vida mais dignas e justas, estiveram presentes na maioria das metrópoles do hemisfério sul. Problemas sociais, tão recorrentes hoje em nossos noticiários, já campeavam soltos nos anos 60 e 70, e as cruéis condições de vida da população, ligadas à falta de saúde, ao desemprego, à precariedade da educação e à falta de moradia, compeliam massas populares para as ruas e avenidas em busca de alternativas para a sua sobrevivência (Iglésias, 1993; Jacobi, 1989). Diante de fenômenos como, por exemplo, as 'barricadas de maio de 1968' em Paris, os chocantes quadros de miséria e fome em Biafra, equivalentes aos atuais Timor Leste e Somália, os cruentos problemas raciais como os do Apartheid na África, os cientistas e pesquisadores, nos anos 60, não podiam mais permanecer impassíveis em seus locais de trabalho e de investigação. Muitos, provenientes do campo das ciências humanas e sociais, postaram-se ao lado dos diversos segmentos da sociedade, intentando unir trabalhos, metodologias e compromissos sócio-políticos. Este movimento expressava, em verdade, uma grande insatisfação com a pseudo-neutralidade defendida no campo das ciências humanas e, no caso da psicologia, revelava uma inquietude para com o seu distanciamento diante da realidade concreta e da existência cruel que as pessoas viviam, em nosso país. A necessidade de encontrar referenciais teóricos, que permitissem compreender os determinantes históricos desses acontecimentos, sua incidência no cotidiano, e as repercussões psicossociais na vida dos indivíduos, materializava-se nas tentativas de realização de outros trabalhos da psicologia, em outras situações e contextos comunitários, que acabavam reunindo psicólogos, professores

⁶ Este grupo é constituído pelos professores Sílvia T. Manrer Lane, Alberto Abib e vários alunos que, mais tarde, fixaram residência em outras cidades e capitais, como é o caso de João Pessoa, que passam a se - ao lado de outros locais como Fortaleza, Porto Alegre, Belo Horizonte, a própria cidade de São Paulo, algumas cidades do interior de São Paulo (Santo André, Bauru, Assis) - a se constituir, àquela época, como pontos de referência entre os que trabalhavam em comunidade, ao mesmo tempo em que representávamos uma espécie de resistência a capitular aos modelos e práticas tradicionais e a-históricas da psicologia. Para maiores informações sobre esta época ver: Andery (1983); Bomfim (1XXX); Freitas (TESE 1994).

⁷ Ver: Montero (1996); Freitas (1999).

e estudantes que pretendiam construir uma profissão comprometida, de fato, com a realidade histórica do país, apesar do período de exceção e terror em que se vivia.

Na década seguinte⁸, ao longo dos anos 70, pode-se dizer que foi existindo uma certa ampliação nos horizontes tanto da psicologia, como dessas práticas 'diferentes' e pouco aceitas, que haviam sido iniciadas nos anos anteriores. Os trabalhos vão sendo desenvolvidos tendo, de um lado, o compromisso de que algo - ações individuais e/ou coletivas, formas de intervenção nos problemas vividos; reuniões e discussões sobre o cotidiano, entre outras possibilidades - deveria ser feito em prol dos setores populares e marginalizados e, de outro, havia a crença de que a psicologia, também, poderia contribuir para alguma modificação nos acontecimentos sociais e políticos de nosso cenário nacional. Essa foi a década em que os trabalhos em comunidade advogavam claramente uma deselitização e aproximação da psicologia à realidade das pessoas de nosso país, implicando em um confronto e, em algumas situações, uma rejeição aos modelos teóricos, importados e tradicionais (Andery, 1983) que defendiam uma concepção harmônica, individualista e psicologizante sobre o homem e a vida social. O aspecto da importação dos modelos parecia, em um primeiro momento, como sendo o mais relevante, enfatizando-se, nas críticas realizadas, seu caráter exógeno e de estranhamento à realidade autóctone. As dimensões relativas ao tipo de visão de mundo e de homem presentes nesses modelos, também, eram criticados, embora de maneira secundária, naqueles anos. Todavia, a questão crucial - seja nos anos 60 e 70, seja neste novo milênio - que se apresenta, para a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos relativos à vida concreta das pessoas, refere-se ao tipo de concepção e modelo de homem e sociedade que estão implícitos nas práticas realizadas pelos psicólogos quando de seus trabalhos em comunidade. Assim, o behaviorismo ocupava o lugar central dessas críticas devido à sua defesa à neutralidade científica e sua visão harmônica de sociedade e de homem. Ressalte-se, aqui, que a mesma crítica, também, deveria ter sido feita à psicanálise com a mesma contundência, uma vez que suas concepções, também, fundamentam-se em processos de naturalização da vida psicológica e, consequentemente, acabam defendendo um fatalismo imanente à dinâmica intrapsíquica, enquanto a outra escola destacava um caráter de submissão do homem aos determinismos externos, criando explicações mecanicistas e a-históricas para tais fenômenos. O que se está destacando aqui é o fato de que o caráter de importação de uma dada teoria, por si só, não poderia justificar um rechaço total das produções existentes. Dever-se-ia esperar, ao contrário, que a análise fosse dirigida à explicitação das concepções epistemológicas presentes em cada modelo adotado, se se pretende contribuir para avanços teóricos e metodológicos em qualquer campo científico.

Nesse período, verifica-se que as práticas da psicologia em comunidade foram sendo construídas junto a vários setores, grupos e movimentos populares da sociedade, sendo que, em um primeiro momento, predominaram nas formas de atuação uma rejeição aos modelos psicologizantes, ao mesmo tempo em que assumiram um claro compromisso com a militância e atuação políticas destinadas à transformação social (Freitas, 1998 a, 1998b, 1999; Montero, 1994 a, 1994b). Tratavam-se de práticas psicológicas em comunidade fundamentadas nas experiências e produções do campo da Educação, especialmente da Educação de Adultos e Educação Popular, dentro da filosofia de Paulo Freire, e também no campo da Sociologia Rural, oriundas dos trabalhos de Orlando Fals Borda, objetivando tornarem-se instrumentos necessários para a conscientização e participação políticas. Some-se, aqui, também, o grande marco que os trabalhos comunitários, orientados pela chamada investigação-ação-participante (IAP) da corrente latino-americana, imprimem nos trabalhos da psicologia em comunidade. Vários foram os exemplos e representantes que contribuíram para o fortalecimento destas práticas, sejam as diretamente desenvolvidas por psicólogos ou por outros profissionais, como assistentes sociais, médicos, enfermeiros, pedagogos, além dos quadros pertencentes à Igreja

⁸ Já em 1970, no curso de Psicologia da UFMG, incorporada pela primeira vez no Brasil como disciplina regular à grade curricular, inicia-se a cadeira de Psicologia Comunitária (Bomfim, 1986).

Católica, com suas propostas de CEBs e da Teologia da Libertação.

Nos anos 80, os diferentes acontecimentos relevantes da vida política brasileira abrem a possibilidade, também, de implicação da academia com a realidade concreta. Assim, as práticas da psicologia em comunidade vão saindo da marginalidade e clandestinidade em que viviam, passando a ser incorporadas aos debates nas universidades. Caracterizam-se por ser intervenções psicológicas em comunidade que - apesar de apresentarem diferenças metodológicas e teóricas - orientam-se, algumas, pelos aportes de uma Psicologia Social histórica, explicitando o compromisso político a favor dos setores populares, criticando as teorias tradicionais psicologizantes e defendendo a necessária ligação com outras áreas do conhecimento.

A meados da década de 80, com a criação oficial do cargo de psicólogo na rede pública de saúde, pode-se dizer que se inicia um novo marco nas práticas dos profissionais de psicologia em contextos diferentes dos tradicionais. Verifica-se que, de uma certa maneira, esse 'reconhecimento' oficial contribui para que, pelo menos institucionalmente, aumentem os contatos e situações nas quais esse profissional tenha de trabalhar com os segmentos desfavorecidos. O desenvolvimento dos trabalhos nas unidades e postos de saúde, nesse período, ao lado das inúmeras queixas e dificuldades apontadas pelos profissionais, vai mostrando que apenas uma *escassa minoria* intenta desenvolver *práticas em comunidade distintivas das formas tradicionais* de trabalhar, ao mesmo tempo em que enfrenta inúmeros desafios, resultantes da insuficiência teórico-metodológica presente em sua graduação. É nesta dinâmica de identificação das insuficiências de formação, de um lado, e da necessidade de encontro de alternativas rápidas, de outro, que as experiências anteriores, desenvolvidas pela psicologia social comunitária latinoamericana, envolvendo os setores e grupos comunitários dos bairros e lugares desprivilegiados, em que lidavam com problemas de saúde, educação, moradia e redes comunitárias, foram sendo recuperadas e discutidas, mesmo que os espaços nos centros de investigação e formação ainda fossem pouco expressivos nacionalmente. Enquanto isto, a *maioria dos profissionais continuava empregando os mesmos modelos* - importados e tradicionais - que vinham utilizando e para os quais haviam sido preparados na universidade, apesar de, agora, depararem-se com um número maior de pessoas oriundas de setores pobres e explorados da população.

Nos anos 90, verifica-se um movimento crescente, por parte de várias instituições e entidades da sociedade civil, de procura por *uma atuação 'diferente' do profissional de psicologia junto a problemáticas do cotidiano*. São demandas, em geral, associadas às questões da saúde pública e coletiva, das redes de relacionamento social, dos processos de interação e aprendizagem, e da construção de formas de convivência que preservem os direitos humanos e que contribuam para a fortalecimento da cidadania (Sandoval, 1994; Gohn, 1997). Inúmeros são os debates e as instâncias em que discutem e se criam órgãos, grupos e propostas de ação cujos trabalhos têm como mote alguma intervenção - independentemente de seu caráter transformador ou mantenedor - junto aos mais 'pobres, oprimidos, explorados', enfim, aqueles que estão 'excluídos da sua condição de cidadãos' (Escorel, 1999). Proliferam-se as ONGs, cria-se o chamado Terceiro Setor, fortificam-se os inúmeros trabalhos de caráter assistencialista e curativo, multiplicam-se os organismos e entidades que dão voz ao povo, mesmo que muitos ocupem seu lugar de participação, e aprofundam-se as redes de participação de alguns movimentos sociais, entre alguns dos acontecimentos pertinentes à dinâmica de participação e transformação da vida cotidiana, tendo como atores a própria população.

De quê Psicologia Social Comunitária estamos falando?

Inúmeros são os debates e as instâncias em que discutem e se criam órgãos, grupos e propostas de ação cujos trabalhos têm como mote alguma intervenção - independentemente de seu caráter transformador ou mantenedor do *status quo* junto aos mais 'pobres, oprimidos,

explorados', enfim, aqueles que estão 'excluídos da sua condição de cidadãos' (Escorel, 1999). Proliferam-se as ONGs, cria-se o chamado Terceiro Setor, fortificam-se os inúmeros trabalhos de caráter assistencialista e curativo, multiplicam-se os organismos e entidades que dão voz ao povo, mesmo que muitos ocupem seu lugar de participação, e aprofundam-se ou se diluem as redes de participação de alguns movimentos sociais, entre alguns dos acontecimentos pertinentes à dinâmica de participação e transformação da vida cotidiana, tendo como atores a própria população (Bissio, 2001; Cadernos do Terceiro Mundo, 2001; Moreira, 1999; Arns, 1997).

Presenciamos, hoje, na virada do novo milênio, uma gama extensa e variada de trabalhos desenvolvidos em diferentes contextos e dinâmicas comunitárias e que vêm sendo denominados de trabalhos da psicologia comunitária, revelando, em verdade, uma pseudo sinonímia entre eles. Nenhum problema há em identificá-los como práticas diferentes das tradicionais, seja em termos teóricos e/ou metodológicos e/ou geográficos. Entretanto, faz-se necessária a identificação de elementos epistemológicos e metodológicos, presentes nessas práticas, que nos permitam compreender como esses trabalhos concebem o fenômeno psicossocial, como compreendem as relações em comunidade e como explicam as diferentes manifestações da vida cotidiana na comunidade, para que se possa, como derivação, discutir a natureza das estratégias de intervenção propostas, buscando-se as coerências e incoerências nos modelos de homem e de sociedade implícitos.

O emprego e incorporação da expressão 'psicologia social comunitária', aos discursos e debates acadêmico-profissionais, passa a se firmar nos anos 90, em especial, a partir de sua metade, dando a impressão de que todas as práticas - desde que fora dos âmbitos tradicionalmente conhecidos e diferentes daquelas que marcaram a atuação predominante em psicologia - incluem-se nessa terminologia. Todavia, mais que um detalhe semântico, a expressão 'Psicologia Social Comunitária' pretende sintetizar uma opção político-profissional por um tipo de prática e pela produção de um conhecimento teórico coerente a essa prática, opção essa partilhada e desenvolvida a partir das experiências em trabalhos comunitários, já desde os anos 60 e 70, envolvendo um grupo de psicólogos e pesquisadores latino-americanos. Eram profissionais insatisfeitos com as explicações psicologizantes e a-históricas produzidas em sua profissão, com as alianças da psicologia para com os setores dominantes e com o escasso envolvimento da profissão para com a realidade concreta da população de seus países. As peculiaridades histórico-sociais do continente latino-americano - guerras civis longas, como em El Salvador; mobilizações e reivindicações populares pelos direitos básicos de vida e cidadania, como no Chile, Colômbia, Brasil, Venezuela; e mesmo trabalhos isolados junto a grupos ou movimentos populares, com a participação de pesquisadores das universidades⁹ - contribuíram para a construção de um campo de atuação que, quase vinte anos depois, passou a ser conhecido e chamado de psicologia social comunitária.

Existiram distinções entre esse tipo de prática que foi sendo desenvolvido - as práticas da psicologia social comunitária - e os demais trabalhos em comunidade, que hoje se identificam, de maneira indiscriminada, como tendo as mesmas características, concepções e metodologias? Que aspectos, então, poderiam caracterizar os trabalhos de intervenção psicossocial em Psicologia Social Comunitária?

⁹ Inúmeros são os exemplos de trabalhos nesta perspectiva: psicólogos sociais, como Irma Serrano-Garcia e sua equipe, da Universidade Río Piedras, em Porto Rico; em Costa Rica com Teresita Cordero e Ignacio Dobles; na Argentina, o grupo liderado por Enrique Saforcada, trabalhando com saúde e comunidade; na Venezuela, trabalhos sobre conscientização e participação comunitárias, com Maritza Montero, e temáticas ligadas à moradia com Esther Wiesenfeld e Euclides Sánchez; no Brasil, trabalhos como os de J.C. Sáriera (1999) sobre jovens e sua relação com o emprego/desemprego, como os desta autora, em bairros de periferia, junto a grupos de mulheres, grupos de jovens e associações comunitárias buscando a construção

de consciência crítica e o envolvimento nos processos de participação comunitária (Freitas, 1998b).

Uma primeira distinção refere-se à relação estabelecida entre profissional e comunidade. É um trabalho cujos resultados implicam em ações voltadas para alguma mudança concreta nas condições da comunidade e nas relações existentes. Desta maneira o tipo de intervenção psicossocial realizado implica em um compromisso político com os setores desfavorecidos da população dirigido à transformação das suas condições de marginalidade e exclusão sociais. Depreende-se, daqui, a necessidade de responder a indagações sobre a perspectiva almejada e o tipo de aliança existente no trabalho. A dimensão do compromisso político aponta para processos psicossociais fundamentais de serem trabalhados quando da realização destes trabalhos. Assim, a construção de processos de conscientização aparece como um dos objetivos centrais, viabilizado através de processos de aquisição e domínio de conhecimento e informação sobre as condições de vida das pessoas, assim como sobre os significados da vida e das relações cotidianas na rede de relações comunitárias (Freitas, 1996b; Sandoval, 1997).

O domínio sobre processos e fenômenos psicossociais relativos à construção psicossocial do homem apresenta-se como *outro* aspecto importante nestes trabalhos. Para isso a compreensão do homem dá-se dentro dos aportes de uma Psicologia Social, crítica e histórica, de fundamentação marxista, trabalhando com categorias conceituais ligadas à: a) concepção de sociedade e de homem sócio-históricamente construído; b) ideologia, consciência e identidade, a fim de entender como os indivíduos participam em um processo coletivo de produção e reprodução das suas condições de existência; c) interações, relações cotidianas e processos grupais, objetivando captar os processos que tornam os aspectos da realidade mais impactantes para o indivíduo e que se refletem na sua consciência, indicando possibilidades maiores *ou* menores de ações individuais e coletivas (Martín-Baró, 1987; Sandoval, 1997); d) as expressões e construções culturais e populares, manifestadas através da linguagem, dos códigos ético-culturais, da emoção e afetividade, identificando-se as condições concretas favoráveis aos processos de participação e mobilização das pessoas.

Processos relativos à vida e dinâmica das relações construídas no cotidiano podem ser captados e explicados dentro de análises de uma psicologia social com estas características. Assim, nos trabalhos em comunidade a dimensão das relações cotidianas e dos atores sociais - individuais e coletivos - envolvidos nos pólos dessas relações têm uma importância delicada para o sucesso e continuidade das práticas psicossociais em comunidade. Em verdade, passa-se a ter de lidar com duas dimensões intimamente dependentes, embora não se localizem em uma relação direta e proporcional: a conscientização e a participação.

A necessária relação e dependência entre investigação/pesquisa e produção de estratégias de ação para a realidade investigada apresenta-se como um aspecto distintivo que, ao longo da trajetória de construção destas práticas, foi sendo reafirmado. Os trabalhos da Psicologia Social Comunitária referem-se a uma proposta de ação e de intervenção psicossocial comprometida, necessariamente, com a produção de conhecimento. O eixo principal do trabalho advém da necessidade de serem realizadas intervenções, para que a população tenha condições de participar em esferas da sua vida cotidiana, nas dimensões macro e microssociais, a fim de encontrar alternativas para os problemas que têm incidência e repercussão particular em suas vidas. Os aportes metodológicos utilizados provém da Pesquisa Participante *ou* Investigação Ação Participante (na literatura castelhana), e das categorias de análise, de conteúdo e metodológicas, presentes nas concepções conflitivas de sociedade e de Estado (Martín-Baró, 1983).

Trajetória e Possibilidades de Aproximação: Algumas Reflexões

Tomando como referência o próprio desenvolvimento da psicologia, nestes quarenta anos de existência em nosso país, assim como considerando as diferentes tentativas de realizar trabalhos diferentes e mais próximos à nossa realidade, poderíamos nos perguntar sobre o quê fomos aprendendo nessa trajetória de construção de uma área, hoje, denominada de psicologia social comunitária?

Aprendemos a nos aproximar e enxergar uma realidade que, historicamente, esteve distante *ou* desconhecida para o campo das práticas psicológicas, trazendo para dentro da universidade e centros de investigação a realidade social. Fomos adaptando os nossos cursos e projetos de investigação e/ou extensão para incorporarmos temas, tópicos e facetas da realidade concreta e dos problemas sociais vividos no cotidiano. Com isto, a população e suas diferentes problemáticas transformaram-se em objeto dos estudos e alvo dos trabalhos e projetos científicos. Aprendemos, nos anos 60 e 70, a trabalhar em equipe com profissionais oriundos de diferentes áreas, embora não chamássemos tal trabalho de interdisciplinar, e hoje estamos promovendo incansáveis debates a respeito das características de um trabalho inter, trans ou multidisciplinar. Começamos a trabalhar com a realidade concreta e suas problemáticas, enfocando-a na sua dimensão de totalidade histórica e, posteriormente, presenciamos um movimento de afunilamento das óticas de estudo que passaram a enfocar as problemáticas de maneira pontual e localizada.

Diante disto, ao avaliar o percurso que fizemos ao longo destas décadas encontramos alguns aspectos que nos parecem relevantes para uma reflexão sobre o tipo de prática que tem sido desenvolvida, assim como sobre os desafios e lacunas que estamos a enfrentar no campo da psicologia social comunitária. Vivemos hoje uma ampliação do leque de temáticas que se tornaram alvo dos estudos e propostas de intervenção em comunidade, acompanhada de uma adaptação dos modelos mais tradicionais em psicologia que tiveram, no mínimo, que se aproximar da realidade concreta das pessoas, mesmo que não pretendam mudanças significativas no cotidiano delas. E, encontramos, na atualidade, inúmeros projetos de investigação e/ou intervenção que lidam com temáticas consideradas, em épocas anteriores, sem importância e *status* científico, mas que já faziam parte dos trabalhos da psicologia social comunitária (Sandoval, 1997; Campos, 1998).

Ao longo desta última década, cresceram as propostas, projetos e entidades, como as ONG's, voltados para os chamados problemas sociais e, ao mesmo tempo, nunca se presenciou um tão acentuado desalento da população quanto à possibilidade de transformação concreta em suas vidas, assim como de não crença em possibilidades de mudança. Ao mesmo tempo, verifica-se que tanto o Estado, como várias entidades estão, cada vez mais, se interessando em conhecer as comunidades sob a ótica psicossocial, para poderem implantar projetos de 'melhoria' da qualidade de vida, sem que isto, necessariamente, implique no aumento da participação e consciência política dos setores populares (Gohn, 1997). Como diz Gohn (1997) os atores sociais perderam seu papel de protagonistas e assumiram o lugar de expectadores das ações institucionalizadas de mobilização popular.

O grande número de ONGs e entidades 'pró-comunidade' revela, também, o aspecto de multifacetação da realidade e das problemáticas: são trabalhos pontuais e curativos, dirigidos à particularidade de uma problemática, e que muitas vezes perdem 84 a dimensão histórica de totalidade, esvaziando os conteúdos políticos e conceituais, presentes na construção dos processos de mobilização e participação comunitárias. Se a fragmentação e a particularização dos problemas psicossociais acontecerem, acompanhadas de um esvaziamento do conteúdo conceitual, necessário à análise de tais processos psicossociais (Freitas, 1998 a; Sandoval, 2000), verificar-se-á que a possibilidade de construir novos paradigmas para a psicologia social comunitária estará ameaçada, fecundando assim o terreno de um certo ecletismo generalista.

Ao longo desses anos, conseguimos, em resposta à crise no modelo das ciências humanas e sociais, colocar nosso campo disciplinar mais próximo e comprometido com a realidade cotidiana de nossa população. Todavia, um dos nossos maiores desafios está em - sem perder as particularidades das temáticas trabalhadas - recuperar as propostas analíticas dos projetos, de tal modo que tenham clareza filosófica e política sobre os acontecimentos no âmbito macrossocial. É necessário responder ao desafio de atender às demandas e necessidades, concretas e particulares, que se apresentam aos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade, mas é fundamental também delimitar uma proposta clara sobre o tipo de sociedade pretendido, garantindo que as práticas desenvolvidas não percam de vista a

totalidade dos processos e fenômenos societais geradores das redes comunicativas e interativas, que se tornam mais ou menos solidárias, mais ou menos justas.

Que aproximações e intersecções existiriam?

Nos tempos atuais, em que vivemos um neoliberalismo falido em seus resultados mas não em suas panacéias, tem se tornado lugar comum presenciar debates, reflexões e proposições a respeito de uma sociedade mais justa e digna, dirigidos aos problemas ligados às condições de vida das pessoas, à violação dos direitos humanos, à escassa segurança e solidariedade no cotidiano das relações, às empobrecidas perspectivas de vida e de futuro para jovens, adultos e mesmo pessoas idosas, entre tantas mazelas existentes em nossa realidade. Neste contexto, diversos profissionais estão sendo chamados não apenas para fazerem suas análises, como também para apontarem possibilidades de resolução. Entre eles, o profissional de psicologia passa a ocupar um lugar de destaque na avaliação e compreensão de um dado ator social- o homem - o indivíduo visto como um ser individual, competitivo ou não, solidário ou não, deprimido ou lutador. Entretanto, a contribuição da psicologia social comunitária está em compreender as possibilidades de transformação deste ator individual em ator coletivo, através de uma rede de relações que colabore para que a comunidade seja mais ou menos participativa, mais ou menos consciente de seus problemas e de suas alternativas de resolução. Assim, a busca por ações dos diversos campos profissionais justifica-se pela necessidade de serem encontradas propostas eficazes que diminuam os problemas sociais, de tal modo que entidades civis e filantrópicas, ONGs, o chamado Terceiro Setor e o próprio Estado, mesmo omissos, estão a reivindicar projetos de organização e mobilização comunitárias, integrados profissionalmente, com vistas a alternativas coletivas para as problemáticas vividas.

É neste contexto que as temáticas, reveladas importantes à psicologia social comunitária, podem sinalizar alguns campos interessantes de investigação à psicologia política, seja no sentido de aprofundamento dos fenômenos, seja em termos de contribuir para subsidiar futuros trabalhos e propostas de intervenção em comunidade. Esta possibilidade de aproximação pode se materializar através de estudos e programas de intervenção psicossocial em comunidade considerando os seguintes aspectos: a) enfoque dos diferentes grupos comunitários, quando das suas relações como atores sociais e políticos, individuais e coletivos, voltados à transformação da realidade; b) identificação e análise das repercussões psicossociais que as ações individuais e coletivas podem ter na vida cotidiana desses atores; c) identificação das alternativas de ação, existentes e a serem criadas nas relações cotidianas, que podem fortalecer ou enfraquecer redes e comportamentos de participação e organização coletivas.

Já em 1987, no livro *Psicología Política Latinoamericana*, organizado por Maritza Montero, no capítulo intitulado "Consideraciones teórico-Metodológicas sobre la Psicología Política", ao discorrer sobre as premissas existentes, até então, naquela época, para esse campo, Pablo Fernández Christlieb apontava que *'la Psicología Política es um momento de la psicología social; y (que) una Psicología Política sólo puede desarrollarse em la medida que responde a uma realidad propia'* (Fernández, 1987:75). Isto nos remete a pensar no caráter prático e aplicado de uma área, em termos de encontro de alternativas para os problemas concretos existentes na realidade social. Esta dimensão da praticidade e enfrentamento da realidade concreta, aparece também para a psicologia comunitária em nosso continente - ao longo de sua história, que em muitas ocasiões foi interpretada como sendo um 'momento' aplicado de uma psicologia social histórica, crítica e de fundamentação marxista.

Após mais de 30 anos na realização de trabalhos da psicologia em contextos comunitários, pode-se, hoje, ter uma clareza maior quanto às necessárias parcerias e intercâmbios disciplinários, seja em termos de terem sido forjados ao longo desse período, seja em termos de se admitir, na atualidade, o seu imprescindível laime para a realização de práticas comprometidas com a transformação da realidade concreta. Na origem dos trabalhos

comunitários, nos idos dos anos 60, era quase imprescindível a aliança e parceria teórico-metodológica da Psicologia Comunitária com os aportes da Educação, da Sociologia Rural, da Investigação-Ação-Participante (IAP) e do Marxismo. Dispunha-se de uma psicologia que pouco compreendia as relações entre indivíduo e sociedade para 86 além de um enquadre linear, harmonioso e positivista. Ao longo dos anos 60, 70 e 80, nos países da América Latina, encontraram-se experiências de trabalhos da psicologia em contextos e dinâmicas comunitárias, que buscavam fazer a síntese e a sistematização da produção de um conhecimento próprio à realidade psicossocial vivida, e ao encontro e desenvolvimento de estratégias coerentes às proposições relativas aos processos e fenômenos psicossociais (Freitas, 1996b). Assim, podem ser encontradas experiências consideradas significativas, em vários países e centros de investigação de nosso continente, atuando como uma espécie de referência para os trabalhadores comunitários no campo da psicologia. Somente a título de ilustração, podem-se identificar alguns deles, como em El Salvador os trabalhos de Ignacio Martín-Baró e o Instituto de Opinião Pública (IOP), fundado por ele, investigando os processos de organização e mobilização comunitárias, como o fatalismo e o conformismo latino-americanos diante das diversas formas de exploração, e o sistema de crenças, valores e opinião dos el salvadorenhos diante dos serviços públicos e do grau de atendimento de seus direitos e necessidades. Em Costa Rica, encontram-se as práticas de intervenção psicossocial junto a plantadores de banana que ficaram estéreis devido ao alto uso de agrotóxicos, e cujas repercussões na estrutura familiar e constituição e manutenção de suas identidades sociais têm se constituído em um grave problema de convivência cotidiana nos setores mais pobres (Cordero, Doblez & Pérez, 1996). Na Venezuela, encontra-se o grupo de pesquisadores e trabalhadores comunitários liderados por Maritza Montero, em que, recentemente na tragédia que assolou o litoral norte do país, nos meses de outubro a dezembro de 1999, desenvolveram trabalhos psicossociais de intervenção nas situações de emergência e reunificação familiar e comunitária (Lozada, Montero e Mora, 2000). No Brasil, desde os anos 60 e 70, em várias regiões do país foram se constituindo núcleos de trabalho de psicologia social comunitária, principalmente baseados em referências teóricas oriundas do marxismo, dos processos de conscientização e de uma psicologia latino-americana implicada com a vida da sua gente¹⁰, muito próxima das proposições da chamada teoria conflitiva referenciada nos trabalhos e produções de Ignacio Martín-Baró. Já a partir dos anos 70 e nas décadas seguintes, observa-se ampliação da entrada de psicólogos em contextos comunitários, trabalhando com diferentes aportes teórico-metodológicos. Todos esses são trabalhos de investigação e/ou intervenção psicossocial em comunidade, buscando contribuições e subsídios nas produções de investigadores cujo terreno comum está no fato de serem oriundos da psicologia social. Muitos dos profissionais e de 60, 70 e 80, identificavam-se por fazer Psicologia Social histórica e comprometida com a realidade concreta das pessoas, hoje, distribuem-se, alguns em dizer que fazem Psicologia Social Comunitária e Psicologia Social; e, outros em fazer Psicologia Política e Psicologia Social, e alguns poucos, por fazer Psicologia Social Comunitária e Psicologia Política.

Quando nos deparamos com os desafios inerentes à realização do próprio trabalho

¹⁰ Para maiores informações e recuperação do processo histórico de construção de uma Psicologia Social Comunitária, fundamentada em uma Psicología Social crítica e histórica e em uma Psicología Política Latinoamericana, algumas obras tornaram-se marcos importantes: 1) Acción y Ideología. Psicología Social desde Centroamerica, Ignacio Martín-Baró, 1983; 2) Psicología Política Latinoamericana, Maritza Montero (coord.), 1987; 3) Acción y Discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina, Maritza Montero (coord.), 1991; 4) Contribuciones Puertorriqueñas a la Psicología Social-Comunitaria, Irma Serrano-García e Wayne Rosario Collazo, 1992; 5) Psicología Social Comunitaria. Teoría, Método y Experiencia, Maritza Montero (coord.), 1994; 6) Psicología Social Comunitaria. Da solidariedade à Autonomia, Regina H. F. Campos (org.), 1999; 7) Estudios sobre Comportamiento Político, Leônicio Camino, Louise Lhullier e Salvador Sandoval (orgs.), 1997; entre outras.

comunitário, materializam-se, nas diversas etapas do processo de intervenção psicossocial, aspectos conceituais que estão presentes no horizonte das investigações de uma psicologia comprometida com a sua realidade concreta de sua gente nas investigações da Psicologia Política e da Psicologia Social. Nesse sentido, sob a perspectiva das relações internas, inerentes ao desenvolvimento das práticas psicossociais em comunidade, pode-se indagar sobre os aspectos que têm se mostrado cruciais na orientação de trabalhos comprometidos com a transformação social. No processo de desenvolvimento das práticas em comunidade, a compreensão de alguns fenômenos e processos psicossociais tem se mostrado relevante para a continuidade do próprio trabalho, assim como para a obtenção dos seus objetivos. Tais elementos referem-se a:

- a) a construção psicossocial do trabalhador comunitário: como agente de intervenção e como produtor de conhecimentos coerentes a essa prática;
- b) os significados sociais, políticos e pessoais do produto da ação desse trabalhador, assim como em todas as etapas do seu processo de intervenção;
- c) a natureza das relações estabelecidas entre o trabalhador comunitário e o seu objeto de investigação e de intervenção;
- d) as dimensões da própria prática psicossocial e relações com a transformação, adaptação ou manutenção da vida cotidiana.

Na América Latina, a psicologia comunitária e, mais recentemente, a Psicologia social comunitária, surgem com uma certa cumplicidade e relação de parceria, principalmente com a psicologia social e, secundariamente, com a psicologia política, assumindo o compromisso de implicação política, seja no terreno das produções teóricas relevantes à realidade concreta, seja no campo do desenvolvimento de estratégias e metodologias para estudar os indivíduos em coletividade e em ações cotidianas que transformem suas precárias condições de vida.

Finalizando, poder-se-ia dizer que a psicologia social comunitária latino-americana, ao longo destas últimas quatro décadas, através do desenvolvimento de seus trabalhos junto aos setores populares, trouxe uma grande contribuição para o campo das ciências humanas e sociais: propõe que se trabalhe com o indivíduo, necessariamente, nas suas relações cotidianas, em sua dimensão de ator individual e, ao mesmo tempo, de ator coletivo; enfim, aponta para o enfoque de considerar a população e os diferentes grupos/setores da comunidade como atores políticos - individuais e coletivos, simultaneamente - dos próprios processos de participação, de organização e de mobilização sociais. Ao mesmo tempo, a psicologia social e a psicologia política latino-americanas, também, têm aprofundado alguns dos aspectos conceituais relevantes ao desenvolvimento dos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade, como identidade individual e coletiva, processos de consciência e de participação, e relações de poder e formas de estigmatização e preconceito na vida cotidiana. No cenário dos acontecimentos reais da vida cotidiana na comunidade, a parceria entre estes campos da psicologia desempenha um papel fundamental para que os trabalhos em comunidade, comprometidos com a realidade concreta das pessoas, possa avançar, em especial neste tempos de neoliberalismo e de fragmentação da vida cotidiana. Esta relevância pode se localizar no aprofundamento analítico de categorias conceituais básicas à realização do processo de intervenção psicossocial - como identidade, consciência e poder -, na identificação e clareza dos desafios de ordem metodológico-estratégica como os ligados ao incremento da participação e mobilização dos setores populares, e na identificação de alternativas para modificar os efeitos de processos psicossociais como o fatalismo, a descrença na mobilização e o sentimento de impotência diante da vida precária e injusta. Falar, hoje, de trabalhos de uma psicologia social comunitária significa falar de produção de conhecimento e desenvolvimento de alternativas de ação ligadas à formação de consciência crítica e desenvolvimento de processos de participação dos setores explorados e oprimidos, visando uma melhoria de suas vidas. Muitos, ainda, são os desafios e as lacunas existentes, cujas respostas poderão acontecer na medida em que as exigências teóricas e metodológicas dos campos investigativos que fazem interfaces possam ser partilhadas e encontradas as intersecções conceituais.

Referências Bibliográficas

- ARNS, E. (1997). Em Busca da Justiça Social. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Ano XXIII, 200: 8-13
- BISSIO, B. (2001). A Vez dos Excluídos. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Ano XXVI, 228:14-16
- BOMFIM, E. (1996) Pós-Graduação e Graduação em Psicologia: modelos e organizações. In BOMFIM, E. (org), *Formações em Psicologia: Pós-Graduação e Graduação*, Belo Horizonte: ANPEPP/UFMG.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO (2001). Os Ecos de Porto Alegre. Ano XXVI, 228: 16-19.
- CAMPOS, R.H.F. (1998). Psicologia Social e Direitos Humanos. In SOUZA, L.; FREITAS, M.F.Q. & RODRIGUES, M.M.P (orgs.), *Psicología: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- CORDERO, T., DOBLES, I & PÉREZ, R. (comps.) (1996). *Dominación Social y Subjetividad. Contribuciones de la Psicología Social*. San José: Editora Universidad de Costa Rica.
- ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao Léu*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- FERNÁNDEZ C.P. (1987) Consideraciones teórico-Metodológicas sobre la Psicología Política. In MONTERO, M. (coord.) *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo.
- FLORES OSÓRIO, J. M. (1999) *Concepto de Trabajo y Psicología Comunitaria*. Cuernavaca: Universidad Autónoma del Estado de Morelos.
- FREITAS, M.F.Q. (1996a) Práticas em Comunidad y Psicología Comunitária. In MONTERO, M. (comp.), *Psicología Social Comunitaria*, México: Universidad Guadalajara.
- _____. (1996b). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. *Psicología & Sociedade* 8 (1): São Paulo: ABRAPSO.
- _____. (1998a) Novas Práticas e Velhos Olhares em Psicología Comunitária: Uma Conciliação Possível? In SOUZA, L.; FREITAS, M.F.Q. & RODRIGUES, M.M.P. (orgs.) *PSICOLOGIA: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (1998b) Elementos para una Retrospectiva Histórica sobre La Psicología Social Comunitária en Brasil. In GONZÁLEZ, A. M. (ed.), *Psicología Comunitaria - Fundamentos y Aplicaciones*. Madrid: Editorial SINTESIS.
- _____. (2000a) Voices From The Soul: The Construction of Brazilian Community Social Psychology. *Journal of Community and Applied Social Psychology*. Londres: Wiley Eds.
- _____. (2000b) O Movimento da Lente Focal na História Recente da Psicología Social Latinoamericana. In GUARESCHI, P.A. & CAMPOS, R.H.F. (orgs.) *Novos Paradigmas da Psicología Social Latinoamericana*, Petrópolis: Vozes.
- GONZÁLEZ, A. M. (comp.) (1998). *Psicología Comunitaria. Fundamentos y Aplicaciones*. Madrid: Editorial SINTESIS.
- IGLÉSIAS, F. (1993) *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JACOBI, P. (1989) *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora.
- LANE, S.T.M. (1997) Avanços da Psicología Social na América Latina. In LANE, S.T.M. & SAWAIA, B.B. (orgs.), *Novas Veredas da Psicología Social*. São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S.T.M. & SAWAIA, B.B. (1991). Community Social Psychology in Brazil. In *Applied Psychology: An International Review*, 40 (2).
- GOHN, M.G. (1997). *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez.
- LOZADA, M.; MONTERO, M. & MORA, L.R. (2000). *Reunificación Familiar em Situacianoes de Emergencia*. Caracas: AVEPSO/UCV.
- MARTÍN-BARÓ, L. (1987) El latino indolente. Caráter ideológico dei fatalismo latinoamericano. In MONTERO, M. (coord.) *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo.
- _____. (1989a) El papel del Psicólogo em el Contexto Centroamericano. *Boletín AVEPSO*, Volumen XII, No. 3. Caracas: AVEPSO.
- _____. (1989b) *Sistema, Grupo y Poder - Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.

- MONTERO, M. (1993) La Psicología de la Liberación em Ignacio Martín-Baró: el impulso práxico y el freno teórico. In *COMPORTAMIENTO*, Volumen 2, No. 2. Caracas: Universidad Símon Bolívar.
- _____. (1994a). Vidas Paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. In MONTERO, M. (coord.), *Psicología Social Comunitaria - Teoría, método y experiencia*. México: Universidad de Guadalajara.
- _____. (1994b). Un Paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el que hacer en América Latina. In MONTERO, M. (coord.), *Construcción y Crítica de la Psicología Social*. Barcelona: ANTHROPOS.
- MOREIRA, M. (1999). A Marcha dos 100 Mil. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Ano XXV; 212. Rio de Janeiro.
- SAFORCADA, E. (1992) Introducción y Selección de Textos. In KELLY, J. G. et alli (comps.), *Psicología Comunitaria. El Enfoque Ecológico-Contextualista*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- SANDOVAL, A.M.S. (1994) Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In SPINK, M.J.P. (org.), *A Cidadania em Construção – Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez .
- _____. (1997) O Comportamento Político como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: a Reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In CAMINO, L.; LHULLIER, L. & SANDOVAL, S. (orgs.), *Estudos sobre Comportamento Político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- _____. (2000) O Que Há de Novo na Psicología Social Latino-Americana? In CAMPOS, R.H.F. & GUARESCHI, P. A. (orgs.), *Paradigmas em Psicología Social - A perspectiva latino-americana*. Petrópolis:Vozes.
- YAMAMOTO, O. H. (2000) A Psicología em Movimento: Entre o "Gatopardismo e o Neoliberalismo". *Psicología & Sociedade*, Vol. 12, N 0.1-2, São Paulo: ABRAPSO.
- WIESENFELD, E. & SÁNCHEZ, E (comp.) (1995) *Psicología Social Comunitaria. Contribuciones Latinoamericanas*. Caracas: Editorial Tropykos.

Práticas psi e Tortura no Brasil

Psy-practices and Torture in Brazil

*Cecília Maria Bouças Coimbra**
Emailgtnm@altanRX.com.br

Resumo

Práticas psi e Tortura no Brasil

Texto-relatório que narra alguns debates ocorridos no Comitê Contra a Tortura da ONU, em maio de 2001, quando o Brasil foi chamado para esclarecer a situação da tortura no país. São discutidos alguns temas como a presença da prática de tortura em nossa história, em especial no último período autoritário (1964-1985), a lei de 1997 que tipificou tal prática e a chamada violência "doméstica", articulando-a com a violência institucionalizada que ocorre cotidianamente em nosso país.

Palavras-chave

tortura; violência doméstica; violência institucionalizada; práticas psi

Abstract

Psy-practices and Torture in Brazil

A report-text which narrates some debates occurred in the Committee Against Torture of the United Nations, during May 2001, when Brazil was called to clarify the situation of the torture in the country.

Some issues are discussed as the presence of the practice of torture in our history, especially during the last authoritarian period (1964-1985), the law of 1997 which typifies such practice, and the so called "domestic violence", articulating it with the institutionalized violence that occurs daily our country.

Keywords

torture, domestic violence, institutionalized violence, psy-practices.

* Docente da Universidade Federal Fluminense, Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Vice-Presidente e representante do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ nas reuniões com o Comitê Contra a Tortura da ONU, em maio de 2001. Endereço: Rua Maranhão, 206 Méier - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20720-230 Telefax: (21) 38990995.

Visitando a ONU.

Em maio de 2001, pela primeira vez em sua história, o Brasil foi chamado a comparecer diante do Comitê Contra a Tortura da ONU, que funciona em Genebra. Formado por dez membros consultores, pessoas de diferentes países que têm trabalhado na área¹, este Comitê havia recebido, em junho de 2000, relatório oficial do governo brasileiro sobre a situação da tortura no país.

É importante esclarecer que a "Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes" votada pela Assembléia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1984, somente entrou em vigor em 26 de junho de 1987². O Brasil assinou esta Convenção, em 1989 e, como reza o regimento, deveria entregar à ONU um relatório sobre a tortura no país, no ano seguinte, ou seja, em 1990. Somente apresentou este relatório dez anos depois, em 2000, sem qualquer discussão e sem o conhecimento das entidades de direitos humanos do país.

Vários membros do Comitê da ONU se referiram a esse atraso e em suas Conclusões e Recomendações este Comitê assim se pronunciou:

"(...) este relatório, que deveria ter sido submetido em outubro de 1990, chegou com excessivo atraso de 10 anos. O Brasil ratificou a Convenção em 28 de setembro de 1989, sem nenhuma reserva (...)". (Comitê Contra a Tortura, 2001:01)

Uma série de temas foram tratados no encontro: as limitações da Lei 9.140/95³; membros do aparato de repressão - que existiu durante a ditadura militar - ocupando hoje cargos de confiança em diferentes governos municipais, estaduais e federal⁴; vários casos de tortura em

¹ Em maio de 2001, este Comitê era formado por: Peter Thomas Burns (Canadá), seu presidente; Guibil Camara (Senegal); Sayed Kassem El Masry (Egito); Felice Gaer (Estados Unidos); Alejandro Gonzales Poblete (Chile) que foi vice- relator para o caso brasileiro; Antônio Silva Henriques Gaspar (Portugal) que foi relator do caso brasileiro; Andreas Mavrammatis (Chipre); Ole Vedel Rassmussen (Dinamarca); Alexander M. Yakavlec (Rússia) e Meng-Jia Yu (China).

² Por isso, desde 1997, a Assembléia Geral da Nações Unidas, recordando a decisão e como preparativo para a celebração, no ano seguinte, do seu aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, decidiu proclamar o dia 26 de junho como o "Dia Internacional das Nações Unidas em Apoio às Vítimas de Tortura". Desde 1999 o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ vem participando deste evenrointitulado026de junho como o "Dia Internacional de Luta Contra a Tortura", tomando a iniciativa de realizar eventos sobre o tema. Também o dia 10 de dezembro - data da votação da Convenção - ficou internacionalmente conhecido como o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

³ Lei sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, de dezembro de 1995, bastante limitada e mesmo perversa, pois coloca todos os ônus das provas nas mãos dos familiares desses mortos e desaparecidos. Ou seja, para se comprovar que o militante político foi morto por agentes do Estado, sua família deve conseguir provas disso. O Estado brasileiro até hoje não abriu seus arquivos sobre o período da ditadura. Urna outra limitação prende-se ao fato de que a lei cobre até agosto de 1979 (época em que houve a Anistia), embora o período de arbítrio tenha sido até 1985, quando houve a eleição-ainda que indireta, feita pelo Colégio Eleitoral – de um presidente civil, o que deu início à chamada Nova República. O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e o Centro de Justiça Global levaram estas questões a ONU.

⁴ Questão levantada pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e Centro de Justiça Global que entregaram ao Comitê da ONU listagem de 444 pessoas envolvidas diretamente em torturas no período de 1964 a 1985 – retirada do Projeto Brasil Nunca Mais organizado pela Arquidiocese de São Paulo (1985b) - e alguns

dependências policiais federais e estaduais, em presídios, hospitais psiquiátricos e estabelecimentos voltados para os chamados jovens "perigosos", assim como torturas que vêm ocorrendo hoje em quartéis das Forças Armadas⁵. Foram debatidas também várias questões relacionadas ao funcionamento de diferentes dependências policiais e prisionais, cujo cotidiano fere as leis vigentes em nosso país⁶.

Além desta rápida visão geral dos principais temas tratados no Comitê Contra a Tortura da ONU na presença de algumas entidades de direitos humanos brasileiras⁷ e diante de representantes do governo federal⁸, como participante desses debates, como psicóloga e militante na área dos direitos humanos, tenho a intenção de iniciar com esse texto um debate. Com ele, talvez consiga incitar, em especial a área psi, a colocar em análise o que vem sendo chamado de "violência doméstica", articulando-a com a questão da violência institucionalizada hoje no Brasil.

Para começar este debate considero importante trazer, com o auxílio da história, um pouco da prática da tortura em nosso país, em especial durante o último período autoritário (1964-1985), assim como algumas considerações sobre a lei que criminalizou esta prática, questões que foram bastante discutidas no Comitê da ONU.

Tortura na História do Brasil.

A prática da tortura que percorre, até hoje, toda a história do nosso país foi durante séculos utilizada em quase todo mundo, como um exercício de vingança contra os corpos daqueles que se insurgiam contra o poder e a força do Rei. Daí, os suplícios públicos, assistidos como espetáculos na antiguidade, nos períodos medieval e moderno.

O uso sistemático da tortura, na Europa, ocorreu após o século XI, atingindo seu apogeu entre os séculos XIII e XVIII, com a Inquisição⁹. Segundo Foucault (1988), naquele período, pesar dos suplícios serem públicos, todo o processo criminal, até a sentença, permanecia secreto, não só para a população, mas para o próprio acusado.

Em nossa história colonial são conhecidas as torturas infligidas aos escravos, índios -

dossiês de torturadores e membros da repressão que ocupam cargos públicos hoje, organizados pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, como: Josias Quintal (Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro), José Halfeld Filho (vice-prefeito, pelo PDT e PSB, da cidade de Cordeiro, no Rio de Janeiro) e Sebastião Curió (prefeito, pelo PFL, da cidade de Curionópolis, no Pará).

⁵ O Grupo Tortura Numa Mais/RJ e o Centro de Justiça Global entregaram ao Comitê dossiê sobre 11 casos de torturas, mortes e "suicídios" ocorridos nas Forças Armadas brasileiras, nos últimos dez anos. Sobre o assunto consultar o jornal O Público, 2001, pp. 05, 06 que publica na íntegra o dossiê, acrescido de outros casos, perfazendo um total de 23.

⁶ Consultar "Relatório Alternativo" entregue por uma série de entidades brasileiras ao Comitê contra a Tortura da ONU.

⁷ Estavam presentes as seguintes entidades: Grupo Tortura Numa Mais/RJ, Centro de Justiça Global, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Sub-Comissão Contra a Tortura da Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba e Movimento Nacional de Direitos Humanos. Três entidades internacionais acompanharam os debates: Anistia Internacional, Associação de Prevenção da Tortura (APT) e Federação Internacional das Ligas de Direitos Humanos (FIDH).

⁸ Chefiando a missão brasileira estava o diplomata de carreira Pinto Gama, membro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

⁹ Sobre o assunto consultar Verri, P (1992).

que não eram considerados humanos - e aos "perigosos" de todos os tipos, como em nosso país aqueles perseguidos pela Inquisição, e os que praticaram crimes de "lesa majestade", ou seja, contra a Coroa Portuguesa.

Segundo Foucault (1988) é com o advento do capitalismo industrial, no final do século XVIII e início do XIX, que as "grandes fogueiras" e a "melancólica festa" das punições vão se extinguindo (Foucault, p.14).

Os suplícios saem do campo da percepção quase cotidiana e entram no da "consciência abstrata": é a era da "sobriedade punitiva", quando não é mais para o corpo que se dirige a punição, mas para a alma, devendo atuar "profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições". Assim, a premissa básica dos tempos modernos é: "que o castigo fira mais a alma que o corpo" (Idem, p.21).

Ou seja, não só os atos praticados serão objetos de punição, mas também aqueles que poderão vir a ser efetuados, dependendo da "alma" do sujeito: se ex-escravo, negro, mestiço, migrante, pobre. Inaugura-se a era da periculosidade, onde determinados segmentos por sua "alma", sua essência, sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados. Entramos, segundo Foucault, nas sociedades disciplinares onde as instituições exercerão vigilância intensa, produzindo corpos dóceis, adestrando não só o físico, mas fundamentalmente os espíritos.

Entretanto, ao lado do dispositivo da periculosidade continua, ao longo de todo o século XX, existindo no Brasil e em muitos outros países, também o da tortura. Não mais para os escravos, mas para os "diferentes", "criminosos", "marginais", "perigosos"; ou seja, para os pobres em geral.

A tortura - que, ao longo de todo século XX, foi cotidianamente utilizada contra os "desclassificados" sociais - especialmente a partir do AI-5 (13/12/68), passou a ser também aplicada aos opositores políticos da ditadura militar.

Apesar da implantação em 1964 de um governo de força, somente a partir do AI-5 é que a tortura se tornou uma política oficial de Estado. A vitória da chamada "linha dura", o golpe dentro do golpe instituíram o terrorismo de Estado que utilizou sistematicamente o silenciamento e o extermínio de qualquer oposição ao regime. O AI-5 inaugurou também o governo Médici (1969-1974), período em que mais se torturou em nosso país¹⁰.

Em seu livro de memórias, o ex-presidente Geisel (1974 - 1979) afirmava:

"(...) que a tortura em certos casos torna-se necessária. vara obter informações. (...) no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, (...) foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior." (O Globo, 1997:12, grifos meus).

Em 1971, foi elaborado pelo Gabinete do Ministro do Exército e pelo seu Centro de

¹⁰ Segundo os 12 volumes do Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, uma das radiografias mais completas do período ditatorial no Brasil – trata-se da microfilmagem de todos os processos contra presos políticos que se encontram no Superior Tribunal Militar, no período de 1964 a 1978 - 1.843 pessoas denunciaram, em Auditorias Militares, as torturas sofridas. Três volumes "As Torturas" (1985c) num total de 2.847 páginas - descrevem de forma assustadora os tipos de suplícios a que esses opositores políticos foram submetidos, assim como os locais e os nomes de alguns de seus algozes.

Informações (CIEx) um manual sobre como proceder durante os interrogatórios feitos a presos políticos¹¹. Alguns trechos apontavam que:

"(...) O interrogatório é uma arte e não uma ciência (...). O interrogatório é um confronto de personalidades. (...). O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se tome um cooperador submisso (...). Uma agência de contra-informação não é um tribunal da justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máxima possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito (...). (ALERS, 1988:285, grifos meus).

Para que a engrenagem da tortura funcionasse, e ainda hoje funcione, de forma azeitada e produtiva foram, e ainda são, necessários muitos outros elos. Muitos profissionais como psicólogos, psiquiatras, médicos legistas, advogados, dentre outros respaldaram, e ainda hoje continuam respaldando, tecnicamente os terrorismos de Estado em diferentes países, assessorando práticas de exclusão com suas ações e saberes. A história da participação ativa de muitos desses profissionais no Brasil ainda está para ser escrita¹².

A Lei 9.455/97: a quem tem servido?

A referência à prática da tortura aparece pela primeira vez na legislação brasileira somente em nossa última Constituição, a de 1988 - já em final do século XXI¹³ Apesar disso, foi

¹¹ Este documento, considerado "confidencial", foi encontrado nos Arquivos do DOPS do Paraná pela professora Derley Catarina de Luca.

¹² Sobre o assunto, em especial, sobre a participação de psiquiatras e psicólogos em laudos a presos políticos e no levantamento de um "Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro" consultar Coimbra, C.M.B (1995) e Arquidiocese de São Paulo (1985a).

¹³ Se no Brasil tal legislação veio tão tarde, na Europa foi após a IIª Guerra Mundial - com a derrocada do nazismo e as lutas pelo fim dos regimes coloniais - que uma série de instrumentos começaram a ser criados para garantir às pessoas um mínima de dignidade e de proteção contra as arbitrariedades dos governos. Assim, segundo Kolker (2001) têm sido aprovados pela ONU dispositivos legais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção Sobre a Prevenção e a Punição dos Crimes de Genocídio (1951); os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradeantes (1975); a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradeantes (1984). Também surgiu um sistema normativo regional como a Convenção Européia de Direitos Humanos (1950) e a Convenção Americana de Direito Humanos (1969). Reconhecendo, em especial, a vulnerabilidade das pessoas detidas, a ONU acrescentou outros instrumentos como: Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos (1955); o Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (1979); os Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão

colocada na Carta Magna ao lado dos crimes de terrorismo e tráfico de drogas¹⁴.

Somente quase 10 anos depois de criminalizada em nossa Constituição é que a prática de tortura foi tipificada pela lei 9.455, de 07 de abril de 1997.

Uma questão levantada por alguns membros do Comitê Contra a Tortura da ONU refere-se ao aspecto "amplo" dessa lei. O próprio relator do caso brasileiro, o português Henrique Gaspar, assinalou a incompatibilidade da lei 9.455/97 com a definição de tortura dada pela ONU pelo fato de que a lei não se refere a agentes do Estado ou a funcionários públicos. Segundo o artigo 1º da "Convenção da ONU Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradeantes", a tortura vem sendo conceituada como:

"Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência". (Dallari, 1992:XXII, grifos meus).

A lei brasileira é totalmente omissa em relação a quem inflige a tortura, aceitando atos praticados por agentes não estatais atuando em suas capacidades privadas. O seu artigo 1º diz que: "Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência (...), a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo a esta pessoa". Ou seja, não se fala de agentes do Estado. O relator Henrique Gaspar também afirmou que esta lei traz efeitos perversos, debilitando as ações contra as torturas cometidas pelo Estado e a própria concepção que se tem de tortura. Em realidade ela tem servido à manutenção da impunidade dos crimes cometidos por agentes do Estado.

Segundo o Conselho Nacional dos Procuradores - Gerais da Justiça, desde que esta lei foi sancionada tivemos, até maio de 2001, 258 casos registrados de denúncias de tortura. Destes, 56 foram transformados em inquéritos policiais. Desses inquéritos, somente chegaram a julgamento 18 casos. Desses, somente houve condenação em um que chegou a julgamento em última instância¹⁵.

Não é por acaso que este único caso de condenação de tortura em nosso país, seja o de uma babá que, em junho de 2000, no Rio de Janeiro, foi flagrada espancando um menino de dois anos, do qual deveria cuidar. Enquanto isso, as centenas de torturas praticadas nos

(1988); os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e das Armas de Fogo (1990); os Princípios de Ética Médica Aplicáveis ao Pessoal de Saúde. Especialmente os Médicos, na Proteção de Pessoas Presas, Detidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradeantes (1992). No Brasil, afim da Constituição Federal de 1988, referiu-se à tortura como crime a Lei de Execuções Penais (1989) que incorporou algumas dessas disposições internacionais.

¹⁴ À época, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e uma série de outras entidades de direitos humanos apresentaram emenda popular para que a tortura fosse colocada em parágrafo separado.

¹⁵ Estes foram os números entregues pelo governo brasileiro à ONU. Entretanto, em agosto de 2001, o mesmo Conselho Nacional dos Procuradores - Gerais de Justiça informou que, após a vinda ao país do Relator das Nações Unidas Contra a Tortura, Sir Nigel Rodley, em agosto de 2000, o número de denúncias de tortura aumentaram. Hoje, há 502 denúncias, ou seja, 244 novos casos em menos de dois anos. (Folha de São Paulo, 2001, p.4).

mais diferentes estabelecimentos públicos - como delegacias, presídios, manicômios, hospitais, abrigos, etc - continuam impunes.

A prática da tortura - caracterizada no relatório do Relator Especial da ONU, Sir Nigel Rodley¹⁶, como "sistemática, disseminada e generalizada" - continua vigindo no Brasil.

A chamada Violência "Doméstica"

Diante de tal quadro, é curioso assistirmos, em especial nos últimos anos, nos mais diferentes meios de comunicação de massa, em comunicações, seminários e encontros, numerosas campanhas contra a chamada "violência doméstica" e os maus tratos e abusos cometidos contra crianças, adolescentes e mulheres. A ênfase dada a essas campanhas tem sido grande, inclusive com a criação de locais para atendimentos à pessoas afetadas por tais violências, o que é importante e necessário. Entretanto, sobre a violência praticada por agentes do Estado, a violência institucionalizada, há um total silêncio, uma total desinformação e, mesmo, omissão, conivência e descompromisso por parte dos órgãos do Estado¹⁷.

Têm sido constantes os apelos, tais como:

"No Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído no ano passado, o silêncio foi apontado como o principal problema a ser enfrentado (...) Além da omissão de parentes, vizinhos e amigos, o governo e a sociedade enfrentam a falta de informações (...)" (O Globo, 2001, p. 12)

"A violência é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil, constituindo hoje a principal causa de morte de crianças e adolescentes (...) colabora também o pacto de silêncio nos lares (...)" (Fiocruz, 2001:7).

Não estamos desmerecendo e/ou mesmo diminuindo o grave problema da violência e dos abusos praticados contra crianças, adolescentes e mulheres que ocorrem, principalmente, nos lares, espaço secularmente e socialmente sacralizado, considerado longe da violência e produzido como "doméstico" e, por isso mesmo, enfatizado como o território da privacidade. Esta questão deve ser comentada, denunciada e tratada, pois entendemos que não é uma questão privada; ao contrário, trata-se de um problema público que deve, inclusive, ser enfrentado pelas autoridades e ser preocupação das políticas públicas. Ao se colocar esse tipo de violência no espaço doméstico, no território do privado, retira-se todo o seu caráter político-social, encarcerando-o num terreno facilmente psicologizante, familiarizante e intimizante. Será por isso que muitos psi implicam-se com essas campanhas? Por que vem sendo produzido esse caráter "privado" e "doméstico" para esse tipo de violência? Por ter tais características ele não estaria, portanto, diretamente ligado ao trabalho do profissional psi? Já a violência institucionalizada não diria respeito mais ao político? Tal questão não teria a ver, portanto, com o trabalho de sociólogos e cientistas políticos?

Ao levantarmos tais temas queremos colocar em análise uma série de questões que,

¹⁶ Após entrega à ONU de seu relatório sobre a situação da tortura no país, o governo brasileiro convidou o Relator Especial das Nações Unidas para a Tortura, Sir Nigel Rodley, a visitar o país. Esta visita ocorreu em agosto de 2000. Em 11 de abril de 2001, o Relatório Nigel foi tornado público com severas críticas ao Brasil, demonstrando veementemente que a prática da tortura é "sistemática, disseminada e generalizada" no país, apresentando e descrevendo 348 casos de tortura praticada por agentes do Estado brasileiro.

¹⁷ A única entidade no Brasil que possui um projeto de atendimento a pessoas atingidas pela violência institucionalizada é o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Sua Equipe Clínico-Grupal funciona desde 1992, é composta por psicólogos, psicanalistas, reabilitadores físicos e sociais.

sem dúvida, têm sido encobertas e mesmo escamoteadas. Ou seja: por que tem se falado somente sobre a violência chamada "doméstica", e não da institucionalizada? Por que há queixas sobre o silêncio e a falta de informações sobre a violência dita "doméstica", quando, com relação às violências praticadas por agentes do Estado, este mesmo silêncio e essa mesma falta de informações partem das próprias autoridades constituídas que, ao mesmo tempo, dizem apoiar e incentivar campanhas contra a "violência doméstica" e ocultam a violência praticada por seus agentes¹⁸?

Para quem essas campanhas, esses manuais vêm sendo, efetivamente, dirigidos? Que segmentos sociais, em especial, se quer atingir e que locais se quer excluir, quando se define maus tratos como:

"uso da força física de forma intencional, não-acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes" (Deslandes, 1994, Apud FI OCR UZ, 2001: 11-12, grifos meus).

É importante que todos os afetados pela violência - qualquer que seja ela, qualquer que seja a inserção de classe da pessoa atingida, qualquer que seja o local onde aconteça - sejam efetivamente cuidados pelo Estado.

Em outubro de 1998, a Sociedade Brasileira de Pediatria instituiu a Campanha de Prevenção de Acidentes e Violência na Infância e Adolescência, lançando uma apelo aos profissionais de saúde, médicos e professores: em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), têm a obrigatoriedade de denunciar os maus tratos, abusos e violências cometidas contra crianças e adolescentes. Por que tal obrigatoriedade, em todas as campanhas realizadas e nos manuais e guias confeccionados, refere-se somente à chamada "violência doméstica"? Por que não se torna obrigatoria para profissionais que trabalham em diferentes estabelecimentos policiais, prisionais e aos ligados aos jovens considerados "perigosos" a denúncia de maus-tratos, abusos e violências cometidos nesses locais contra pessoas (adultos, crianças e adolescentes) que estão ali sob a guarda do Estado? Por que isto não ocorre, não é tema de campanhas, não se encontra em manuais, não é mencionado no treinamento desses profissionais, em especial, nos daqueles que irão tratar desses que estão sendo guardados pelo Estado? Por que isto não ocorre se, desde 1992, a ONU apresentou os "Princípios de Ética Médica Aplicáveis ao Pessoal de Saúde na Proteção de Pessoas Presas, Detidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes"?

Isto não acontece por que são alguns desses profissionais os próprios autores das violências; e quando não as cometem, são ameaçados e intimidados para que não ocorram denúncias.

"Os agentes de segurança penitenciária, sempre em número deficitário nas prisões (e nos estabelecimentos para jovens "infratores"), continuam a ser investidos em regime de urgência na função e, portanto, antes de serem suficientemente treinados. Sua aprendizagem continua se complementando através do processo de transmissão oral dos funcionários mais antigos para os mais recentes o que perpetua a cultura da violência (...). Os Institutos Médicos Legais continuam vinculados à polícia (Secretarias Estaduais de Segurança Pública)e, com frequência é o próprio agressor quem conduz a vítima da tortura para exame, geralmente de madrugada e, não sem antes

¹⁸ Pelo fato de ser a tortura praticada pelo próprio Estado através de seus agentes não se tem um cálculo, nem aproximando, do número de pessoas que têm sido atingidas por tal prática.

submetê-lo a toda sorte de ameaças e após circular com ele durante horas na caçapa da viatura. Dessa maneira, a tortura no Brasil continua a ser usada sem a menor parcimônia nas dependências policiais e carcerárias e continuam a ser rotineiros, em todo país, os casos de morte sob custódia."
(Kolker, 2001 :2-3)

Por que, então, as capacitações para funcionários e profissionais de saúde que trabalham em dependências policiais e carcerárias são raras? Por que não fazem parte das políticas públicas, visto ser dever do Estado garantir a vida daqueles que estão sob sua guarda¹⁹?

Uma outra questão que nos tem chamado atenção - aqui apenas esboçada, visto este texto ser um "ponta pé" inicial no assunto - é a forma como os profissionais de saúde, em especial, os psicólogos vêm trabalhando com a chamada "violência doméstica".

Como já foi levantado, pela própria produção desse espaço como território do privado e pela própria construção das práticas psi em nosso país²⁰, algumas características têm marcado esta atuação. Têm estado fortemente presentes a intimização, o familiarismo e a psicologização. Ou seja, produzem-se e fortalecem-se os espaços individualizantes, o "modo de ser indivíduo" (Barros, 1995) tão caro ao capitalismo e, com isto, despublicizam-se e despolitizam-se tais trabalhos. Tudo parece girar em torno de determinadas características individuais, psicológico-existênciais e familiares dos sujeitos envolvidos em tais violências, características estas pensadas como naturais e da essência desses conflitos. Ou seja, são percebidos em abstrato, como "coisas em si" e, portanto, ahistóricas.

Que efeitos tais práticas, tais formas de se pensar e atuar sobre o problema da violência têm produzido entre nós?

Concluindo ...

Participar de uma série de debates junto a outros companheiros perante o Comitê Contra à Tortura da ONU permitiu que tais questões pudessem começar a ser formuladas.

Constatamos que a relação entre pobreza e criminalidade - disseminadas por todo o século XX, hoje atualiza-se e está presente nas falas daqueles que defendem a militarização da segurança pública, temerosos pelas ondas de violência que os meios de comunicação alardeiam. Está presente quando acreditamos que é uma realidade vivermos em uma "guerra civil" e que é natural que suspeitos - porque pobres - sejam torturados e até desapareçam.²¹ Tais crenças têm acompanhado ao longo do último século - pelo menos - os pensamentos, percepções, sentimentos e comportamentos dos brasileiros. Por isso não nos espantamos quando somente, em 1988, a tortura é oficialmente colocada como crime em nossa Constituição e, quase 10 anos depois, em 1997, é tipificada.

Se hoje não temos mais os suplícios públicos onde se aplicava a Lei de Talião temos, através do silenciamento de uns e dos aplausos de outros, uma nova lei emergindo e funcionando eficazmente. Uma nova Lei de Talião que, ao arrepio das leis vigentes nos países "civilizados" e com o beneplácito e estímulo de suas autoridades, é aplicada a todos os pobres, porque suspeitos e, portanto, considerados culpados. Uma nova "Doutrina de Segurança Nacional" que tem hoje como seu "inimigo interno" não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades. Os milhares de sem

¹⁹ *Em alguns estados do Brasil, os treinamentos e capacitações para tais funcionários tem sido iniciativas de ONGs.*

²⁰ *Sobre a formação psi no Brasil, em especial durante o período da ditadura militar consultar Coimbra, C.M.B (1995). e Baptista, LA dos S. (2001).*

²¹ *Sobre o assunto consultar Coimbra. C.M.B (1998)*

teto, sem terra, sem casa, sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a "segurança" do regime. Daí, a urgência em produzir subjetividades que percebam tais segmentos como perigosos e, potencialmente, criminosos para que se possa em nome da manutenção/integridade/segurança da sociedade não somente silenciá-los e/ou ignorá-los - o que já não é mais possível mas eliminá-los;exterminá-los através da ampliação/fortalecimento de políticas de segurança públicas militarizadas que apelem para a lei, a ordem e a repressão

Entretanto, apesar do poderio, força e enraizamento em muitos corações e mentes dessa nova Lei de Talião há linhas de fuga a serem construídas. Há questões que precisam ser esclarecidas, trazidas à luz e desconstruídas demonstrando-se que não são eternas, ahistóricas e necessárias. São formas de pensar, perceber, sentir e agir produzidas pelas diferentes práticas dos homens que podem ser mudadas, transformadas em subjetividades voltadas para a vida, para potencializar determinadas formas de existir neste mundo que, de um modo geral, têm sido desqualificadas, estigmatizadas, negadas e mesmo extermínadas.

Referências Bibliográficas

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. (1985a) *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1985 b) Os funcionários in *Projeto Brasil nunca mais*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo.
- _____. (1985 c) As torturas in *Projeto Brasil nunca mais*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo.
- BAPTISTA, L. A S. (2001) *A fábrica de interiores: a formação psi em questão*. Niterói: EDUFF, CENTRO JUSTIÇA GLOBAL, MNDH, GTNM/RJ et alii.
- (2001) *Relatório Alternativo sobre Torturas*. Rio de Janeiro: mimeo.
- COIMBRA, C.M.B. (1995) *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- _____. (1998) *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos*. Trabalho de Pós-Doutorado São Paulo: NEV/USp, mimeo.
- DALLARI, D.A (1992) - Prefácio in VERRI, P. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Martins Fontes, I - XXXI.
- FIOCRUZ et alii. (2001) *Guia de Atuação frente a maus - tratos na infância e na adolescência*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. FOLHA DE SÃO PAULO. 23/08/2001.
- FOUCAULT, M. (1988) *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1996) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU.
- GABINETE DO MINISTRO DO EXÉRCITO/CIEx. (1998) Manual de interrogatório. Apud Comissão de Cidadania e Direitos Humanos/ALERS. *Relatório azul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa.
- KOLKER, T. (2001) *Projeto de capacitação e aperfeiçoamento profissional dos funcionários do DESIPE responsáveis pela custódia, assistência e reinserção social dos presos internados*. Rio de Janeiro: mimeogr.
- O GLOBO. 19/10/97.
- _____. 19/05/01.
- ONU - Comitê Contra a Tortura. (2001) *Conclusões e recomendações ao governo brasileiro*. Genebra: ONU.
- O PÚBLICO. N° 49, junho/2001.

Resenhas

Temas e Autores

A seção *resenhas: temas e autores* recebe três tipos de contribuição: a) resenhas que interrogam como uma temática específica vem sendo abordada por diferentes autores e apresentam criticamente as diferentes formas de enfrentamento de tal tema ou debate no seio de diferentes obras contemporâneas; b) resenhas que apresentam de forma crítica e clara as recentes obras de um autor e o lugar destas no conjunto do pensamento de um autor; e, por fim, c) aquelas contribuições que busquem apresentar e indicar a leitores específicos, determinada obra de um autor ou vários, que seja contribuição importante para o campo da Psicologia Política. Com estas variantes, pretendemos facilitar o acesso a recentes obras bibliográficas e/ou a um conjunto de referências que tenham o campo da Psicologia Política como interlocução.

Discurso da dissidência

Antonio C. R. Tupinambá

Doutor em Psicologia Organizacional pela
Universidade de Gieben na Alemanha
Departamento de Psicologia da
Universidade Federal do Ceará
Departamento de Psicologia UFC
Av. da Universidade 2762,
Benfica, 60020-180 Fortaleza CE
tupinamb@uft.br

Chronicles of Dissent

Autor: Noam Chomsky.

Tradução: Ana Barradas e Isabel Palha.

Lisboa: Edições Dinossauro, 2000

Há quase três décadas não se via qualquer perspectiva de solução para os conflitos em Timor Leste nem tampouco qualquer voz entre os intelectuais que os denunciasse. Foi exatamente Noam Chomsky quem mais uma vez entrou em cena, denunciando a falta de comprometimento internacional para resolver problemas desta natureza. O silêncio jornalístico e literário mantido face aos desmandos indonésios no Timor foi quebrado através das palavras do nomeado autor. Para ele este terrível crime do século, pois: “(...) o assalto indonésio a Timor está nos lugares cimeiros, não só pela sua dimensão de holocausto - talvez o mais elevado número de mortes da população civil- mas porque poderia ter sido facilmente prevenido ou pelo menos interrompido a tempo”, é um exemplo de como um pacto estabelecido entre governos e imprensa termina por beneficiar os agressores, colocando as vítimas na escuridão do esquecimento deliberado.

Na coletânea de textos intitulada "Discurso da Dissidência" (Chomsky, 2000) pode-se apreender muito da sua forma de pensar questões sócio-políticas em perspectivas novas, que trazem às vezes consigo certo

valor de previsão. Dizemos isso porque Chomsky escreve para intelectuais sem esquecer daqueles que estão fora de tal grupo, uma vez se tratar aqui também de pessoas interessadas em compreender o que de fato está acontecendo nas circunstâncias e regiões abordadas. O autor afirmava já nos idos de 1996 que, ao contrário de outros conflitos como na de um povo, caso países como os Estados Bósnia, Angola, Ruanda e Iraque-Kuwait, no caso do Timor, não havia ambigüidade sem cúmplices das investidas indonésias, nem complicações sobre a solução apropriada e nem necessidade da ameaça do uso de força para alcançá-la, nem mesmo a necessidade de sanções. Fazia-se necessário, portanto, apenas o reconhecimento da mea culpa e a desistência dos cúmplices daquele crime. Certamente hoje se vê após toda a humilhação e sofrimento pelo qual passou o povo timorense, que naquelas nações outrora coniventes com a situação se viram acuadas pela opinião pública, cedendo espaço para a força de resistência da pequena população timorense. Mas o livro de Chomsky não se reduz ao problema do

Timor. Há pois uma explanação de seus posicionamentos de igual intensidade, importância e seguros face à política externa das nações ricas, em especial da norte-americana, o que não poderia deixar de lhe render grandes dificuldades no mercado editorial de peso daquele país. Talvez a dificuldade de achar suas obras em língua portuguesa não seja por outros motivos, como se deixa compreender já a partir da introdução do livro que ora comentamos. Além da reportagem onde mostrou à imprensa inglesa a farsa dos países ricos envolvidos no genocídio do Timor Leste, alertando para o iminente cercamento de um povo, caso países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália continuassem cúmplices das investidas indonésias, Chomsky nos traz nesta obra outros critérios para compreender diversas problemáticas emergentes das relações internacionais como por exemplo, a investida das forças da NATO no Kosovo ou do NAFTA na América Latina.

A inserção do fator humano na análise de conflitos pode ser uma ajuda na elaboração de estudos e ações de cunho inclusivo

psicológico. Os critérios de Chomsky para tratamento de assuntos geralmente limitados ao jornalístico trazem uma qualidade que se deixa interpretar também pela psicologia.

Outros temas menos específicos, porém de igual intensidade, importância e atualidade no que tange às relações desiguais entre os denominados países ricos com aqueles do hemisfério sul e Europa Oriental encontram espaço no livro. O estrangulamento destas nações pelo rápido crescimento da dívida externa; os interesses de elementos de dominação interna naquilo que a Organização Mundial do Comércio defende; a política antidrogas norte-americana e sua relação com o terceiro mundo encontram análises à luz de novas vertentes. Entrevistas, artigos acadêmicos e reportagens formam o conjunto de textos que interagem e se complementam. Anarquista confesso pode ser lido inclusive por não-anarquistas, pois sua linguagem é universal e não por menos é hoje considerado um dos volvidos no genocídio de Timor Leste, mais conhecidos e influentes pensadores norte-americanos.

Creativity in crisis

Rowan Ireland

School of Social Sciences
La Trobe University
Bundoora, Vic. 3086
Australia
r.ireland@latrobe.edu.au

Struggles for Subjectivity: Identity, Action and Youth Experience

Autor: Kevin Me Donald.

Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Kevin McDonald is an Australian sociologist who did his doctoral work under the supervision of Alain Touraine. In this book he studies young Australians struggling to define identity and construct meaningful, satisfying lives under conditions of profound social transformation. He thanks not only Australian associates for their help and inspiration, but colleagues at the Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques of the Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales for exchanges which "were critical to both the fieldwork and its interpretation". From the beginning we know that this is no mere, local case study, and something more than an exercise within locally conventional social science. It is, rather, global in substantive focus, and a brilliant example of the fruits of the global exchange of projects, concepts, methods and interpretative frameworks.

McDonald uses the word crisis many times in this book, appropriately enough since he defines his area of concern as the intersection of three crises. These are, the crisis of industrial modernity; the crisis of youth confronting the de-institutionalisation and de-socialisation that he considers integral to the crisis of modernity; and the crisis of sociology as its classical paradigms of inquiry prove inadequate to name and explain social experience in emergent post-modernity. He is passionate in his address

to all three interdependence, and in his advocacy of sociology of experience that might enable us to understand fragile processes in which "subjects" re-compose a new world even as they experience the decomposition of the old. But the focus, and empirical center of gravity of the book, is the study of several groups of young people through their testimonies of experience in problematised areas of social life in the suburbs and "flows" of Melbourne. McDonald locates himself in relation to several sociological traditions. In his focus on problematised youth he identifies with the Chicago school in several senses. Like the Chicagoans he hopes to investigate the real experiences of groups defined as problematic, not to elaborate or confirm the diagnoses of law-enforcers or social workers but to uncover the social conflicts that the definitions may mask, and thereby shed light on processes of social change. In the Chicago school, social problems, publicly named and recognized, were regarded as the point of entry for the investigation of the ethnic and status conflicts around and through which the great new city was taking shape. Unlike some of the great Chicago). delinquency and deviance studies, however, he eschews participant observation as a method of investigation, employing instead the panel discussion method developed by